

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo de reconstrução
da identidade no novo cotidiano vivido em Nova Soberbo, Minas Gerais**

Fabiane Aparecida Silva Bortone da
Fonseca
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

FABIANE APARECIDA SILVA BORTONE DA FONSECA

A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo de reconstrução da identidade no novo cotidiano vivido em Nova Soberbo, Minas Gerais

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Ana Louise de C. Fiúza

Coorientador: Guelmer J. A. de Faria

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F676d
2024

Fonseca, Fabiane Aparecida Silva Bortone da, 1981-
A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo
de reconstrução da identidade no novo cotidiano vivido em Nova
Soberbo, Minas Gerais / Fabiane Aparecida Silva Bortone da
Fonseca. – Viçosa, MG, 2024.

1 tese eletrônica (173 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f. 157-168.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.096>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Famílias rurais - Habitação - Nova Soberbo (Santa Cruz
do Escalvado, MG). 2. Famílias rurais - Usos e costumes - Nova
Soberbo (Santa Cruz do Escalvado, MG). 3. Remoção
(Habitação). 4. Desapropriação. 5. Famílias rurais - Aspectos
sociais. I. Fiúza, Ana Louise de Carvalho, 1965-
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço
Social. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica.
III. Título.

CDD 22. ed. 305.56098151

FABIANE APARECIDA SILVA BORTONE DA FONSECA

A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo de reconstrução da identidade no novo cotidiano vivido em Nova Soberbo, Minas Gerais

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 6 de dezembro de 2024.

Assentimento:

Fabiane Aparecida Silva Bortone da Fonseca
Autora

Ana Louise de C. Fiúza
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 07/03/2025 às 08:51:21 e pela orientadora em 07/03/2025 às 09:46:03. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **287V.6FHQ.EVOL** e clique no botão 'Validar documento'.

Aos moradores de Nova Soberbo, sonhadores e resilientes. Aqueles que não pude reencontrar, que marcaram a trajetória do lugar e a minha vida pessoal e profissional. A oportunidade de revisitá-los, tantos anos depois, lhes dedico!

AGRADECIMENTOS

Durante esta caminhada, muitas vezes me peguei pensando como e a quem eu teria de agradecer. Esta tese é fruto de muita dedicação e de muitas madrugadas acordadas, mas também de muitos sonhos sonhados juntos. Ao final desta etapa, seguramente afirmo que muitas mãos trabalharam juntas, razão por que serei eternamente grata ao carinho recebido e compartilhado – e como sou privilegiada por isso! Pessoas que estiveram constantemente ao meu lado, pessoas que, com suas histórias de vida, me presentearam da forma mais sincera; dessas pessoas, há aquelas que nem sequer sabem de sua imensa contribuição. A todos que caminharam comigo, mesmo que por algum pequeno momento, meus sinceros agradecimentos.

Há que se destacar que muitos foram os desafios, e não posso deixar de citar as dificuldades encontradas pelas duplas e triplas jornadas de trabalho, bem como pelo intenso processo acadêmico vivido durante a pandemia do COVID-19. Iniciar o doutorado em meio às incertezas de uma pandemia de saúde pública me fez experimentar do medo à esperança. Das perdas que minha família e eu tivemos, e aqui deixo minha enorme gratidão ao meu Tio Raimundo e à minha Tia Cleuza – que não tiveram acesso à vacina do COVID e não lerão essas palavras de carinho e de amor –, ao alívio de poder cursar as disciplinas do doutorado de forma remota, com dedicação e zelo, e à oportunidade de vivenciar momentos intensos em família, decorrentes do isolamento social vivenciado e da possibilidade do trabalho remoto – situação que não viveria se tivéssemos em tempos normais, trabalhando em Viçosa, 40 horas semanais, realizando eventos científicos e institucionais, fora do horário de trabalho e morando em Coimbra.

Ser funcionária pública de uma Universidade Federal, ser esposa, ser mãe, ser filha, ser pesquisadora se revelou uma grande missão. As tantas jornadas, somadas à obrigatoriedade e rigidez impostas ao cumprir 40 horas semanais de atividades presenciais, e a revogação da possibilidade da flexibilização da jornada parcial de trabalho em função do treinamento iniciado, conforme Resolução publicada em 2019 e de interpretação própria pela UFV, levaram-me ao extremo da “dedicação”. A pandemia possibilitou-me não ter de chegar às 6 h da manhã para o trabalho, não precisar ficar sozinha dentro de um prédio quando ninguém ainda tinha chegado para trabalhar ou, mesmo, não ter de sair da UFV às 20h, quando todos já tinham ido embora, em virtude da exigência do cumprimento da compensação das horas-aulas assistidas (dentro da UFV!) durante a jornada de trabalho (na UFV!). A pandemia revelou-se, por um instante,

como um “benefício” que se sobrepôs a tantas notícias e situações ruins as quais todos nós vivemos naqueles anos.

A Deus, por me capacitar todos os dias a lidar, por me guiar ininterruptamente nos caminhos escolhidos. Chegar até aqui só foi possível porque Ele vem à frente, incondicionalmente!

Aos meus pais, incentivadores desta jornada; e ao meu irmão, exemplo de resiliência e perseverança. Tenho a certeza de que termos, nós filhos, chegado aonde chegamos, foi sempre por eles.

Ao meu amigo, marido, companheiro, apoiador, com o qual compartilho tantos momentos... Marinho, sou grata por acreditar em mim, mais do que eu mesma, e em diversos momentos; e aos nossos filhos, Felipe e Maria, por, com amor, terem convivido com minhas ausências, ansiedades e necessidades por eles incompreendidas, mas que nunca deixaram de torcer por mim.

A toda a minha família, imensa e solidária, tios, primos, sogra e sogro, cunhadas, mais uma vez, assim como os agradecia no início dos anos de 2000, assim faço novamente: muito obrigada pelo apoio, incentivo e carinho. Diante de tantos desafios, minha gratidão a tudo que não é possível nomear, mas que será sempre por mim reconhecido.

Foi um privilégio ter a Ana Louise como minha orientadora. Meu eterno agradecimento a ela pelos ensinamentos, pelas trocas e pela orientação cuidadosa ao fazer ciência. Há quase duas décadas, você já fazia parte desta história. Toda a compreensão de ter como orientanda uma servidora técnica-administrativa com suas limitações. Assim como Neide, que, mais uma vez, me apresentou sugestões valiosas do mundo da habitação e do olhar da casa para além da sua estrutura física.

Guélmer e o nosso feliz reencontro. Daqueles dois jovens ativistas do Centro Acadêmico de Economia Doméstica/UFV ao meu coorientador de doutorado. Essa tese carrega o seu olhar cuidadoso!

Aos Professores Leonardo Civalle DGE/UFV, José Ambrósio DER/UFV, Magnus Emmendoerfer DAD/UFV e Eliziário Toledo/ UFFS, por, com extrema dedicação, terem debatido minhas ideias e me oferecido um olhar aguçado sobre as temáticas da Geografia, da Administração, da Sociologia e, especificamente, sobre o reassentamento.

Aos meus amigos do GERAR, pela convivência generosa e pelo apoio constante, que tornaram esta pesquisa menos solitária e mais solidária. Estendo aqui meus agradecimentos às servidoras técnico-administrativas e estudantes de doutorado Tatiani e Edimara, amigas dedicadas e incentivadoras, sempre dispostas a decifrar e comentar os enigmas científicos. Por vivermos das mesmas experiências e dificuldades dentro da UFV, afirmo que vocês fizeram todos os dias serem mais agradáveis!

Gratidão pela experiência de ter uma bolsista de PIBID tão especial como

a Karine Miranda – a ela meus agradecimentos, na certeza de que “sempre fica um pouco de perfume nas mãos de quem oferece rosas”.

A Sueli, Célia, David e Marcinho, amigos que a UFV Viçosa me proporcionou – Sem o apoio e compreensão de vocês, chegar aqui não seria possível.

Aos moradores do Distrito de Nova Soberbo, por terem me oferecido seus relatos e partilhado suas conquistas, dores e memórias.

À Universidade Federal de Viçosa, que faz parte da minha vida desde o ano 2001, por me proporcionar tantos momentos inesquecíveis. Hoje sou graduada, mestra e doutora, assim como servidora pública. De tantas UFVs, o meu carinho especial ao Campus Florestal e a todos com quem pude partilhar e compartilhar sonhos!

Ao Departamento de Economia Doméstica, que me acolheu ainda jovem e que sempre me incentivou, a todas as professoras, técnico-administrativos e discentes que se fizeram presentes em minha trajetória.

A SOC, um lugar de chegada... Tanto carinho, companheirismo e amizade encontrados em um único lugar. De qualquer outro ponto da UFV, eu jamais chegaria aqui – Vocês foram luz quando eu só enxergava escuridão. Professor Marcos, Adriana e Lucimar, muito obrigada!!!

À Celina, minha amiga de graduação, mestrado, doutorado, segunda graduação e tão logo, parceiras de trabalho na UFV. Sua companhia diária tornou nossas fases mais leve. Que assim perduremos juntas até a aposentadoria.

Aos leitores desta tese, pelo interesse e pela atenção, essenciais para a valorização do conhecimento aqui acumulado. Que este estudo inspire novas ideias e ações que promovam uma adaptação mais justa e humana para aqueles que se veem obrigados a reconstruir suas vidas em novos contextos. Obrigada por compartilharem o compromisso com um mundo mais inclusivo e compreensivo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

FONSECA, Fabiane Aparecida Silva Bortone da, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2024. **A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo de reconstrução da identidade no novo cotidiano vivido em Nova Soberbo, Minas Gerais.** Orientadora: Ana Louise de C. Fiúza. Coorientador: Guelmer Junior Almeida de Faria.

Reconstruir a vida em um novo contexto socioespacial, após um reassentamento compulsório, implica procedimentos de subjetivação que conectam o processo de produção e reprodução da vida cotidiana com o passado e a memória, mas também com o presente e o projeto de vida para o futuro. Nesta tese, o objetivo foi compreender como a mudança forçada do espaço rural para o urbano influencia e se reflete na identidade e nas práticas culturais dessas famílias rurais reassentadas em um contexto periurbano. Buscou-se, enfim, analisar o habitus dos sujeitos na nova casa e no novo espaço, duas décadas após o deslocamento compulsório. Nesta pesquisa também se procurou verificar a hipótese de que o reassentamento periurbano não possibilitou a manutenção de antigos costumes, como as festividades e tampouco as práticas de trabalho e moradia, modificando o habitus rural em habitus urbanos. Para verificar essa hipótese e alcançar os objetivos desta tese, foi realizada, além da pesquisa documental, uma pesquisa qualitativa com a utilização de diferentes técnicas: história oral, entrevistas, observação direta e registro fotográfico. Os resultados foram submetidos à “análise de conteúdo”, seguindo os preceitos propostos por Bardin. Constatou-se que a reprodução do habitus rural, próprio do antigo lugar, tem sido reproduzido como resposta às necessidades vividas no reassentamento, culminando na construção de um habitus híbrido que mescla o rural e o urbano. Notou-se que as práticas sociais cotidianas dos reassentados se manifestavam em um repertório diferenciado, com peculiaridades relativas às distintas realidades vividas pelos sujeitos no lugar.

Palavras-chave: Reassentamento. Apropriação. Casa. Cotidiano. Rural-Urbano.

ABSTRACT

FONSECA, Fabiane Aparecida Silva Bortone da, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2024. **The domestication of the house in post-resettlement: the process of reconstructing identity in the new daily life lived in Nova Soberbo, Minas Gerais.** Adviser: Ana Louise de C. Fiúza. Co-adviser: Guelmer Junior Almeida de Faria.

Rebuilding life in a new socio-spatial context, after compulsory resettlement, involves processes of subjectivation that connect the production and reproduction of daily life with the past and memory, but also with the present and the life project for the future. This dissertation aimed to understand how the forced transition from rural to urban space influences and is reflected in the identity and cultural practices of these rural families resettled in a peri-urban context. Ultimately, the research sought to analyze the habitus of the subjects in the new house and space, two decades after the compulsory displacement. This study also examined the hypothesis that peri-urban resettlement did not allow the preservation of old customs, such as festivities, nor work and housing practices, transforming rural habitus into urban habitus. In order to test this hypothesis and achieve the research objectives, in addition to documentary research, a qualitative approach was adopted, utilizing various techniques: oral history, interviews, direct observation, and photographic records. The data collected was subjected to "content analysis", following Bardin's proposed guidelines. The findings indicated that the reproduction of the rural habitus, typical of the old place, has been reproduced as a response to the needs experienced in the resettlement. It was noted that the daily social practices of the resettled people manifested through a unique repertoire, marked by the distinct realities experienced by the subjects in the place.

Keywords: Resettlement. Appropriation. Home. Everyday life. Rural-Urban.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Deslocamento de população motivado pela construção de barragens	20
Figura 2 – Mapa da localização geográfica da UHE Candonga e dos municípios limítrofes ..	24
Figura 3 – Distrito de Nova Soberbo em fase inicial de construção. Identificação da rodovia e da entrada principal do distrito	49
Figura 4 – Foto da placa de sinalização da entrada do distrito, ainda na rodovia	50
Figura 5 – Vista panorâmica da comunidade de São Sebastião do Soberbo antes da inundação	66
Figura 6 – Fachadas das Igrejas Presbiteriana, Assembleia de Deus e Católica, no distrito de São Sebastião do Soberbo.....	66
Figura 7 – Rua principal, que atravessava todo o distrito e casas	67
Figura 8 – Últimos momentos em São Sebastião do Soberbo.....	72
Figura 9 – O arrombamento da venda e a demolição das casas	72
Figura 10 – Distribuição temporal em anos de mudança para o reassentamento.....	74
Figura 11 – Vista parcial da área de lazer, localizada na rodovia que chega ao distrito de Nova Soberbo, 2008 e 2022	75
Figura 12 – Vista panorâmica do reassentamento	76
Figura 13 – Alteração da organização econômica e produtiva das famílias por gastos e renda após a mudança para a Nova Soberbo, 2013	81
Figura 14 – Distribuição em números dos entrevistados com relação ao recebimento do AFE, 2023	93
Figura 15 – Divisão e organização espacial de São Sebastião do Soberbo e Nova Soberbo ...	95
Figura 16 – Fachadas das casas da Antiga e da Nova Soberbo, 2008-2023.....	104
Figura 17 – Aparência estética das casas, 2023.....	106
Figura 18 – Alterações e reformas realizadas nas casas, 2023.....	106
Figura 19 – Casa com alteração no imóvel, 2023.....	108
Figura 20 – Equipamento urbano de sociabilidade no distrito de Nova Soberbo, 2023	110
Figura 21 – Fogão a lenha, Nova Soberbo, 2023	118
Figura 22 – Área externa das “casas periurbanas”, Nova Soberbo, 2023	120

Figura 23 – Características dos interiores das casas, Nova Soberbo, 2023.....	122
Figura 24 – Modelo esquemático do <i>habitus</i> para compreensão do processo de reassentamento em Nova Soberbo	135
Figura 25 – Divisão dos lotes na comunidade de Nova Soberbo, 2023	137
Figura 26 – Planta-baixa das unidades habitacionais, Nova Soberbo (sem escala)	145
Figura 27 – Planta-baixa alterada após a ocupação, Nova Soberbo, MG (sem escala).....	147
Figura 28 – Planta-baixa da unidade habitacional com dois pavimentos, Distrito de Nova Soberbo, 2023.....	150
Quadro 1 – Reassentamentos e formas de compensação adotados em diferentes projetos hidrelétricos	18
Quadro 2 – Riscos de empobrecimento de populações reassentadas involuntariamente	22
Quadro 3 – Projeção de idade dos sujeitos reassentados, 2023.....	55
Quadro 4 – Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa por idade, sexo, se morou no Velho Soberbo e duração das entrevistas, 2023	57
Quadro 5 – Caracterização dos sujeitos reassentados participantes da entrevista, 2023.....	59
Quadro 6 – Variáveis de análise do <i>corpus</i> textual	60
Quadro 7 – Categorias de análise do <i>corpus</i> textual	61
Quadro 8 – Tipos ideais relativos aos modos de vida rural e urbano	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFE	Ajuda Financeira Emergencial
ALCAN	Alumínios Canadenses
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIF	Comitê Federativo
COPAM	Conselho de Política Ambiental
COVID-19	Corona Vírus Disease – 2019
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPP	Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda.
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRaMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
NACAB	Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens
ONG	Organização Não-governamental
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
SciELO	Scientific Electronic Library Online
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UHE	Hidrelétrica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização do problema.....	16
1.2 Delimitação do problema.....	23
1.3 Objetivos.....	26
1.4 Organização do texto	27
2 MARCO TEÓRICO.....	28
2.1 O reassentamento e os desafios envolvendo a reconstrução dos modos de vida.....	28
2.2 Aplicando as perspectivas teóricas de Bourdieu e Certeau à revisão de literatura sobre reassentamento.....	32
2.2.1 O reassentamento como resultado da força da estrutura econômica sobre os indivíduos e comunidades.....	32
2.2.2 Segunda perspectiva: a fragilidade legal vitimando as populações deslocadas de forma compulsória	36
2.2.3 Terceira perspectiva: o reassentamento enquadrado na perspectiva urbana do progresso.....	38
2.2.4 Quarta perspectiva: a coesão interna do grupo como influência positiva nos processos de reassentamento	41
2.3 A casa e as formas de viver e de morar como possibilidade de materialização de referenciais urbano ou rurais.....	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.1 O Reassentamento de Nova Soberbo Revisitado.....	49
3.2 Métodos de coleta de dados	51
3.3 Os participantes da pesquisa	58
3.4. Método de análise de dados	59
3.5 Questões éticas.....	63
3.6 Limitações da pesquisa	63
4 DA VELHA À NOVA SOBERBO: A VIVÊNCIA DE EVENTOS DRÁSTICOS.....	65
4.1 As lembranças do distrito rural de São Sebastião do Soberbo	65
4.2 A reinvenção da vida urbanizada em Nova Soberbo: a história de um projeto “bem-sucedido”	74
4.3 A perda da autonomia econômica e produtiva das famílias	78
4.4 “De atingido pelo lago a Renovado pela lama”: os conflitos no pós-reassentamento...	84
5 A VIDA QUE SE REFAZ NO REASSENTAMENTO: A INVENÇÃO DO COTIDIANO NO REASSENTAMENTO	94
5.1 Entre o passado e o presente: a casa e o cotidiano da vida no reassentamento	94

5.2 “Da casa velha à casa nova” à organização social do espaço da Nova Soberbo	94
5.3 A “casa velha”, a “casa nova”, as pessoas e as coisas: táticas para criar o lugar para morar e viver	113
6 DA MODIFICAÇÃO DO <i>HABITUS</i> ÀS TÁTICAS COTIDIANAS DO HABITAR: AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DO REASSENTAMENTO E DA CASA RURBANA E SEUS ESTILOS DE VIDA.....	126
6.1 Entre a casa vernacular e o morar contemporâneo: as transmutações do habitar	127
6.2 O <i>habitus</i> do morar periurbano.....	132
6.3 A dinâmica habitacional do reassentamento de Nova Soberbo.....	136
6.4 Tipologias das casas periurbanas do distrito de Nova Soberbo.....	144
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista	169
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	171

1 INTRODUÇÃO

Um dos pressupostos desta pesquisa foi de que a casa é o resultado das diversas interações e olhares daqueles que ali moram e interagem. Cada morador com ela se relaciona e a dota de sentidos e significados particulares, a seu modo. A casa é o reflexo das diferentes formas de olhar o mundo e das vivências e experiências que cada morador carrega dentro de si mesmo. Logo, o olhar para a casa não pode ser homogêneo, pois a forma como ela é construída e significada pelos seus moradores também não é única, mesmo que as experiências sejam semelhantes, sendo equivocado acreditar em um único sentido para a casa. Procura-se, portanto, nesta pesquisa compreender os significados do morar, dando especial atenção às representações materiais e imateriais da casa que dão sentido ao ambiente construído (Savi; Dischinger; Hespanhol, 2015).

O objetivo aqui foi compreender os efeitos do longo prazo do reassentamento de famílias rurais, em decorrência da construção da Hidrelétrica (UHE) de Candonga¹, 18 anos após o deslocamento para o distrito periurbano de Nova Soberbo. Este estudo pode ser caracterizado por sua natureza longitudinal, uma vez que a pesquisadora já havia explorado a mesma realidade social em sua dissertação de mestrado entre os anos de 2006-2008. Durante o mestrado, realizado na mesma instituição desta tese, foi analisado o período imediatamente posterior ao reassentamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica na Zona da Mata de Minas Gerais. Naquela fase inicial, foram descritas as percepções das famílias reassentadas sobre as mudanças espaciais, econômicas, sociais e culturais decorrentes do deslocamento, bem como as perspectivas de futuro que os reassentados vislumbravam à época. Esta tese, portanto, abarca momentos distintos de uma mesma realidade social, conectando as análises passadas com as condições atuais dessas comunidades.

Naquele contexto, poucos meses haviam se passado do deslocamento compulsório e as famílias ainda se encontravam desorganizadas e buscando soluções para se adequarem à vida na nova localidade, às margens da rodovia e próximo ao lago da barragem. A realidade então vivida pelos reassentados chamou a atenção de órgãos internacionais, como a ONG Internacional Centro de Justiça Global, que à época publicou o relatório “**Atingidos e Barrados**: as violações dos direitos humanos na UHE Candonga”, em 2004. A publicação descreve as tensões vivenciadas durante o processo de negociação, quando a construtora se

¹ Esse empreendimento foi construído pelo consórcio formado pelas empresas Vale do Rio Doce e Alumínios Canadenses (ALCAN). Foi um empreendimento hidroelétrico que gerou os primeiros conflitos socioambientais no Brasil.

preparava para a implantação do empreendimento e planejava as formas indenizatórias, destacando, também, as dificuldades vividas pela população rural deslocada para o reassentamento de Nova Soberbo.

Na época do reassentamento, 14 famílias das 68 residentes em São Sebastião do Soberbo não concordaram com a mudança, alegando pendências com o consórcio em relação às negociações. Diante dessa situação, os representantes do consórcio valeram-se da presença policial para pressionar a saída dos moradores, numa cena marcada pela violência física e psicológica. No vídeo produzido por um dos moradores, podem-se ver dois ônibus repletos de policiais armados entrando no povoado, seguidos de tratores usados para demolição das casas, além de caminhões-baús para transportar a mudança, compulsoriamente. O vídeo retrata a demolição de casas e as pessoas assistindo à cena, sem nada poder fazer. Todas as casas foram destruídas, algumas antes mesmo de serem totalmente esvaziadas. Ao receberem a nova casa, na Nova Soberbo, os reassentados manifestavam a sua descrença com o futuro na nova residência, conforme pode ser observado nos relatos que se seguem:

Eu acho que daqui uns anos isso aqui não vai ser nada, só gente velha! E daqui uns 5 a 10 anos, essas casas vão estar tudo caindo, muita gente passando necessidade, como já tem hoje (D.C.A., 23 anos, noiva) (Bortone, 2008).

Tipo assim, os velhos vão ficar aqui, só gente velha, os novos que vão ficar aí, vão ficar passando aperto, porque não vai ter serviço nenhum, vai ficar aí precisando de dinheiro e não tendo. E a gente vai embora, sabe eu acho que no final, que daqui uns anos isso daqui vai ser um nada (D.E.F., 20 anos, solteira) (Bortone, 2008).

A expectativa de futuro projetado nesses depoimentos não se diferenciava muito da realidade que existia na antiga Soberbo antes mesmo da chegada da construção da hidrelétrica de Candonga: um distrito marginalizado e deteriorado pela ação do tempo e pela falta de recursos dos seus moradores para preservar as antigas casas do lugar, muitas delas herdadas de parentes já falecidos (Bortone, 2008). O foco da pesquisa estava, então, em compreender as contradições e diferenças experienciadas pelos antigos moradores de São Sebastião do Soberbo. A oportunidade de fazer o doutorado, quase duas décadas depois, proporcionou à pesquisadora a possibilidade de retornar ao reassentamento para compreender como os reassentados refizeram suas vidas. Se na pesquisa de mestrado a busca foi para compreender os impactos vividos pelos reassentados na nova moradia, no doutorado a pretensão foi compreender de que forma as práticas cotidianas desenvolvidas por essas famílias na casa e espaço a elas destinados revelavam sua identidade.

Assim, com esta pesquisa, pôde-se dar continuidade à análise iniciada no mestrado acadêmico e que no doutorado ganhou relevância com o aprofundamento, principalmente no

que concerne às possibilidades analíticas de compreensão das relações a partir das pessoas envolvidas, das histórias que as cercam, do espaço, da casa e dos objetos que a compunham. Embora o texto desta tese não se detenha nos aspectos científicos dos conflitos socioambientais, a postura crítica que se mantém é em relação à forma como o desenvolvimento econômico é imposto e aos impactos que recaem sobre os atingidos enquanto reflexão sobre a dinâmica de reassentamento e a apresentação da identidade vinculada à transformação dos modos de vida e ao espaço vivido.

Procurou-se, portanto, nesta tese, compreender como as famílias que experienciaram o deslocamento compulsório seguido do reassentamento se refaz frente às mudanças impostas, quase duas décadas após a remoção forçada. Ao ampliar a análise acerca das práticas cotidianas que se reconstrói no longo prazo da vida pós-reassentamento, buscou-se compreender as mudanças experienciadas e as continuidades recuperadas de outrora e reconstruídas na vida cotidiana dos sujeitos reassentados.

1.1 Contextualização do problema

A construção de usinas hidrelétricas começou no Brasil na década de 1950, impulsionada pela necessidade de diversificar as fontes energéticas devido às dificuldades de importação de carvão e derivados de petróleo. Essa transição ganhou força especialmente após as crises energéticas globais de 1973 e 1979, que resultaram na quadruplicação dos preços do petróleo e estimularam a busca por alternativas mais estáveis e econômicas para a produção de energia. Conforme analisado por Gremaud (2002) e corroborado por Prudêncio de Mera *et al.* (2018), tais eventos catalisaram a expansão das hidrelétricas como solução viável para reduzir a dependência do petróleo.

No entanto, as construções hidrelétricas trouxeram consigo impactos significativos para as comunidades locais. Scott (2006), ao analisar a construção da hidrelétrica Luiz Gonzaga, anteriormente conhecida como Usina de Itaparica, operada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), próximo à cidade de Petrolândia, em Pernambuco, documentou os efeitos adversos do processo de reassentamento, destacando o adoecimento e sofrimento dos deslocados. Neste estudo, revela-se que os impactos de tais projetos vão além das questões técnicas e econômicas, atingindo profundamente a estrutura social e cultural das comunidades afetadas. Ribeiro, Andrade e Moret (2015) exploraram ainda mais essas consequências, identificando um processo de isolamento social experimentado pelas famílias reassentadas. A alteração da paisagem natural, caracterizada pela escassez de árvores, e a ausência de sombras

e de quintais, em comparação com seus antigos lares, contribuíram para essa sensação de isolamento. Além disso, a interrupção de atividades tradicionais, como caçadas, pescarias, banhos no rio, jogos de futebol e práticas religiosas, simboliza a ruptura com um cotidiano anteriormente construído e profundamente enraizado.

Esses estudos sublinham que as construções hidrelétricas, apesar de fornecerem uma solução energética necessária, implica complexas transformações socioambientais. Tais transformações exigem abordagens que considerem tanto as necessidades energéticas quanto os direitos e bem-estar das comunidades atingidas, alinhando-se, assim, com princípios de desenvolvimento sustentável e de justiça social. Reddy, Smyth e Steyn (2015) destacam que o processo de reassentamento de populações locais é complexo, multifatorial, multidimensional, multiator, multiescalar e multinível. Para esses autores, as transformações vivenciadas envolvem decisões que vão além do simples ato de deslocar. A mudança para um novo lugar envolve a ruptura com a **morfologia social**, já que a disposição dos diferentes domínios espaciais e o controle dos trajetos e códigos são impactados. Tais impactos acabam por exigir a reorganização do espaço doméstico e do cotidiano. As pessoas reassentadas são afetadas de maneiras diferentes pela imposição do deslocamento compulsório. Algumas podem se beneficiar do reassentamento, mediante o acesso a empregos ou oportunidades de negócios. Todavia, outros podem perder coisas que valorizam e, ou, prezam, como paisagens particulares e locais sagrados, os quais nenhuma remuneração pode compensar. No entanto, independentemente do tipo de vivência experienciada, na maioria dos casos se revelam uma quebra da rotina e impactos relacionados às questões econômicas, sociais e culturais.

Estudos desenvolvidos pelo Banco Mundial², desde 1980, têm reconhecido que a forma como os projetos são desenvolvidos, muitas vezes com foco na celeridade da conclusão de suas etapas, causa empobrecimento a milhares de pessoas por eles atingidas, direta ou indiretamente (The World Bank, 2015). Segundo Cernea (2006), as medidas para mitigação dos impactos deveriam incluir não apenas a compensação das perdas materiais, mas, também, das perdas imateriais decorrentes do deslocamento compulsório. Entretanto, a compensação fundiária e em dinheiro constitui as formas mais comuns de minimizar os impactos do deslocamento compulsório.

² Desde 1980, o Banco Mundial tem se destacado em termos da proposição de políticas envolvendo reassentamentos involuntários. Mundialmente reconhecido enquanto instituição responsável por financiar a agenda de desenvolvimento econômico de países pobres, avalia que a forma como os projetos são conduzidos, muitas vezes com foco na celeridade da conclusão de suas etapas, causa empobrecimento a milhares de pessoas atingidas.

No estudo realizado por Fujikura e Nakayama (2013), entre os anos de 2006 e 2009, abrangendo 10 grandes projetos de barragem implementados em cinco países diferentes, os autores constataram que nenhum reassentamento poderia ser considerado como “modelo” de desenvolvimento. No entanto, algumas boas práticas foram identificadas, como a compensação de terras por terras. No Quadro 1, destaca-se a forma de compensação adotada em cada projeto. Nos casos em que a compensação se deu em dinheiro, observou-se que o montante recebido não foi suficiente para assegurar a reprodução social das famílias, constatando-se o empobrecimento delas em todos os casos. No entanto, mesmo entre aqueles que receberam como indenização o bem terra por terra, embora a sua situação tenha se mostrado mais segura e estável, constatou-se, ainda assim, uma busca por atividades não agrícolas para a complementação da renda familiar. E mesmo aqueles que permaneciam nas atividades agrícolas se mantinham receosos quanto à necessidade de mais investimentos, para os quais não possuíam recursos.

Quadro 1 – Reassentamentos e formas de compensação adotados em diferentes projetos hidrelétricos

País	Represas	Período	Compensação
Indonésia	Bili-Bili	1990	Dinheiro
	Koto Panjang	1980 e 1990	Terra e dinheiro
	Saguling	1980	Dinheiro
	Wonorejo	1990	Dinheiro
Laos	Nam Ngum 1	1960	Terra
	Nam Theun 2	2000	Terra
Sri Lanka	Kotmale	1970 e 1980	Terra
Turquia	Atatürk	1980	Dinheiro
Japão	Kusaki	1960	Dinheiro
	Sameura	1970	Dinheiro

Fonte: Elaboração da autora, a partir de Fujikura e Nakayama (2013).

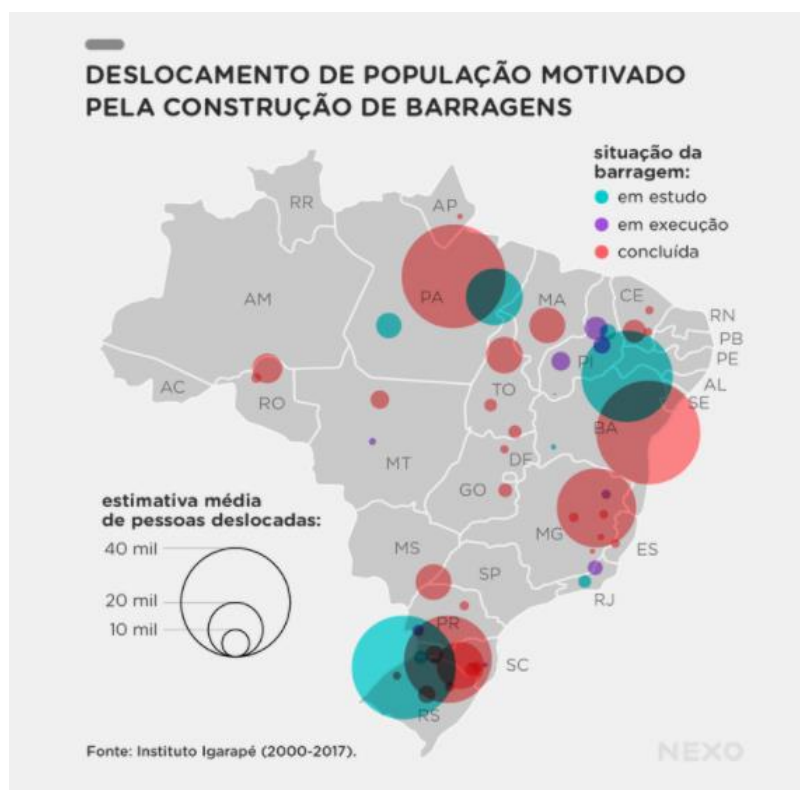
No Brasil, boa parte dos afetados não consegue acessar as políticas de reparação e mitigação. Carneiro, Souza e Silva (2020), ao analisarem os reassentamentos involuntários ocorridos no Brasil entre os anos de 2006 e 2018, apontaram para o uso do Manual Operacional do Banco Mundial. Esse manual foi criado em 2001, tornando-se o documento mais utilizado nos projetos de reassentamento. Portanto, no Brasil, não é o Estado que estabelece as normas e procedimentos a serem adotados para garantir às pessoas e às comunidades, vítimas de

deslocamento compulsório, seus direitos à reparação, pois o protocolo seguido é o sugerido pelo Banco Mundial. Essa adoção de padrões internacionais, embora possa trazer uma perspectiva de uniformidade nas práticas de reassentamento, não necessariamente se traduz em eficácia na garantia dos direitos das comunidades deslocadas. O cenário é agravado pela ausência de marco regulatório robusto no país que defina claramente as responsabilidades do Estado e dos empreendedores no processo de reparação.

Tal fato gera um ambiente de grande instabilidade, visto que o conflito gerado pelo reassentamento compulsório cria um campo de forças desigual: de um lado, as instituições envolvidas na implementação do projeto, os financiadores e empreendedores; do outro, as pessoas atingidas pelo empreendimento, que são obrigadas a se deslocar e a negociar aquilo que não estava à venda. As pessoas atingidas não têm facilidade para contratar profissionais que as auxiliem na defesa dos seus direitos e interesses e, na maioria das vezes, não têm informação adequada nem qualquer oportunidade de participação no processo decisório acerca dos reassentamentos involuntários (Carneiro; Souza; Silva, 2020). A dinâmica resultante é um campo de forças desigual, em que as instituições e financiadores envolvidos na implementação dos projetos de desenvolvimento têm vantagem significativa sobre as comunidades deslocadas.

Cernea (2006) destacou que os reassentados por projetos de desenvolvimento vivenciam traumas muito semelhantes aos dos refugiados de guerras ou de desastres naturais. Segundo esse autor, os grandes projetos de infraestrutura já deslocaram mundialmente, nas últimas duas décadas, aproximadamente 200 milhões de pessoas. A cada ano, quatro milhões de pessoas são compulsoriamente deslocadas para dar lugar a lagos artificiais criados por grandes barragens. No Brasil, o Instituto Igarapé (2017) avaliou os custos socioeconômicos de cerca de 80 barragens construídas a partir dos anos de 2000 (Figura 1). Após analisar os dados, estimou-se que entre 170 e 240 mil brasileiros foram forçados a deixar suas casas em razão da instalação desses empreendimentos.

Figura 1 – Deslocamento de população motivado pela construção de barragens



Fonte: Instituto Igarapé (2017). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/O-lado-obsuro-do-modelo-de-desenvolvimento-brasileiro>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Segundo a Cartilha de Direitos Humanos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)³, o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil e no mundo tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar ainda mais as desigualdades sociais. Em relatório produzido e publicado, a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH (2010) identificou 16 direitos humanos violados na análise dos processos de implantação da UHE Cana Brava, UHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz do Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã.

1. Direito à informação e à participação.
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão.
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida.
4. Direito à moradia adequada.
5. Direito à educação.

³ Durante quatro anos, o CDDPH, por meio de uma comissão especial, analisou denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens no Brasil que resultou em um extenso relatório aprovado em reunião aberta em novembro do ano de 2010, com síntese publicada no ano de 2011, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

6. Direito a um ambiente saudável e à saúde.
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida.
8. Direito à plena reparação das perdas.
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.
10. Direito de ir e vir.
11. Direito às práticas e modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais.
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais.
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial.
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial.
15. Direito à reparação por perdas passadas.
16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária.

Tais violações, segundo o CDDPH (2010), se territorializam mesmo com a não garantia do reassentamento. Ao efetivar o reassentamento construído para abrigar as famílias atingidas, observa-se, comumente, que ele apresenta baixa qualidade das moradias, impossibilita a manutenção dos laços de parentesco e de vizinhança, compromete as atividades econômicas, entre outras perdas. Contudo, o discurso que se promove acerca do reassentamento forçado afirma, contrariamente, que a população terá compensações, como uma casa nova, muitas vezes localizada mais próximo da cidade. Cernea (2006) mostra, todavia, em seus estudos, que, geralmente, o reassentamento leva ao empobrecimento das famílias reassentadas, em decorrência de oito riscos: (1) A perda da terra; (2) A perda do emprego; (3) A perda da habitação; (4) A marginalização; (5) A insegurança alimentar; (6) O aumento da mortalidade; (7) A perda de acesso a recursos comuns; e (8) A desarticulação social, ou seja, ocorre o empobrecimento multifacetado dos reassentados. Bernardo (2019) desdobrou esses riscos elencados por Cernea (2006) em relação aos possíveis impactos, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Em meio a essas transformações forçadas e realocações, a casa ocupa lugar central no processo de reconstrução da nova vida. A casa e seu entorno podem ser vistos como um campo de possibilidades elástico para a reprodução da rotina existente anteriormente. Nela se pode reproduzir integral, parcial ou, mesmo, limitadamente os hábitos e as atividades que estavam incorporadas na vida que se tinha no contexto do reassentamento, mas a casa não é só o cenário no qual o cotidiano se desenrola. Ela materializa, também, a possibilidade de manutenção da identidade construída pregressamente ou a necessidade de adaptá-la ao novo ambiente

socioespacial. Neste estudo, pretendeu-se compreender de que forma a casa e espaços sociais destinados aos reassentados foram por eles incorporados na reconfiguração de suas práticas cotidianas. Esse foco na casa como eixo de análise revela a complexidade dos processos de reassentamento e a importância de considerar os aspectos materiais e imateriais que envolvem as experiências de deslocamento compulsório.

Quadro 2 – Riscos de empobrecimento de populações reassentadas involuntariamente

Risco	Descrição	Impactos
Perda da terra	A expropriação de terras contra a vontade dos afetados.	Priva a comunidade da base dos sistemas produtivos, sendo a forma mais comum de empobrecimento.
Perda de emprego	A população é privada de exercer sua ocupação, que, muitas vezes, é relacionada àquela terra.	O desemprego decorrente tende a se agravar com o passar dos anos.
Perda da habitação	Não reposição da habitação desapropriada pelo projeto.	Pode afetar alguns segmentos mais vulneráveis não contemplados nos planos de reassentamento.
Marginalização	O desenvolvimento de uma nova economia, dedicada aos trabalhadores da obra, que se encontra vetada à população já residente.	Perda do poder econômico.
Insegurança alimentar	Ingestão de taxa de proteínas e calorias abaixo do mínimo para um crescimento normal, situação causada pelo decréscimo nas colheitas.	Doenças, instalação de quadro de fome generalizado.
Aumento da mortalidade	Condições de saúde dos reassentados tendem a piorar, devido a doenças, má nutrição, ou causas psicológicas, como estresse e traumas.	Risco mais proeminente em segmentos da população mais vulnerável, como crianças e idosos.
Perda de acesso a recursos	Privação do uso de recursos como floresta, nascentes ou repositórios naturais de água, terras de pasto, entre outros.	Ocorre quando a privação desses recursos é compensada abaixo do seu valor real.
Desarticulação social	Dissipação de elementos de organização social e da rede de colaboração mútua.	Afeta todo o sistema social, muitas vezes dissolvendo-o, com perdas não quantificáveis.

Fonte: A autora, a partir de Cernea (2006 *apud* Bernardo, 2019).

Ao considerar as transformações forçadas mencionadas e os desafios enfrentados, é importante considerar também que, segundo Pedro (2011), existiria uma tendência a um processo de urbanização da população rural reassentada em decorrência da construção de grandes empreendimentos, como as hidrelétricas. O fato de as pessoas que viviam em ambientes rurais terem a sua casa e o seu espaço vivido destruídos para darem lugar ao empreendimento implicaria desafio da reconstrução dos seus hábitos, rotinas e modo de viver em um novo contexto, na maioria das vezes urbano. Refazer a domesticidade, como aponta Miller (2013), implicaria dotar o novo mundo e as coisas que o compõem de significado, de

relevância, visto que esse universo material desempenharia papel atuante na constituição do “eu” individual. A superficialidade ou a profundidade dessa nova “domesticidade” encontraria-se condicionada pela forma como se estabeleceria a apropriação do lugar.

No caso desse reassentamento situado no interior do Estado de Minas Gerais, mais precisamente na Zona da Mata mineira, as famílias afetadas pela UHE eram as que tinham na agricultura uma atividade de geração de renda ou de autossustentação. Assim, o espaço projetado para o reassentamento dessa população que tinha com a agricultura uma referência identitária passa a incorporar um contexto de vida periurbano e o que restou do antigo lugar. A nova casa será o lugar para a colocação dos objetos que restaram do antigo lugar, mas, também, dos novos. A organização da nova casa revela escolhas, critérios estéticos e funcionais, simbólicos e econômicos. A casa materializa a forma como o espaço é pensado, sentido e vivido. Esta pesquisa buscou compreender o processo de reconstrução da cotidianidade dessa população reassentada, a partir de uma análise das relações das pessoas com a casa e com o seu entorno. Buscou-se, assim, compreender qual o sentido que a casa e o reassentamento assumiram para essa população rural reassentada em uma localidade periurbana.

1.2 Delimitação do problema

O foco desta investigação está nos reassentamentos construídos para abrigar os atingidos por empreendimentos hidrelétricos, direcionando o olhar para a realidade das famílias da comunidade rural de São Sebastião do Soberbo deslocadas para implantação da UHE Risoleta Neves e reassentadas no distrito urbano de Nova Soberbo, ambos localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, no caso que ficou conhecido nacional e internacionalmente como Candonga⁴ (nome do consórcio responsável pela construção do empreendimento). Um embate que já dura quase 20 anos entre uma comunidade rural e governos locais e empreendedores, dotados de poderes econômicos e políticos, demonstrando, assim, um acirrado jogo de interesses permeado por questões políticas, sociais e até mesmos ideológicos.

A UHE Risoleta Neves está situada na bacia hidrográfica do rio Doce, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, Zona da Mata do estado de Minas Gerais (Figura 2). A inauguração da usina ocorreu em 2004, entretanto o processo começou muito

⁴ O consórcio para construção desse empreendimento hidrelétrico foi inicialmente formado pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce e Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda. (EPP). Em 2001, a EPP vendeu metade de sua participação para a empresa Alumínios Canadenses (ALCAN), atualmente denominada Novelis, formando oficialmente o Consórcio Candonga.

antes, na década de 1960, quando houve a demarcação da área pela ELETROBRÁS e a comprovação da viabilidade do rio Doce para tal empreendimento. Todavia, a vida das comunidades ribeirinhas começou verdadeiramente a mudar entre os anos 1996 e 1999, quando os estudos ambientais e socioeconômicos confirmaram a viabilidade do projeto. Para conseguirem a licença para a implantação da UHE, os empreendedores tiveram que passar por uma série de procedimentos legais e administrativos exigidos pela legislação brasileira. Alguns desses requisitos foram satisfatoriamente atingidos, outros apenas parcialmente e, muitos, no entanto, apresentaram problemas que necessitaram de prorrogações e intervenções de órgãos ambientais⁵ – Algumas dessas últimas se arrastam até os dias atuais.

Figura 2 – Mapa da localização geográfica da UHE Candonga e dos municípios limítrofes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

Geograficamente, o município está localizado na microrregião de Ponte Nova, possui uma área de 258,7 km² e conta atualmente com uma população de aproximadamente 4.673 habitantes, segundo o IBGE (2022), entre população rural e urbana. Santa Cruz do Escalvado possui como principais setores econômicos o de serviço e a agropecuária, fatores que influenciam diretamente a composição social e econômica locais (IBGE, 2020). Os municípios circunvizinhos apresentam características populacionais e econômicas semelhantes, com

⁵ No estado de Minas Gerais, os órgãos ambientais são a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e o Conselho de Política Ambiental (COPAM).

ressalvas para Ponte Nova, polo regional no atendimento de diversos setores: saúde, alimentação, industrial e emprego.

A bacia hidrográfica do rio Doce é importante rio do estado e palco de grandes conflitos pelo uso e apropriação da água em função do desenvolvimento econômico regional e nacional, o qual traz como atores principais dessa composição econômica a presença de grandes empreendimentos privados, a citar: Companhia Siderúrgica Belgo Mineiros, Aperam South América (antiga Acesita) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), além da maior mineradora a céu aberto do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, fazendo que a Bacia Hidrográfica do Rio Doce seja o maior complexo siderúrgico da América Latina. Recentemente, a Bacia do Rio Doce foi atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos de Mariana, MG, que provocou um novo impacto às famílias reassentadas pela UHE Candonga, afetando diretamente todo o processo de reativação econômica local.

A comunidade reassentada em Nova Soberbo vivia no antigo distrito de São Sebastião do Soberbo, localizado às margens do rio Doce. Constituía um típico povoado ribeirinho composto por famílias de baixa renda e baixa escolaridade, em que a dinâmica econômica era essencialmente rural, pautada na agricultura familiar, na pesca ao longo do rio e no garimpo. Com a construção da hidrelétrica, as famílias foram desterritorializadas e reterritorializadas no reassentamento de Nova Soberbo, localizado na área rural do distrito de Santa Cruz do Escalvado, também às margens do rio Doce. Até 2004, 170 famílias foram realocadas para o reassentamento, mas no total foram 270 famílias afetadas diretamente, das quais parte não foram reconhecidas ou foram reassentadas em outro lugar. Vale ressaltar que 14 famílias resistiram até o fim, quando, por intermédio de força policial, foram transferidas para o reassentamento.

O reassentamento de Novo Soberbo apresenta características que se assemelham mais com a vida urbana que com a rural – característica do antigo local antes do deslocamento. Sua organização espacial, suas casas, área comercial e de lazer expressam uma paisagem muito diferente daquela vivida anteriormente. Porém, muito além dessa paisagem, ficam as questões de manutenção dos modos de vida⁶ e de adaptação ao local. No caso específico dos atingidos pela construção da UHE Candonga, o que se vê é um processo conflituoso e tenso de negociação. Nesse embate, por tempo, a comunidade atingida se permitiu às negociações

⁶ Modos de vida refere-se ao conjunto de práticas, recursos, relações e estratégias que definem a existência cotidiana de indivíduos e grupos em determinados contextos. Este termo abrange as formas como as comunidades se organizam social e economicamente, suas práticas culturais, métodos de trabalho, e a relação que estabelecem com o ambiente físico e social. Estas questões serão tratadas com mais detalhes no capítulo 6.

individuais, validando as estratégias de negociação, compensação e mitigação da empresa e, ao final, já em etapas avançadas do processo de licenciamento, rebelou-se à resistência em decorrência das divergências vivenciadas e não cumpridas pelo Consórcio Candonga. As famílias foram deslocadas, e aquelas que não cederam à proposta de negociação foram reassentadas involuntariamente como parte do processo de territorialização da UHE Candonga. Essa investigação ganha profundidade ao considerar que, tempos depois, os reassentados são impactados pelo rompimento da barragem de Mariana, que exacerbou os desafios enfrentados pelas famílias já afetadas pela construção da UHE Candonga. O estudo desses eventos destaca não apenas os impactos imediatos sobre as condições de vida, mas também as consequências de longo prazo na reorganização da vida comunitária e individual em contextos urbanizados forçadamente.

Esta investigação se alinha, portanto, aos estudos do cotidiano, da habitação e da cultura material e imaterial, visto que busca compreender as relações construídas entre a população reassentada e o seu novo espaço de vida. Os elos entre pessoas e coisas possibilitam entender o modo como elas se constituem e se reconstituem e como as coisas são apropriadas. No caso específico deste estudo, o reassentamento traz os contornos da urbanidade, interagindo com as memórias advindas da ruralidade, que aqui será descrito como periurbano. A produção espacial por eles experienciada no reassentamento carrega vivências associadas a contextos distintos: a do antigo lugar, marcado por costumes, tradições e objetos, que têm como base as referências rurais. Este estudo buscou, assim, responder à seguinte pergunta: “De que forma as famílias rurais deslocadas compulsoriamente para casas urbanas construídas de forma padronizada em um reassentamento situado no perímetro periurbano refizeram suas práticas cotidianas, após quase duas décadas de reassentadas?”.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta tese foi compreender de que forma a casa recebida pelos reassentados, passados 20 anos de seu recebimento, revela-se como um espaço doméstico incorporado pela força dos esquemas de ação dos sujeitos ou pelos *habitus domésticos* de agentes rurais marcados por valores e práticas culturais do mundo rural. Para conseguir alcançar o objetivo geral proposto, estabeleceu-se como objetivos específicos:

- 1- Analisar a configuração das casas 20 anos após o deslocamento compulsório, descrevendo os diferentes modelos habitacionais do reassentamento.

- 2- Identificar as transformações das práticas cotidianas vivenciadas pelas famílias rurais deslocadas compulsoriamente para um distrito periurbano.
- 3- Analisar os diferentes *habitus* e táticas desenvolvidos pelos reassentados 20 anos após o reassentamento em um espaço periurbano.

1.4 Organização do texto

Este trabalho está organizado em seis capítulos, além desta **Introdução e das Considerações Finais**. No **segundo capítulo**, apresentam-se as bases teóricas conceituais que nortearam a pesquisa. Já no **terceiro**, trabalhou-se a trajetória metodológica que fundamenta os procedimentos que conduziram a construção dos argumentos utilizados. No **quarto capítulo**, apresenta-se como a literatura nacional e internacional analisa as lógicas do reassentamento e seu impacto na reconfiguração da vida pós-deslocamento. No **quinto capítulo**, descreve-se a respeito da configuração periurbana da Nova Soberbo e das condições de habitação, bem como contextualiza-se acerca dos processos de planejamento e implementação do reassentamento, os conflitos e impasses que, mesmos passadas quase duas décadas, ainda impactam a vida dos sujeitos reassentados. No **sexto capítulo**, apresenta-se como a modificação do *habitus* dos sujeitos rurais reassentados em um perímetro periurbano foi capaz de revelar táticas cotidianas enquanto estratégias e estilos de vida incorporados ao viver no reassentamento.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 O reassentamento e os desafios envolvendo a reconstrução dos modos de vida

A construção da concepção de **modo de vida** pode ser interpretada como tendo contado com formulações indiretas de vários autores, pertencentes a diferentes perspectivas teóricas. Lefebvre (2001), em seu trabalho sobre o cotidiano e a vida urbana, contribui para a concepção de modo de vida ao analisar a forma como o capitalismo e a modernidade influenciam o modo de vida urbano, especialmente por meio da produção do espaço social. Seu conceito de "produção do espaço" é crucial para entender como os modos de vida são moldados pelas **práticas espaciais** e pelas relações de poder na sociedade. Para Lefebvre, a produção espacial perpassaria pela representação do espaço (espaço concebido); pelo **espaço vivido**, que englobaria as experiências, memórias e significados atribuídos ao espaço pelos indivíduos que nele habitam e pelo **espaço apropriado**, que abrangeria a maneira pela qual os espaços são utilizados e modificados pelos sujeitos para atender às suas necessidades e práticas diárias.

Ainda de acordo com Lefebvre (1991), o cotidiano surge da prática, do movimento das atividades criadoras e produtoras de objetos e de obras, dos sentidos e conteúdos sociais reproduzidos espacialmente. O cotidiano revelaria tanto o lugar de reprodução dos sujeitos sociais, marcado pela espontaneidade das ações práticas, quanto a dominação do espaço pelas imposições do modo de produção capitalista, característica da cotidianidade programada pela “sociedade burocrática de consumo dirigido”, a qual programaria o cotidiano das pessoas para o consumo (Lefebvre, 2008, p. 46). Assim, o estudo do cotidiano apresenta-se como possibilidade para compreensão do espaço vivido, à medida que, no nível do cotidiano “[...] se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos...” (Lefebvre, 1991, p. 30). O cotidiano implica os desafios de como produzir e reproduzir. Assim, isso implica desvendar a ambiguidade dos conteúdos sociais e materiais que se realizam na dimensão do vivido. Segundo Lacombe (2008), a noção de ambiguidade tal qual Lefebvre discute se constitui em situações sociais vividas em função das contradições e conflitos profundos que não são percebidos enquanto tais.

Assim, mesmo considerando que as novas vivências dos reassentados não vão ser iguais às práticas cotidianas no lugar de origem, essas serviriam de referência para articular novas práticas no reassentamento, ainda que em condições periurbanas. Dessa forma, segundo a proposição de Lefebvre (1991), o reassentamento poderia materializar-se como espaço social de reprodução das práticas cotidianas da vida, nos lazeres, nas atividades culturais, na escola,

no trabalho, na igreja e nos espaços como um todo, sem desconsiderar, também, nesse processo de apropriação, os conflitos e contradições que se materializam nesse espaço concebido e agora vivido (Lefebvre, 2001).

O peso da estrutura com suas referências normativas instituídas no passado e orientando o presente pode ser percebido, também, na concepção de *habitus* de Bourdieu (1994). Para esse autor, os indivíduos deparam-se com um mundo constituído por **estruturas estruturadas**, que agem sobre eles de forma inconsciente. Todavia, segundo Bourdieu, os indivíduos não deixariam de atuar como agentes, pois instituiriam, de forma coletiva, novas práticas estruturantes. Diante de situações novas, desafiadoras, abrir-se-ia espaço para novas práticas. Estas se baseariam nas predisposições para agir advindas das experiências passadas, dos valores e visões sociais de mundo que os indivíduos carregam, mas que seriam capazes de se adequar às novas situações vividas. Bourdieu (1994) aponta, dessa forma, para a possibilidade de agência dos indivíduos, desde que socializada nas práticas cotidianas, nos *habitus* socialmente instituídos. Segundo ele, o *habitus* se constituiria em um:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e representações que podem ser “objetivamente” regulamentadas e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 1994).

Nesse sentido, na perspectiva de Bourdieu, a centralidade das práticas encontra-se na noção de disposições incorporadas. A noção de *habitus* contribui para a compreensão da inteligibilidade das práticas, suas regularidades e transformações, em um esforço de superação de dicotomias como o objetivo e o subjetivo, estrutura e agência, determinismo e liberdade, condicionamento e criatividade, consciência e inconsciente (Bourdieu, 2009, p. 91). O indivíduo, concebido como agente e não como sujeito, vivendo e se socializando em determinado contexto (campo), viveria em um espaço de lutas, dotado de capitais específicos, os quais seriam utilizados para manter ou conquistar o espaço almejado. As práticas corriqueiras, a *doxa* funcionam como propulsoras do cotidiano. Os agentes não atuariam de maneira livre e, sim, a partir de ações coordenadas historicamente que direcionariam as ações individuais e coletivas. Logo, a maneira pela qual o *habitus* se incorporaria ao cotidiano dos agentes apontaria para a ordem moral incorporada em suas práticas. O *habitus* como princípio gerador de pensamentos, percepções e expressões possibilitaria a compreensão da capacidade humana de criar, produzir e reproduzir, visto que institucionalizados pela força do social, do

coletivo. O senso prático com os contornos de prática reproduzida inconscientemente ganharia feições de natureza ao se assemelhar a automatismos.

Diferentemente de Bourdieu, Certeau (1998) analisa o processo de invenção do cotidiano como as “mil maneiras de fazer”, ou seja, como marcado pela espontaneidade. No “**A invenção do cotidiano**”, Certeau descreve o cotidiano como constituído de comportamentos produzidos silenciosamente e de forma quase invisível dentro da ordem dominante. As táticas dos dominados seriam mecanismos através dos quais o substrato produzido e imposto pelos dominantes seria metamorfoseado a partir das práticas cotidianas em um jogo de maneiras de utilizar e reutilizar a ordem imposta. As táticas dos dominados se caracterizariam por formas de resistência da cultura. Maneiras de fazer, de habitar, de caminhar, de cozinhar que preservariam e criariam singularidades na ordem imposta, resistindo nas malhas do sistema em uma miríade de movimentos quase invisíveis. Se materializariam em formas de astúcia, de esperteza e de saberes dos dominados. Essas práticas dos sujeitos constituiriam o espaço vivido nas suas fissuras, nos interstícios da disciplina normativa, mediante o qual o cotidiano se reinventaria com mil maneiras de caça não autorizada, em face às estratégias do forte.

Certeau, Giard e Mayol (2013) defendem o respeito em relação à inventividade do mais fraco em face das estratégias do forte, reconhecendo a capacidade deles de criar mínimas resistências. O cotidiano passa a se constituir de irregularidades, rupturas que extrapolam as regras e normas previamente estabelecidas na vida em sociedade, ainda que estas se façam dentro das micropráticas, na invisibilidade diária da criatividade do refazer. Os autores apontam, assim, para as maneiras pelas quais as apropriações individuais podem criar significados para além daqueles que a ordem vigente espera.

Ao dialogar com Bourdieu (1994), em “**A invenção do cotidiano**”, Certeau (1998) propõem um contraponto a este, ao apresentar diferentes possibilidades interpretativas com relação às estruturas, às práticas cotidianas, ao senso do próprio lugar e ao lugar do outro enquanto condições típicas das sociedades dominadas. A atitude cotidiana para esses autores expressaria a possibilidade de o sujeito, em sua vida cotidiana, construir alternativas. Segundo Giard (1998), Certeau acredita na capacidade de pequenos movimentos de resistência do homem comum que acabara fundando microliberdades perante uma ordem social estabelecida pelo “dominador”.

Já para Bourdieu (1994), o *habitus* teria uma dimensão estruturante de caráter social, coletivo, que predisporia o indivíduo (agente) a reproduzir práticas corriqueiras, mas, também, podendo adaptá-las e, mesmo, improvisar inventivamente em face das situações novas. Contudo, as novas práticas se institucionalizariam e se rotinizariam. Assim, para Certeau, Giard

e Mayol (1996), Bourdieu (1994) estaria enredado pelo “feitiço do *habitus*” (p. 129). Já Certeau, Giard e Mayol (1996) reconhecem as maneiras utilizadas pelos indivíduos, mesmo que momentaneamente, para escapar ou driblar os modelos ditados pela ordem dogmática. Não é que Certeau, Giard e Mayol (1996) desconsiderem que o cotidiano nos pressiona dia após dia, nos oprime, mas no cotidiano o homem comum seria capaz, também, de subverter e resistir à ordem dominante. Certeau não desconsidera o poder do *habitus*, mas não se deixaria encantar pelo seu poder de determinar aos agentes a condição de reprodutores. Ao contrário, a partir da ordem vigente, os indivíduos seriam capazes de fazer uso de práticas portadoras de táticas enquanto maneiras de utilizar e driblar a ordem imposta.

Assim, as concepções de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau se diferem significativamente, refletindo abordagens distintas em relação ao papel dos indivíduos na sociedade e nas estruturas sociais. Bourdieu enfatiza a interação entre estrutura social e agência individual. Para ele, os indivíduos são moldados pelo *habitus*, um conjunto de disposições internalizadas que influenciam seus comportamentos, preferências e práticas. O *habitus* é adquirido através da socialização dentro de campos sociais específicos (como o campo educacional, cultural, econômico), em que as relações de poder e as lutas simbólicas são fundamentais. Bourdieu também argumenta que as disposições do *habitus* tendem a perpetuar e reproduzir as desigualdades sociais, já que os indivíduos de diferentes classes sociais têm *habitus* distintos que lhes conferem diferentes recursos e capitais (econômico, cultural, social) para navegar nos campos sociais.

Já Certeau se concentra mais na agência e nas práticas cotidianas dos indivíduos. Vê os indivíduos como agentes ativos que, mediante táticas criativas e estratégias de resistência, negociam e redefinem seu espaço dentro das estruturas sociais dominantes. Certeau também destaca o papel do consumo e das práticas culturais cotidianas na formação da identidade e na expressão individual. Ele argumenta que as pessoas comuns têm o poder de reinterpretar e subverter os significados impostos pelas instituições dominantes, utilizando o cotidiano como um espaço de criatividade e resistência. Em resumo, enquanto Bourdieu enfatiza a maneira como os indivíduos são moldados por estruturas sociais e *habitus* que reproduzem desigualdades, Certeau destaca a agência dos indivíduos na criação de significado e na resistência por meio de práticas cotidianas e táticas. Ambos os pensadores contribuem para uma compreensão crítica das dinâmicas sociais, enfocando diferentes aspectos da relação entre indivíduo, sociedade e poder. Todavia, seja em Bourdieu ou Certeau, o cotidiano não é concebido como mera reprodução dos costumes herdados. As práticas que o constituem revelam a capacidade dos indivíduos de irem além da passividade e da obediência esperada.

2.2 Aplicando as perspectivas teóricas de Bourdieu e Certeau à revisão de literatura sobre reassentamento

Apresenta-se neste item a “revisão de literatura”, nacional e internacional, sobre o tema do “reassentamento”, analisando os artigos selecionados a partir da perspectiva teórica que melhor o enquadra: a teoria da prática de Bourdieu ou a invenção do cotidiano de Certeau.

2.2.1 O reassentamento como resultado da força da estrutura econômica sobre os indivíduos e comunidades

O processo de reassentamento, enquanto resposta política e social aos processos formais de deslocamento, configura-se como um campo de estudo multidisciplinar que investiga as complexas dinâmicas entre desenvolvimento econômico e a reestruturação espacial e social de pessoas e comunidades. Esse processo, conforme discutido por Pacheco, Porto e Rocha (2013), emerge frequentemente no contexto de grandes projetos de infraestrutura – hidrelétricas, rodovias, mineração, entre outros – que, ao serem implementados, desencadeiam uma série de consequências socioambientais, incluindo a remoção forçada de populações. Nesse sentido, o reassentamento é concebido não apenas como estratégia de mitigação, mas como fenômeno multidimensional intrínseco às dinâmicas de desenvolvimento e urbanização contemporâneas, refletindo uma intersecção entre políticas neoliberais e a gestão territorial que afeta tanto o espaço urbano quanto o rural.

Segundo Cernea (2003), o reassentamento frequentemente resulta no empobrecimento prolongado das comunidades afetadas, constituindo-se em um legado que desafia as gerações subsequentes. Na literatura é possível encontrar termos como “desalojamento”, “desocupação”, “despejo”, “remoção”, que também são utilizados para identificar o “fenômeno migratório” do deslocamento compulsório. Os estudos que utilizam os termos “deslocamento” e “remoção” o caracterizam enquanto um fenômeno que acontece dentro do espaço territorial de origem. Para Terminski (2014, p. 67), o deslocamento revela-se enquanto uma realocação relacionada à perda de acesso à terra e, ou, a recursos sem qualquer tipo de suporte adequado aos sujeitos afetados, levando à deterioração dos seus padrões de vida. Já a remoção pressupõe a retirada forçada de um território sobre o qual o sujeito afetado não tem direito legal, geralmente sem mecanismos de compensação adequados. Segundo Iacovini (2017, p. 27), “as remoções afetam de forma mais significativa parcelas vulneráveis da população, como meeiros, arrendatários e residentes

de favelas e assentamentos precários, os quais frequentemente carecem de direitos legais ou reconhecidos”. Em contraste, no deslocamento, a população afetada inicialmente possui direitos legalmente reconhecidos, os quais são negociados no decorrer do processo. Essa distinção conceitual oferece uma base mais sólida para a análise das dinâmicas sociais e políticas envolvidas nos processos de deslocamento e remoção das famílias de Nova Soberbo.

Por remoção entende-se, portanto, o processo de afastamento ou transferência de indivíduos, famílias e, ou, comunidades, sem direitos legais, de suas casas e, ou, terras. Quando alinhado ao termo forçado, evidencia-se a involuntariedade do indivíduo afetado (Ferreira, 2014). Também para a Organização das Nações Unidas (ONU), remoção refere-se à expropriação, permanente ou temporária, realizada contra a vontade de indivíduos, famílias e, ou, comunidades, de suas moradias e, ou, terras ocupadas. Esse processo ocorre sem que sejam oferecidas formas adequadas de proteção jurídica ou outros mecanismos para amparar os afetados (Brasil, 2013). Essa definição ressalta a ausência de garantias legais e de proteção dos direitos das pessoas afetadas, enfatizando a vulnerabilidade delas diante das ações de remoção promovidas pelo Estado. Neste tese, utilizou-se o termo “deslocamento” para indicar a imposição compulsória de saída do lugar original de moradia e vida, considerando o direito reconhecido a um novo imóvel no reassentamento. No entanto, para Terminski (2014), a falta do título formal da propriedade ou outro instrumento jurídico equivalente não deve ser usada como justificativa para a negação da indenização, uma vez que todas as categorias de ocupação devem ter atendida a garantia de direitos como afetado.

Magalhães (2007), em sua tese de doutorado intitulada “Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens”, caracteriza o deslocamento compulsório como um fenômeno migratório forçado, o qual retira, de forma determinística, famílias e comunidades inteiras dos seus territórios originais, ocasionando a perda da moradia e, conseqüentemente, das referências culturais, econômicas, sociais e espaciais dos reassentados. A involuntariedade que condiciona o compulsório é motivada por razões alheias aos grupos sociais que estão nele envolvidos e derivam de processos sobre os quais eles têm pouca ou nenhuma influência. Raras vezes ou nunca, os deslocados têm a possibilidade efetiva de optar pela manutenção do *status quo* (Bartolomé, 1985).

De acordo com Oliver-Smith (2009), três aspectos diferenciam o deslocamento compulsório da movimentação voluntária ou, mesmo, do deslocamento involuntário causado por grandes catástrofes ou guerras: a completa inviabilidade de permanecer no local; o deslocamento enquanto parte de uma agenda político-econômica de discurso contributivo para

o desenvolvimento local, regional e nacional; e, por fim, a impossibilidade de retorno ao local, tornando, assim, o deslocamento permanente. Vanclay (2017) destaca o empobrecimento dos deslocados, a fragmentação das relações de vizinhança, a fragilização das redes de suporte, o desamparo espacial, entre outras perdas.

Os impactos do deslocamento compulsório estendem-se amplamente, afetando diversas esferas da vida comunitária e individual. Cernea (1993), ao escrever “**The urban environment and the population relocation**”, destaca as consequências desses empreendimentos que levam ao deslocamento compulsório, como: a perda de moradia, o desemprego e a destruição de ativos geradores de renda, bem como o desmantelamento das redes sociais e de serviços que sustentam o tecido da vida cotidiana. Esses efeitos adversos resultantes dos projetos de infraestrutura destacam a necessidade crítica de avaliar os riscos sociais e ambientais associados ao deslocamento, apontando para a importância de abordagens preventivas e compensatórias nas políticas de reassentamento. A frequente discrepância entre os ganhos esperados e as perdas efetivas enfrentadas pelas comunidades ressalta uma contradição fundamental nos estudos de viabilidade e nas promessas de desenvolvimento. Apesar dos compromissos internacionais, como os estabelecidos pela ONU, que enfatizam a obrigação dos Estados de garantir o direito à moradia adequada e de evitar deslocamentos forçados, a realidade demonstra que os deslocamentos relacionados ao desenvolvimento continuam sendo um desafio global.

A literatura é clara ao afirmar que os custos dos projetos são externalizados e suportados pelas populações locais. Reddy, Smyth e Steyn (2015) afirmam que, devido à sua complexidade e abrangência, o reassentamento pode, e deveria, ser configurado como um projeto dentro de um grande projeto. O reassentamento pode produzir marginalidades e vulnerabilidades, que se revelam no impacto das transformações e mudanças na vida daqueles que precisam se deslocar. A literatura retrata como consequências do reassentamento o aumento dos custos de vida das famílias e novas formas de consumo (Cavalheiro; Abiko, 2015; Pitombeira Carvalho; Sieben, 2019; Jibowo; Mncina, 2019; Gukurume; Tombindo, 2021), a exclusão de gênero e as dependências das mulheres (Bisht, 2009; Parente; Miranda, 2014), o desemprego ou ausência de atividade laboral (Roquetti; Moretto; Pulice, 2017; Takano, 2018), bem como a falta de adequabilidade das habitações e condições territoriais (Webber; McDonald, 2004; Mejía-Escalante, 2012). Essas são conclusões dos estudos descritos a seguir e de outros que, alinhados com as práticas específicas de planejamento, como a compensação pelas perdas, indenização em dinheiro ou, mesmo, a realocação assistida (reassentamento), adotam uma compreensão diferenciada de como a lógica capitalista impulsiona a produção de sujeitos e espaços cada vez mais impactados pelas lógicas de vida urbana.

No que se refere ao reassentamento enquanto consequência da reorganização urbana, a remoção de favelas tem sido um caso de estudo exemplar. Cavalheiro e Abiko (2015) mostram como a retirada das pessoas de zonas de perigo em favelas não atendem às expectativas dos deslocados, principalmente, pelo fato de oferecerem um local de moradia distinto do vivido anteriormente. Esses autores analisam o caso do Complexo Rubens Alves, em São Paulo, em que as famílias foram realocadas da favela para condomínios verticais. A gestão de condomínios e os novos custos advindos do novo estilo de vida revelaram-se como pontos negativos na avaliação dos reassentados, que poderiam ter sido mitigados com a participação dos reassentados. No Peru, Takano (2018) chega a conclusões semelhantes ao caso brasileiro estudado por Cavalheiro e Abiko (2015), ao pesquisar o reassentamento resultante de um megaprojeto de transporte na cidade de Lima. Para Takano (2018), a habitação social em áreas urbanas apresentava características que destoam daquelas vividas em áreas rurais, embora as consequências e os resultados revelem semelhanças quanto ao resultado do reassentamento populacional. A habitação pós-reassentamento não se ajustou às condições de vida e à realidade da moradia anterior. Ao contrário daquelas residências que permitiam subdivisões e crescimento em altura, seja para abrigar novos membros familiares ou, mesmo, para desenvolver atividades econômicas, a nova logística de apartamentos permitia apenas incorporar funcionalidades e não subdivisões nas moradias, o que gerava um incômodo constante entre as duas formas de morar.

Tal realidade de imposição de novos formatos de vida, em sua maioria pautada nas características da casa, nas alterações dos meios e nos modos de vida, também se faz presente em casos de reassentamentos de barragens (Jibowo; Mncina, 2019; Roquetti; Moretto; Pulice, 2017). Também Roquetti, Moretto e Pulice (2017) afirmam que as diversas transformações vividas pelos atingidos por empreendimentos hidrelétricos são geradas por vários fatores em interação sistêmica. Os responsáveis pelos processos de reassentamento forçam a saída das pessoas e as desafiam a enfrentar as novas condições sociais, ambientais, culturais e espaciais diferentes daquelas vividas anteriormente ao deslocamento. Como reflexo, o reassentamento como um todo funciona como um processo de pressão seletiva sobre os deslocados, em especial os agricultores, conforme evidencia seu estudo sobre o reassentamento da barragem de Barra Grande/Brasil, que muito se assemelha às evidências encontradas nas barragens em Laos, Vietnam, China e Quênia.

Há uma documentação extensiva com vistas a relatar os impactos do reassentamento e que tem levado a repensar as melhorias políticas e práticas com relação ao seu planejamento e implementação. Contudo, é importante destacar que ainda que as evoluções sejam percebidas,

leis sejam criadas e propostas operacionalizadas, **o que acontece** nesses processos gera consequências que, na maioria das vezes, levam ao empobrecimento e dificuldades de manutenção dos modos e condições de vidas das famílias reassentadas (Cernea, 2003). Esse processo, na visão de Galiza, Vaz e Silva (2014), demonstra que pode implicar uma verdadeira desagregação de redes sociais, associada à desestabilização emocional e a insegurança do futuro dos grupos mais vulneráveis.

É possível perceber que a forma como os projetos são propostos e implementados normaliza o reassentamento como solução necessária e que, muitas vezes, é conduzido sem a devida transparência, participação e entendimento daqueles que precisam “viver” esse processo de remoção e realocação (Chaves; Monzoni; Artuso, 2019). De acordo com Scudder (2009), em todas as partes do mundo as experiências com o reassentamento guardam similaridades no que tange à forma como os indivíduos e as comunidades são afetadas social, econômica e culturalmente, bem como na forma como respondem a esses processos, explicando a severidade e seriedade com as quais tais processos deveriam ser conduzidos. O reassentamento, portanto, emerge como um processo carregado de consequências, muitas das quais negativas, refletindo a urgência de revisão das práticas e políticas que regem sua implementação.

2.2.2 Segunda perspectiva: a fragilidade legal vitimando as populações deslocadas de forma compulsória

Castro-Buitrago e Vélez Echeverri (2018) destacam em seus estudos sobre os deslocamentos decorrentes das mudanças climáticas na Colômbia como a legislação e as práticas políticas e econômicas são incipientes ao considerar a “realocação planejada” ou reassentamento enquanto medida fundamental para garantir os direitos de acesso à moradia, à informação, à participação e à igualdade das pessoas afetadas pelos riscos de desastre natural, cuja origem possa a ser associada às mudanças climáticas. Para esses autores, a fraqueza do direito internacional é evidente e, como resultado, a mudança climática não está sendo seriamente reconhecida como fonte de uma crise global de violação dos direitos humanos. No que diz respeito às hidrelétricas e outros projetos de desenvolvimento econômico, o reassentamento é recomendado como forma de assegurar a moradia adequada além da preocupação com as perdas econômicas e o empobrecimento que acomete os reassentados. Contudo, Chaves, Monzoni e Artuso (2019) retratam as inconsistências acerca do termo

atingido⁷ e o direito de propriedade no novo lugar, as dificuldades de acesso à informação e, como resultado, a insuficiente participação durante o processo de reassentamento.

Lacerda (2021), na busca por analisar a forma como são conduzidos os projetos, destaca um grande descompasso entre os aspectos técnicos, políticos e as expectativas e impressões da população atingida. Damonte e Glave (2019), na análise andina, destacam que, embora tenham sido criadas e aprimoradas leis internacionais e programas de orientação a projetos de remoção e reassentamento, o que se percebe é que a forma como a reconstrução social dos padrões de vida das populações reassentadas é conduzida se faz com vistas a alcançar determinada governabilidade local. Segundo Guedes *et al.* (2013), é o Estado que auxilia no aumento dos lucros por meio das leis que atuam de maneira eficaz para defender os interesses das empresas. Esse processo desenha um quadro estável, em que o capital se sobrepõe às questões sociais, morais e éticas de Direitos Humanos. Nessa lógica, as pessoas deslocadas são conduzidas a um padrão de possibilidades de riscos e sofrimentos que, justificados pela vida de antes do empreendimento são direcionadas à inclusão em arranjos e sistemas pensados institucionalmente como propulsores do desenvolvimento local (McDowell; de Haan, 1997).

A reconstrução social e a reconstrução dos padrões de vida das comunidades reassentadas permanecem como desafios significativos, muitas vezes exacerbados pela lentidão dos processos de negociação e pela imposição de modelos de compensação que não atendem às necessidades e expectativas das famílias deslocadas. O Banco Mundial, desde a década de 1980, vem trabalhando diversas políticas e diretrizes de intervenções nos projetos de reassentamento, buscando reverter os impactos gerados. No processo de reassentamento, famílias e atingidos se tornam dependentes da empresa construtora e das propostas de planejamento de uma nova vida. As leis nem sempre são seguidas e, quando consideradas, não garantem necessariamente resultados positivos para as pessoas reassentadas (Lacerda, 2021).

Uma forma coercitiva de distribuição de compensações é imposta àqueles que são obrigados a se deslocar. Lacerda (2021), no estudo das hidrelétricas; e Teixeira e Lima (2022), com relação aos estudos sobre os desastres, descrevem como o tempo é usado enquanto prática repressiva para manipular, convencer e, mesmo, condicionar as ações das pessoas e grupos afetados. O todo poderoso é aquele que não espera; ao contrário, faz esperar. Diante das assimetrias políticas entre o agente deslocador e as pessoas, a verdadeira manifestação de poder

⁷ Não existe, no Brasil, definição legal sobre o conceito de atingido, e as concepções comumente utilizadas privilegiam os aspectos territoriais e patrimonialistas, limitando o reconhecimento às famílias que habitam as áreas de implementação do empreendimento. Contudo, os mesmos vieses políticos e pouco técnicos empregados no processo de reassentamento são também empregados nessa designação, fazendo que o reconhecimento do indivíduo enquanto ser de direito direcione para disputas locais, sociais e até judiciais.

reside na capacidade de impor a espera, contrastando com a posição de subordinação daqueles obrigados a aguardar. Essa dinâmica ilustra as profundas disparidades políticas entre os agentes responsáveis pela concepção, planejamento e execução dos projetos de reassentamento, frequentemente apoiados pela autoridade estatal. A esses últimos resta a espera pelos contratos, pelos técnicos, pelos retornos, pelas ações, muitas vezes, previstas em leis e manuais, mas que, contudo, não são entregues no tempo. Vidal e Musset (2011) descrevem esse tempo enquanto uma característica dada a determinado espaço, podendo gerar “lugares e territórios da espera”. A espera é reguladora e normativa na busca pelo propósito (Vidal; Musset, 2011).

Para esses autores, os territórios da espera podem ser caracterizados como espaços abertos com finalidade exclusiva, pensado para pôr em espera os indivíduos ou grupos em deslocamentos, como as hospedarias de imigrantes e os campos de refugiados; ou fechados, que, por sua vez, são marcados pelo uso inesperado, de maneira imprevista, colocando o indivíduo ou grupo em situação de espera, como as estações rodoviárias e os aeroportos (Vidal; Musset, 2011). Teixeira e Lima (2022) destacam que tais práticas são legítimas e utilizadas para dificultar a apreensão de possibilidades e alternativas pela população impactada. Os impasses, então instaurados na negociação, perduraram por anos, por sucessivas reuniões, postergações e dilatação de prazos, culminando na ausência de responsabilização daqueles que deveriam ser os maiores interessados na resolução dos problemas – nomeadamente as corporações privadas e o Estado. As delongas, de maneira questionável, foram atribuídas às próprias famílias, cujas demandas nunca estavam ajustáveis à reparação, o que para esses autores revela as assimetrias de poder e produz as estratégias corporativas política de uso do tempo, em que o seu prolongamento se transforma em ferramenta adotada, visando manipular o processo de negociação a seu favor. Assim, o próprio Estado vincula o cidadão ordeiro a àquele que acata o tempo de espera, produzindo a passividade e inferioridade para aquele que precisa contar com a “sorte” na administração desse tempo em busca de melhores propostas, melhores respostas e melhorias de vida que, de direito, assumem feições de dádiva.

2.2.3 Terceira perspectiva: o reassentamento enquadrado na perspectiva urbana do progresso

O reassentamento de populações rurais se ampara fortemente na ideologia dos ganhos advindos com a proximidade dos assentados da cidade e da vida urbana, a qual representaria um contraponto em relação às formas de servidão e atraso presentes no campo (Acosta, 2011). A cidade é representada nesses projetos como *locus* da modernidade, materializando um espaço

social de superação do rural. Assim, veicula-se nesses projetos a ideologia de que os sujeitos rurais reassentados deixariam de estar expostos ao atraso, segregados da cidade, privados de uma vida urbana tornada possível com o reassentamento. Considerando, então, o discurso pautado pelos projetos de desenvolvimento, os quais preveem ou promovem o direito à cidade ou, mais precisamente, às condições da cidade, o reassentamento representaria um espaço físico com melhor infraestrutura, mais moderno, com casas melhores, serviços básicos, entre outros. Tais visões sociais de mundo encontram, mesmo, em autores de orientação progressista, forte amparo. Lefebvre (2001), por exemplo, defende o direito do homem comum de ter voz na cidade, de ser visto, de produzir conhecimentos e significados. Isso porque, para esse autor, o espaço físico está intimamente relacionado com a vida social e as interferências que essas relações provocam no indivíduo.

Assim, o direito à cidade que o reassentamento apresenta aos sujeitos rurais revela a possibilidade de mudança de vida que, segundo Berman (1986), consiste em viver em um mundo de experiências compartilhadas por todos, encontrado no âmbito da cidade e que se apresenta nos prazeres da vida moderna: “é encontrar-se em um ambiente que promete o novo, aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao seu redor – mas que, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo que somos” (Berman, 1986, p. 15). Assim, ser moderno é fazer parte de um universo no qual tudo que estava associado à tradição, à cultura e a costumes locais é visto com desconfiança, em contraposição às conquistas advindas com a vida urbana. Segundo Martins (2012), na América Latina, o termo modernidade está intimamente relacionado ao conceito de cidade, que pode ser inteiramente entendido como oposto ao tradicional, ao que supostamente não faria parte do moderno, dos novos tempos. A modernidade é retratada pelas possíveis transformações que o capitalismo é capaz de criar e pelas possibilidades oferecidas.

Concebida enquanto área de transição, com descontinuidades urbanas em meio a áreas ruralizadas no entorno das cidades, o conceito de periurbano possui diferentes variações, dependendo do contexto em que a análise se baseia: valorização imobiliária de espaços periféricos, áreas de conservação ambiental, áreas destinadas ao despejo de resíduos sólidos, áreas de agricultura e concentração periférica de moradias de pessoas de baixa renda vindas do campo e da cidade. Entretanto, Pereira (2014) destaca que, mesmo em diferentes contextos de borda de área de expansão urbana, a periurbanidade refere-se a uma paisagem de transição entre o tecido urbano e o rural. Esse mesmo autor, ao trazer os estudos de MacGregor e Bhat (2006) e a forma como o conceito é trabalhado nos países industrializados, destaca que nos países em desenvolvimento o conceito de periurbano incorpora a noção de um *continuum* adaptado à

realidade urbana (MacGregor; Bhat, 2006 *apud* Pereira, 2014). A concepção de periurbano se caracteriza como um gradiente: na periferia se observam áreas ligadas à cidade, mas ainda bastante ruralizadas, enquanto nas áreas mais próximas à cidade se verifica a permanência de características rurais, mas com maior presença de equipamentos urbanos.

Em estudo de sistematização da literatura acerca da temática periurbana, Pereira (2014) destaca o *continuum* urbano-rural como a chave para se compreender a transicionalidade dos espaços periurbanos, diferenciando-os daquilo que se convencionou chamar de área de expansão urbana. Nesse espaço, a área destinada para o crescimento da cidade caracteriza-se como um processo de alteração do solo rural para solo urbano, densamente construído. Ao contrário, no processo de periurbanização a transição do espaço apresenta permanências rurais mediante a influência da lógica da cidade. Assim, a mudança para o reassentamento descortina um espaço periurbano com referências muito mais próximas de um padrão de vida urbano, mas que carrega as marcas da ruralidade. Nesse espaço periurbano, no qual o reassentamento se localiza, as possibilidades de reconstruir o cotidiano se colocam em meio às referências urbanas e rurais, assim como entre o novo e o velho, o antigo e o atual, enfim, entre lugares se entende a realidade do reassentamento de Nova Soberbo.

Bisht (2009) descreve como a urbanização dos deslocados e reassentados é qualitativamente diferente para homens e mulheres. A partir do caso da represa de Tenhri, na Índia esse autor analisou a forma como os agricultores têm se adaptado à nova moradia, localizada em um reassentamento com características citadinas, próximo ao Distrito Industrial e distante das áreas de produção. O reflexo dessa experiência sobre as mulheres locais tem sido relatado a partir da perda da liberdade e da capacidade de se deslocar entre o trabalho doméstico e a produção agrícola. Ao se fixarem no reassentamento, essas mulheres têm sido excluídas dos processos sociais e de trabalho, anteriormente divididos com os homens na propriedade rural. O reassentamento revela-se como um processo que implica novas configurações e rearranjos que reconfiguram a forma como os sujeitos se apropriam da vida cotidiana e estabelecem condições que levam à exclusão e a vulnerabilidades, a exemplo da questão das mulheres e das disparidades de gênero.

O enfraquecimento da unidade familiar e dos laços de amizade e o companheirismo entre os vizinhos são características assinaladas pelas mulheres entrevistadas por Parente e Miranda (2014). Para elas, os costumes sociais e as referências antigas – principalmente as religiosas – que estão relacionados aos modos de viver do antigo lugar foram abandonados com o reassentamento. Essas memórias compõem o imaginário das mulheres que, permeadas pela

saudade, recebem contornos de gênero, por atravessarem lugares e tempos que, costumeiramente, são definidos nas relações próprias das mulheres.

Ao estabelecer um espaço com diferente organização espacial, com distintas regras de legibilidade, passa-se a permitir um controle interno, articulado e detalhado não só daqueles que estão dentro desse espaço, mas também dos que o planejaram. Assim, ficar, permanecer exige modificar, aceitar ou abandonar esses locais. É dentro dessa perspectiva que se acredita que o reassentamento deva ser entendido a partir das práticas cotidianas de apropriação e das maneiras pelas quais, ainda que sob a ótica da governabilidade imposta, se apropriam e dão sentido ao lugar.

2.2.4 Quarta perspectiva: a coesão interna do grupo como influência positiva nos processos de reassentamento

A análise de Pitombeira Carvalho e Sieben (2019) sobre as experiências dos agricultores africanos pós-reassentamento oferece uma visão significativa dos impactos socioeconômicos e culturais desses processos de mudança forçada. Nas entrevistas realizadas com homens, chefes de família, emerge uma narrativa que contrasta marcadamente com as representações frequentemente negativas associadas ao reassentamento. Os participantes identificaram várias dimensões do reassentamento como positivas, incluindo a qualidade das novas habitações, o acesso ampliado à terra para cultivo, as oportunidades para a pecuária e a disponibilidade de assistência técnica para otimizar a produção agrícola.

Realidades satisfatórias com relação ao reassentamento também foram observadas em condições de reassentamento urbano. Nesses casos, o deslocamento ocorreu dentro da cidade, ainda que em áreas marginalizadas e mais afastadas do centro. Segundo Jibowo e Mncina (2019), diante da complexidade do processo, a efetivação adequada do que é prometido e do que é executado tem relação direta com o envolvimento dos sujeitos atingidos em todas as etapas do planejamento. Embora os reassentados possam sentir a diferença entre o antigo e o novo lugar, as condições ofertadas no novo lugar podem, por vezes, revelar a possibilidade de emprego, melhorias na infraestrutura das casas e o acesso a serviços públicos.

Arévalo Peña (2016) afirma que, qualquer que seja a realocação, ela testa a capacidade das pessoas de dominar os novos territórios.⁸ A vulnerabilidade social enfrentada tem relação

⁸ Território é entendido a partir do posto por Haesbaert (2002), vinculado a uma carga material, de propriedade e de poder que emana do domínio, do limitar e do exercício do controle do solo; e a uma carga simbólica, que

direta com a forma como as pessoas reagem à chegada do empreendimento e com o nível de coesão interna que uma comunidade possui. Melhor dizendo, uma comunidade é socialmente vulnerável à medida que as relações que ligam seus membros não são mais que meras relações físicas de vizinhança, tornando ausentes os sentimentos compartilhados, os propósitos e as formas de organização civil. Dessa forma, não é só a ausência de recursos para as necessidades básicas que afeta a população, pois o rompimento com a vida cotidiana, com as relações sociais e com a identidade também impacta, sobremaneira, a forma de se reposicionar no novo lugar. Para Arévalo Peña (2016), quanto mais coeso e com vistas a resultados coletivos para o grupo, maiores são as chances de as negociações terem resultados mais positivos para os reassentados, ao passo que, quanto mais individual e disperso o grupo, maiores as chances de disparidades compensatórias.

Leturcq (2016), em uma análise comparativa sobre o impacto de empreendimentos hidrelétricos no Sul e no Norte do Brasil, descreveu a importância não só das características geográficas e territoriais, como também do processo histórico das diferentes localidades. Comparativamente, no Sul do país a população analisada se mostrou preparada, capacitada e organizada coletivamente para enfrentar as mudanças pelas quais passavam. Em contrapartida, no Norte os movimentos organizacionais seguiam incrédulos aos possíveis impactos. Mesmo quando da chegada do empreendimento, a população atingida seguiu isolada de informações e das decisões tomadas durante grande parte do processo, direcionando-o para a maior individualização das decisões. Assim, na fase de indenizações e reinstalações, as comunidades atingidas do Sul conseguiram retornos mais positivos se comparadas com as do Norte.

Ruiz López (2017) analisou o comportamento das famílias reassentadas no projeto Cidades Rurais Sustentáveis em Chiapas, no México, destacando a diversidade das reações dos reassentados, observando desde manifestações que apoiavam o deslocamento e o novo local de moradia até aquelas voltadas para a resistência e para a insatisfação. Com relação à casa, o apego às coisas do antigo lugar muito trouxe para o reassentamento, em função da necessidade de nele reproduzir as antigas condições de vida do lugar de origem. O fato de se encontrarem distantes da cidade e vinculados ao trabalho agrícola fez que as pessoas mantivessem no reassentamento muitos dos costumes do antigo lugar.

A análise de Muñoz Gaviria (2017) sobre as dinâmicas de poder e violência instauradas nos processos de reassentamento, particularmente no caso da Hidrelétrica Porce III, na Colômbia, oferece uma rica ilustração da complexa interação entre empresas, estados e

nasce do poder a partir de um espaço cultural de identificação e de incorporação simbólica, que envolve sentimentos e vai garantir a apropriação.

comunidades. Esse autor identifica as **estratégias de resistência** adotadas por indivíduos e grupos como contra-argumentos às práticas governamentais e corporativas. Ao discutir o poder e a resistência pelas lentes foucaultianas, o autor sugere que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, gerando espaços de resistência e contestação. A interpretação de Muñoz Gaviria (2017) reflete essa dualidade, ao evidenciar como as comunidades impactadas pelo reassentamento se engajam em formas de resistência variadas, que podem ir do cumprimento seletivo de disposições contratuais à manifestação aberta de conflito.

A resistência, conforme identificado por Muñoz Gaviria (2017), pode ser influenciada por múltiplos fatores, incluindo a capacidade comunicativa dos indivíduos, suas trajetórias de vida e as técnicas de gestão empregadas no processo de reassentamento. A capacidade de resistir e as formas que essa resistência assume são moldadas tanto pelas estruturas de poder quanto pelas agências dos sujeitos envolvidos. A menção à “impossibilidade de retorno ao local de origem” introduz uma dimensão adicional de complexidade, pois destaca a permanência das alterações impostas às comunidades. Essa condição pode influenciar na tomada de posições voltadas para a resistência às imposições advindas com o reassentamento. A análise de Muñoz Gaviria (2017) apresenta, assim, processos por meio dos quais as comunidades afetadas buscam reafirmar a sua autonomia e reconfigurar seu sentido de lugar e pertencimento.

Todavia, mesmo com a impossibilidade de retorno ao local de origem que não existe mais, os reassentados alteram profundamente o modelo original da nova moradia, buscando dar um sentido mais próximo à vida que tinham no antigo lugar. Gukurume e Tombindo (2021), no estudo realizado no Zimbábue, destacaram as diferentes formas de organização utilizadas pelos deslocados pela mineração de diamantes. Esses deslocados sofreram intensas coerções políticas marcadas pelo uso de seguranças militares para impedirem o acesso da mídia privada e da sociedade civil como forma de intimidá-los para que não oferecessem resistência. Conforme as promessas não iam sendo cumpridas, diferentes formas de resistência coletiva e individual iam se delineando. Portanto, essa população reassentada não pode ser tratada como constituída por vítimas passivas do deslocamento, mas, antes, como agentes deslocados que colocam à frente suas vozes e histórias no enfrentamento dos desafios (Certeau; Giard; Mayol, 1996).

2.3 A casa e as formas de viver e de morar como possibilidade de materialização de referenciais urbano ou rurais

O referencial analítico apresentado neste item se volta para subsidiar o pressuposto de que a casa pode ser tomada como unidade de análise capaz de revelar seja a invenção de um

novo cotidiano por parte dos reassentados que os impulsiona e renova, seja um cotidiano referendado por vivências passadas, herdadas. Nesse sentido, a casa pode materializar projetos de vida mais urbanos ou mais rurais. Os objetos nela contidos podem ser tomados como reveladores das referências de cotidiano que os indivíduos incorporam e expressam. Mediante os **habitus de morar**, pode-se compreender como o ambiente doméstico expressa a capacidade dos indivíduos e das coletividades em que estão inseridos de se reinventarem ou se desagregarem. Enfim, a forma como os reassentados organizam e utilizam os objetos em suas casas refletem não apenas suas preferências pessoais, mas, também, as normas e padrões sociais que regem suas vidas.

Ao observar como as pessoas se relacionam com seus pertences e com o espaço ao seu redor, é possível identificar não só as práticas cotidianas, mas também os significados e representações que atribuem a esses objetos. A casa se torna, assim, um espaço simbólico, por meio do qual se manifestam as identidades individuais e coletivas, as relações de poder e os valores culturais de determinada comunidade. O **habitus doméstico** pode se constituir, assim, em indicador da forma como as pessoas se relacionam com o espaço, com os outros e consigo mesmas. Assim, a casa não constitui apenas o local de abrigo, mas um verdadeiro microcosmo de significados e relações que permeiam a vida cotidiana. A casa está sendo aqui concebida, portanto, para além da sua estrutura física, constituída de tijolos, janelas e portas. A casa pode significar muito mais que abrigo e proteção, podendo revelar sentidos de poder, sonhos e pertencimento social.

A casa abriga experiências vividas. Segundo Heidegger (2002, p. 21), “só é possível morar (habitar) o que se constrói”. Habitar está vinculado à vida acontecendo, às formas pelas quais os seres humanos se relacionam com as possibilidades de ser-no-mundo e, a partir da casa, constroem o mundo que os circunda. A casa constitui espaço de realização do ser, de construção de identidades e de ancoragem das relações familiares e comunitárias. A apropriação do espaço habitacional e a configuração do estilo de vida que nela se desenvolve podem apontar para a construção de um projeto de vida. Em ambientes marcados pela instabilidade, como os gerados por reassentamentos forçados ou por ocupações em áreas de risco, a casa assume papel simbólico de resistência contra as adversidades e de luta por uma existência digna. A casa pode, também, ser interpretada como indicador de poder, de estabilidade financeira e de sucesso pessoal, refletindo diretamente o *status* social do indivíduo. Ter uma casa, mobiliá-la configura uma posição social que é tanto lida quanto tida socialmente. Segundo DaMatta (1997), a casa revela o elo econômico e social que a pessoa tem com a sociedade.

Em 1983, Claude Lévi-Strauss, em seu livro “Sociedade das Casas”, caracteriza a casa como dotada de um idioma simbólico comum, “*locus* de densas teias de significado, e modelo cognitivo para estruturar, pensar e experimentar o mundo” (Gordon Jr., 1996). Segundo Azeredo (2016), a casa absorve as histórias de vida de seus habitantes que, em conjunto com o contexto social o qual estão inseridas qualificam o fluxo do seu desenvolvimento. Nas palavras de Gordon, “a casa dialoga com o mundo ao seu redor”. Já Azeredo (2016, p. 2) destaca a casa como elemento constituinte da história do homem, sublinhando seu papel central na narrativa da adaptação e transformação do ambiente. Nesse sentido, a casa transcende sua funcionalidade básica, assumindo papel ativo na formação da identidade cultural e social dos indivíduos e das comunidades.

Ao considerar a moradia como aparato de esforço civilizador, Moreira (2000) aponta para a capacidade da casa de refletir e moldar as relações sociais, as dinâmicas de poder e as estruturas de pertencimento. A arquitetura residencial e a organização dos espaços domésticos expressam as variações socioeconômicas, as tradições regionais e as adaptações perante os desafios contemporâneos. A casa não se configura apenas como refúgio pessoal, mas como elemento dinâmico que participa ativamente da construção do tecido social, refletindo os esforços contínuos de adaptação ao ambiente. Assim, ao integrar a dimensão simbólica da casa com sua função social e cultural, a análise de Moreira enriquece a compreensão da habitação como um domínio fundamental na história e na vida cotidiana das pessoas, evidenciando seu papel insubstituível na articulação entre espaço, memória e identidade na sociedade brasileira.

A reflexão de Moreira (2000) sobre o texto de Adélia Prado: **Uma poética da casa**, no qual apresenta a casa não apenas como elemento físico de abrigo, mas como espaço carregado de significações culturais, históricas e afetivas, marcando profundamente a relação do homem com o seu entorno. O autor destaca a casa como elemento constituinte da história do homem, sublinhando seu papel central na narrativa da adaptação e transformação do ambiente. A casa transcende a sua funcionalidade básica, assumindo um papel ativo na formação da identidade cultural e social dos indivíduos e das comunidades. Bachelard (1969), em sua obra **A poética do espaço**, apresenta a casa como refúgio íntimo, um espaço repleto de significados subjetivos e memórias afetivas. A casa é “um elemento-chave no desenvolvimento do senso das pessoas de si mesmas, mediando o seu pertencimento a um lugar” (Bachelard, 1969, p. 72). Cada canto da casa, cada história contada molda os sonhos, a experiência, as expectativas e a identidade dos seus habitantes.

A casa é tomada como exemplo de lugar, compõe uma historicidade, é relacional, é o canto do indivíduo no mundo (Bachelard, 1969, p. 24). A materialização da casa domestica o espaço, estabelecendo conexões com o lugar. Segundo esse autor, “a melhor maneira de entender, transmitir e apreciar a nossa humanidade é dar atenção à nossa materialidade fundamental” (Miller, 2013, p. 12). Todavia, para esse autor, o lar também decepçiona, negligencia, limita e contradiz na mesma proporção que inspira, protege e fortalece. Logo, a casa não é aconchego, mas, também, palco de conflitos, violências emocionais e físicas, repressão e negatividade (Blunt; Dowling, 2006; Bowlby; Gregory; McKie, 1997; Brickell, 2012).

Blunt e Dowling (2006), Bowlby, Gregory e McKie (1997) e Brickell (2012) alertam para a também reprodução de condições adversas que podem causar a destruição da casa para além da sua estrutura física e de poder, como a violência doméstica, as crises financeiras e as condições insalubres de vida dentro do lar. O lar e sua destruição são claramente processos extremamente íntimos. Portanto, a casa não é um espaço estático e imutável. Não é apenas conforto e consolo, como algumas teorias de estudo da casa sugerem. Em vez disso, uma realidade é posta ou imposta, um lar é feito, desfeito e refeito. A casa não está congelada no tempo. Não representa um momento único. No curso da vida, os indivíduos vivenciam na casa crises financeiras, conjugais, sociopolíticas. Portanto, a casa vai muito além da questão material e estrutural. Segundo Bosi (2012), a casa assume papel estruturante na vida das pessoas, englobando a ancoragem das memórias individuais e coletivas, a formação da identidade e a sensação de pertencimento a uma comunidade ou história.

Jansen e Löfving (2008) trazem essa discussão ao abordarem a experiência de refugiados e migrantes forçados, para quem a perda do lar é um fenômeno duplamente deslocado, não apenas em termos geográficos, mas temporais. A violência da destruição do lar marca não só uma ruptura material e espacial, mas, também, uma quebra na continuidade temporal da vida dos afetados, tornando o que foi perdido irrecuperável. A nova casa pode carregar consigo o peso das lembranças e traumas do passado. A ruptura com o espaço doméstico, seja por deslocamento compulsório, perda ou destruição, é vista não apenas como perda física, mas como um desenraizamento profundo que afeta o senso de segurança, identidade e continuidade do ser no mundo. Essa ruptura revela e intensifica um estado de desamparo e falta de referências, sendo os indivíduos privados dos marcadores espaciais e temporais que fundamentam a sua existência e a sua narrativa pessoal. Dessa forma, a casa se revela um meio de constante configuração e reconfiguração dos modos de viver e de morar. Em

síntese, a casa pode ser caracterizada como algo vivo, que incorpora as relações sociais, as lembranças do passado, o cotidiano e as expectativas para o futuro.

Com base no marco teórico elaborado para alcançar o objetivo desta pesquisa, qual seja compreender de que forma a casa recebida pelos reassentados, passados 20 anos de seu recebimento, se revela como espaço doméstico incorporado pela força dos esquemas de ação dos sujeitos ou pelos *habitus doméstico* de agentes rurais marcados por valores e práticas culturais do mundo rural, elaboraram-se três hipóteses:

- H1- A modificação da “casa urbana” recebida pelo reassentado em “casa rurbaria” revela a força dos esquemas de ação dos sujeitos na invenção de um novo cotidiano.
- H2- A incorporação na casa recebida e no cotidiano dos reassentados de referenciais associados ao mundo rural revela a força dos *habitus rurais* agindo sobre eles.
- H3- A construção da casa dos reassentados em um espaço periurbano, localizado nas franjas entre o urbano e o rural, manteve viva a possibilidade de domesticação do espaço com suas referências rurais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter descritivo-explicativo, cujo principal objetivo foi compreender de que forma o reassentamento e a casa recebida pelos reassentados, passados 20 anos de seu recebimento, revelam-se como um espaço doméstico incorporado pela força dos esquemas de ação dos sujeitos ou pelos *habitus doméstico* de agentes rurais marcados por valores e práticas culturais do mundo rural. Entre os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a observação *in locus*, as entrevistas com os reassentados e a análise dos documentos sobre o processo de reassentamento tiveram primazia. Conforme explicam Minayo *et al.* (2002), a perspectiva qualitativa se caracteriza por buscar responder a indagações muito particulares, o que significa que ela se aprofunda nos significados das ações, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes presentes nas relações humanas. Seu interesse é por aquilo que não pode ser representado ou perceptível em análises estatísticas, ou seja, a pesquisa qualitativa busca um entendimento mais amplo dos sujeitos da pesquisa (Godoy, 1995; Minayo *et al.*, 2002).

No entanto, uma pesquisa que tem como foco compreender como as pessoas refazem o seu cotidiano em um espaço substancialmente diferente daquele no qual vivia exige do pesquisador a capacidade de transcender a esfera do meramente observável, de entender o que não está visível apenas nos olhares, o que está dito além da fala ou, mesmo, além do que é articulado. Assim, as observações realizadas no reassentamento podem ser caracterizadas como experiências acumuladas no decorrer de todo o processo de levantamento dos dados. O envolvimento com os sujeitos reassentados proporcionou ao pesquisador a oportunidade de interagir com os seus silêncios e ler através da casa os seus projetos de vida, perceber os conflitos que permeiam Nova Soberbo e os sentimentos que envolvem todo o processo de reconstrução espacial e social.

Goldenberg (2004) destaca que cientistas sociais, incluindo Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker, chamam atenção para a importância de uma descrição metódica e detalhada de todas as fases envolvidas no processo investigativo. Tal ênfase deriva da convicção desses autores de que uma narrativa abrangente e profunda da pesquisa contribui significativamente para minimizar ou neutralizar potenciais interferências por parte do pesquisador, assegurando, assim, a integridade e objetividade das observações realizadas. Aqui não se tem a pretensão de barrar a interferência do pesquisador no objeto de análise, mas destacar o esforço empenhado em evitar determinadas crenças e inclinações que pudessem destorcer as observações realizadas.

Enfim, utilizaram-se como técnicas de construção de dados a pesquisa documental (Carvalho, 2019; Bortone, 2008), a observação não participante (Tozoni-Reis, 2010), entrevistas semiestruturadas (Lage, 2009; Manzini, 2012) com foco na história oral (Bosi, 2003; Pollak, 1992) e o uso de fotografias (Loizos, 2002; Flick, 2009); e como método de análise de dados, a Análise de Conteúdo, como proposto por Bardin (2015).

3.1 O Reassentamento de Nova Soberbo Revisitado

Como explicar a vivência do lugar do outro? Revisitar Nova Soberbo, 20 anos depois, foi uma experiência de reviver todo o processo de mudança da Velha à Nova Soberbo. O contato com a Velha Soberbo teve início no ano 2003 (Figura 3). Entre as montanhas e próximo ao rio Doce, realizando uma caminhada religiosa, eis que surgiu aquele pequeno vilarejo. Naquela época ainda era São Sebastião do Soberbo, que, em breve, seria submerso pelo represamento do rio. Quase duas décadas após a construção da UHE Candonga, São Sebastião do Soberbo não existe mais materialmente. O enchimento do lago se deu no ano 2004, deixando apenas as memórias. Margeando o rio Doce, no sentido de Ponte Nova para o município de Manhuaçu, o que se vê da Velha Soberbo é o Cemitério, que segue intacto. Todo o distrito ficou debaixo do rio após o enchimento do lago. Da Nova Soberbo, localizada na rodovia que levava ao antigo distrito, é possível visualizar uma placa que direciona a uma subida em sentido oposto ao do rio: Nova Soberbo – local de residência dos antigos moradores de São Sebastião do Soberbo (Figura 4).

Figura 3 – Distrito de Nova Soberbo em fase inicial de construção. Identificação da rodovia e da entrada principal do distrito



Fonte: <https://contorno.com.br/portfolio/relocacao-urbana/>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

Figura 4 – Foto da placa de sinalização da entrada do distrito, ainda na rodovia



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 2008 (à esquerda) e em 2023 (à direita).

O reassentamento de Nova Soberbo está localizado a 15 km do município de Santa Cruz do Escalvado, na microrregião de Ponte Nova, Zona da Mata de Minas de Gerais. Esse espaço foi construído para realocar as famílias atingidas diretamente pela construção da UHE Candonga e que, no processo de negociação, optaram pelo reassentamento. Na entrada do então distrito é possível identificar o reassentamento a partir dos espaços que margeiam o rio Doce e configuram uma área de lazer que se encontra em desuso, tomada pela vegetação saindo da rodovia AMG 1705. Todo o distrito é cortado por uma rua principal que segue no sentido de Santa Cruz do Escalvado. Suas casas, antes padronizadas, já apresentam mudanças estruturais, embora algumas tenham mantido o modelo padronizado pelos construtores. Suas ruas asfaltadas perpendiculares revelam a característica citadina do lugar, que se destaca em meio às montanhas e à natureza que se fazem presentes nos arredores.

Ao passar pela rua principal, é possível observar as igrejas, a escola, o centro comercial e algumas casas sendo utilizadas como escritórios comerciais. A calma local se desfaz com o intenso fluxo de caminhões. A rotina de Nova Soberbo mescla a tranquilidade de um pequeno distrito com o barulho das máquinas que fazem o desassoreamento do rio Doce, assoreado pelos rejeitos acumulados com o rompimento da Barragem de Mariana, em 2015. Mais uma vez a vida dos reassentados foi atropelada pelos grandes empreendimentos, agora da mineração. Compreender como esses sujeitos reassentados se refazem cotidianamente exigiu planejamento e olhar criterioso enquanto pesquisadora, tanto no campo quanto nas análises preliminares da vida naquele lugar.

Retomar a realidade de Nova Soberbo, quase duas décadas após o deslocamento para o reassentamento, demandou entender como foram esses anos que se passaram. Minha última incursão ao local foi durante o mestrado, quando conheci várias casas, assim como participei de várias ações de mobilização e reunião coletiva. Muita expectativa foi gerada da parte dos moradores para com as possibilidades de alcançar os objetivos prometidos pelo Consórcio e não realizados. De volta à Nova Soberbo, 20 anos depois, que realidade pode ser observada através da casa, do modo de nela morar e viver?

3.2 Métodos de coleta de dados

Em toda pesquisa, a varredura teórica constitui uma etapa fundante. É fundamental conhecer o “estado da arte” sobre o tema que se trabalha. Em uma primeira etapa, mapeou-se nas literaturas internacional e nacional o tema do reassentamento, apresentado no capítulo anterior, e, posteriormente, foram selecionados e analisados os artigos, trabalhos de finalização de curso, dissertações e teses já desenvolvidos sobre o reassentamento de Nova Soberbo, como também sobre a construção da UHE Candonga e seus impactos sobre as famílias e a região atingida. Essas informações foram obtidas por meio de busca minuciosa nos principais canais indexadores de artigos: Web of Science, Scielo, Google Acadêmico e Springer, bem como no portal de teses e dissertações da CAPES (BTD). Cabe destacar que alguns trabalhos foram referências para esta tese, em especial a dissertação de mestrado da própria pesquisadora, em que ela descreve os impactos da mudança de um espaço rural para um espaço urbano apresentando alguns conflitos do processo de des/territorialização das famílias reassentadas em Nova Soberbo; e a tese de Carvalho (2019), que argumenta nas análises acerca da mediação dos conflitos decorrentes da luta por justiça dentro dos processos de reparação dos danos causados a partir do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, MG.

Após o levantamento bibliográfico, em um segundo momento, foi realizada a caracterização espacial do reassentamento. A proposta foi delimitar as casas no local, contrastando a sua situação atual, a partir das características sociais e da tipologia propostas pelo consórcio, observando as mudanças ocorridas e as considerações possíveis de serem observadas com o passar do tempo. Tais informações serão importantes para mapear o distrito, dando atenção às características da casa, às alterações e significados dados aos objetos da casa e aos possíveis *habitus* e táticas das famílias reassentadas. A realização desta etapa de observação das casas no reassentamento se constituiu em uma etapa de (re)aproximação do lugar e das pessoas. A partir desse movimento de aproximação foi possível elaborar um

cronograma de entrevistas em profundidade e registro fotográfico das visitas. A retomada aos antigos lugares aconteceu em dias específicos e, sempre que possível, com horários agendados para as entrevistas. As entrevistas em profundidade tiveram como objetivo resgatar a história de vida dos reassentados (Lage, 2009). Para essa etapa, inicialmente foram considerados como sujeitos deste estudo homens e mulheres residentes nos domicílios, chefes de família ou não. Consideraram-se na seleção dos entrevistados as tipologias das casas. Contudo, muitas restrições foram encontradas ao abordar os sujeitos de pesquisa.

Percebeu-se que os reassentados se encontravam cansados e exauridos de perguntas e curiosidades sobre suas vidas em Nova Soberbo. Muitas das falas dos moradores revelavam o seu descontentamento e as incertezas referentes ao processo indenizatório. Eles se mostravam cansados e, mesmo, revoltados com as promessas ainda não cumpridas pelo Consórcio responsável pela UHE Candonga. As expectativas criadas com relação às indenizações com o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e as impossibilidades de uso do rio constituíram obstáculos enfrentados pela pesquisadora. O tempo decorrido entre a pesquisa de mestrado e a de doutorado fez da pesquisadora uma estranha, e os reassentados não falavam a uma pesquisadora estranha.

As etapas que se seguiram ao longo dos meses de março a outubro de 2023 constituíram um processo gradual de negociações e de visitas, mediante o qual a confiança dos moradores de Nova Soberbo na pesquisadora foi sendo reconstruída. Adentrar diferentes casas e conversar com pessoas de diferentes gerações foi uma conquista diante das dificuldades e indisposições frequentemente observadas no local. Nova Soberbo é um lugar marcado por conflitos e muitas divergências pessoais, motivo pelo qual se optou por uma estratégia espontânea de aproximação das pessoas, sem mediadores. O encontro ocasional na rua foi a estratégia utilizada. No entanto, havia pouco tempo que a pandemia do Covid havia terminado. As pessoas ainda se mostravam com medo. Assim, adentrar o espaço privado da casa se constituiu em um grande desafio.

Tozoni-Reis (2010) ressalta que o grau de envolvimento do pesquisador com os indivíduos define a sua posição metodológica no contínuo entre observador participante e observador não participante. Dessa forma, envolvimento mais intenso sugere metodologia de observação participante, enquanto o engajamento com menos envolvimento tende a situar o pesquisador mais próximo da condição de observador não participante. Dessa forma, pelo fato de ter vivenciado muita resistência e dificuldade de imersão e, por ter escolhido as entrevistas com foco na história oral como método preferencial, a prática de envolvimento adotada aproxima-se mais de uma observação não participante, em que, segundo Prodanov e Freitas (2013), o pesquisador desenvolve um contato com os sujeitos, mas sem se integrar a eles, ou

seja, ele atua mais como espectador do que como ator perante o grupo estudado. Na condução desta pesquisa, buscaram-se os antigos moradores entrevistados na pesquisa de mestrado. Entretanto, alguns já não moravam mais no local, outros não se encontravam em casa e outros já haviam falecido.

Quando descartadas todas as possibilidades planejadas, utilizava-se como estratégia apenas chegar ao distrito e ficar sentada observando a movimentação local e fazendo as anotações sobre o cotidiano do lugar: os encontros entre os moradores, o transporte escolar, o restaurante local que recebia clientes que trabalhavam nas empresas ligadas à hidrelétrica e à mineração na região, assim como o comércio local. Observava, também, a estrutura física do lugar: as garagens que viraram espaços para estoque de materiais; as grades de proteção utilizadas para varal de roupas; os jardins largados ao crescimento natural das plantas; a utilização de alguns espaços com características tipicamente rurais, como uma horta maior, um pedaço de terra vago que servia como canteiro ou, mesmo, uma área de proteção ambiental. Havia, sempre, muita movimentação de máquinas e caminhões das empresas que atuavam na hidrelétrica, como também na limpeza do rio depois do rompimento da barragem de rejeitos.

Observou-se que algumas reformas foram feitas nas casas dos reassentados. Casas que foram aumentadas, cômodos que mudaram de função, como quartos que viraram pontos de comércio e pequenos cômodos externos à casa principal, com o objetivo de alugar para gerar renda. Havia no lugar moradores que não residiram na Antiga Soberbo. Durante as observações que realizava as fotografias foram utilizadas para registro. Segundo Loizos (2002), a fotografia oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais, constituindo-se em gravações detalhadas de fatos, além de proporcionarem a apresentação mais abrangente e holística de estilos e condições de vida (Flick, 2009). Nesse contexto, essa técnica foi imprescindível e concatenada com a observação participante, possibilitando trazer para as discussões o resultado da interação entre a pesquisadora, os pesquisados e o contexto.

A escolha de um mediador para entrar em contato com os reassentados mostrou-se fundamental em face do tempo decorrido da primeira pesquisa e do estranhamento em relação à pesquisadora. Durante aproximadamente seis meses, várias visitas foram realizadas em busca de contato ou, mesmo, de identificar autoridades locais que pudessem auxiliar de forma efetiva a entrada da pesquisadora em campo. De fato, as várias tentativas de contato foram sem sucesso. A localidade possui diferentes representações religiosas, contudo o contato estabelecido não proporcionou uma apresentação coletiva, isso porque várias instâncias locais se encontram combalidas pelas discussões políticas a respeito do rompimento da barragem de Fundão. A igreja católica não possui representante local dentro do distrito e só abre nos horários

específicos das missas. Inicialmente, pensou-se em contatar a escola até que uma porta foi aberta após entrar em contato com os representantes da associação e da cooperativa local.

Um representante de uma das instituições locais dos moradores recebeu-me em frente à sua residência. Ele foi um informante-chave, pois a partir dele foi possível dar início à composição da amostragem a partir da técnica “Bola de Neve”. O método “Bola de Neve” se inicia quando encontramos o primeiro indivíduo da população-alvo do estudo. Dessa forma, esse primeiro indivíduo “vai ser a semente da amostra, aquele que dará origem a todos os indivíduos amostrados” (Dewes, 2013, p. 10). Esse método termina quando o pesquisador nota a saturação da amostra e as respostas começam a ficar muito parecidas. Em conversa com esse morador, foi descartada a possibilidade de um momento de apresentação ou encontro coletivo com a comunidade. Segundo o seu relato, todo o distrito se encontrava desestruturado no pós-desastre de 2015, no qual se rompeu a barragem de rejeito que atingiu o rio. Os conflitos e contratempos entre vários moradores transformaram o lugar em um palco de inimizades e de brigas envolvendo diferentes interesses. Atualmente, tanto a cooperativa quanto a associação encontram-se desativadas.

Assim, considerando as dificuldades encontradas desde a minha primeira ida ao distrito, a postura adotada foi entrar em contato com o próximo morador indicado pelo informante-chave ou posicionar-me sentada em algum lugar, geralmente, nos bancos que se encontravam em frente as casas ou, mesmo, em algum comércio. As pessoas, aos poucos, iam se aproximando e começávamos a conversar sobre a vida no local. Analisar um fenômeno social envolve a investigação de múltiplas dimensões e relações que, de forma complexa, interagem de forma a se complementarem ou se contradizerem. Um autor relevante para essa discussão é Erving Goffman, que em **A Representação do Eu na Vida Cotidiana** (1985) oferece uma perspectiva sobre como os indivíduos desempenham papéis sociais e constroem identidades em interações cotidianas. Goffman nos leva a considerar o espaço público e o privado como palcos onde se desenrolam performances sociais, revelando as estratégias usadas para manter a coerência e a aceitação dentro de grupos sociais.

Assim, buscou-se compreender a história contada pelos moradores de Nova Soberbo, a rotina por eles experienciada, a partir do olhar deles próprios. Identificado o entrevistado, buscava-se, sempre, combinar a entrevista para a sua casa. Visitar a casa, conhecer as particularidades do ambiente foi fundamental para o levantamento dos dados da pesquisa. Todos os entrevistados tiveram visitas domiciliares.

Todas as entrevistas foram planejadas a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice A) e de acordo com Manzini, caracterizadas, principalmente, por “um roteiro com perguntas

abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica” (Manzini, 2012, p. 176). As perguntas eram propostas de forma flexível, possibilitando ao entrevistador adicionar questões complementares, para o melhor entendimento do que está sendo investigado. A entrevista de tipo História Oral, como metodologia, guarda em si a capacidade de recuperar a memória em torno dos fenômenos e objetos de estudos que nem sempre oferecem os documentos escritos e materiais. A oralidade, então, se apresenta como o meio de compreensão de fatos do passado em perspectiva com o presente, à medida que “narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar é interpretar” (Portelli, 1996, p. 2). A utilização da entrevista semiestruturada facilita a definição do escopo das informações, promovendo alcance mais efetivo dos objetivos estabelecidos. Simultaneamente, essa técnica permite que a construção dos dados transcorra em um ambiente que remete ao de uma conversação informal, conferindo ao entrevistado a liberdade de narrar e elucidar experiências pertencentes à sua vivência diária. Ao fazer isso, o entrevistado pode também contextualizar essas experiências dentro do âmbito temático da pesquisa em questão (Boni; Quaresma, 2005).

As entrevistas buscaram alcançar a participação de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, por considerar que a experiência do reassentamento é sentida e concebida de diferentes maneiras a partir da própria história de vida, em uma perspectiva de gênero e geração. Logo, procurou-se respeitar a heterogeneidade do universo de análise em termos da composição com relação ao perfil socioeconômico, gênero, composição familiar, tipologia da casa e idade do reassentado. No Quadro 3 é apresentada, de forma detalhada, a idade relacionada ao ano das entrevistas em relação à idade da pessoa à época do deslocamento para o reassentamento.

Quadro 3 – Projeção de idade dos sujeitos reassentados, 2023

Idade atual (2023)	Deslocamento para Nova Soberbo (2004)
Entre 17 e 20 anos	Nasceram em Nova Soberbo
Entre 21 e 49 anos	Deslocaram com 4 anos de idade
Entre 50 e 65 anos	Deslocaram com 30 anos
Entre 66 e 80 anos	Deslocaram com 50 anos
Acima de 81 anos	Deslocaram com mais de 50 anos

Fonte: A autora (2024).

Para realizar as entrevistas, ora individuais, ora entre os familiares presentes na casa do entrevistado, recorreu-se à memória daquele que narra ou conta uma história, que “traduz de

forma livre uma versão particular de sentimentos e acontecimentos históricos” (Manzini, 2012, p. 70). Segundo esses autores, as memórias dão sentido às trajetórias singulares, pois traz uma bagagem de registros, de pontos de vista e impressões. Para Bosi (2003), a memória e o ato de recordar transcendem a mera revivência de eventos passados. Trata-se, essencialmente, de um processo de reconstrução. Esse processo implica a reinterpretação das experiências passadas por meio das lentes das circunstâncias atuais, ideias e compreensões. Para essa autora, a memória é configurada como um labor intenso, uma atividade que requer esforço e envolvimento ativo, distanciando-se da simples saudade ou nostalgia. Nessa perspectiva, nossas recordações são inevitavelmente influenciadas e moldadas pelo contexto presente, pelas nossas condições de vida atuais e pelo que somos hoje. A memória, portanto, é um espaço de trabalho em que o passado é constantemente reinterpretado à luz de novas experiências e conhecimentos.

Assim, tanto para Bosi (2003) como para Pollak (1992), a memória funcionaria como entidade dinâmica, reconstituidora do passado a partir do filtro das experiências e reflexões contemporâneas. Pollak (1992), assim como Bosi (2003), argumenta que a memória não é um depósito estático de fatos e eventos, mas um campo vivo de interação entre o passado e o presente, sendo a reconstrução tanto um ato criativo quanto um processo reflexivo. Esse entrelaçamento dos conceitos destaca a memória como ferramenta poderosa para a compreensão da identidade individual e coletiva, sublinhando a importância de abordar as narrativas pessoais não apenas como registros do que foi, mas como construções ativas que revelam tanto sobre o momento de sua origem quanto sobre o momento atual de sua rememoração. Assim, a reconstrução da memória emerge como um processo intrinsecamente ligado à compreensão e interpretação do ser no mundo, pontuado pela incessante interação entre passado e presente. A memória carrega importante contribuição para a constituição da identidade:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fato extremamente importante em relação ao sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 5).

A condução da pesquisa a partir do passado facilitou a conversa e possibilidade de adentrar a casa para entrevistar a pessoa. Ao adotar as fundamentações teóricas de Pollak (1992) a respeito das narrativas de história oral, a autora desta tese concebe-as como instrumentos para a reconstrução identitária dos indivíduos entrevistados. A escolha por certos eventos em detrimento de outros, bem como a decisão por dada sequência narrativa faculta ao narrador a oportunidade de estabelecer sua posição no tecido social e definir suas relações com demais

sujeitos sociais. Ao refletir sobre suas práticas cotidianas, os sujeitos reassentados oferecem *insights* significativos para a compreensão da vida que reconstruíram.

Das 24 entrevistas, quatro aconteceram de forma informal, sem autorização de gravação e sem a formalização devida. Dessas 20 entrevistas, três entrevistados não autorizaram a gravação, razão por que as anotações foram feitas no caderno de campo. Dezesete entrevistas seguiram o percurso proposto com termo de consentimento livre e esclarecido assinado e as gravações consentidas. No Quadro 4, apresentam-se os 24 reassentados entrevistados, destacando a duração da entrevista, a idade, o sexo e se foi morador ou não da Velho Soberbo. Buscando preservar a identidade dos entrevistados, os nomes pessoais foram substituídos por um código formado pela letra E do número que indica a ordem do depoimento.

Quadro 4 – Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa por idade, sexo, se morou no Velho Soberbo e duração das entrevistas, 2023

Código da entrevista	Tempo de entrevista (min)	Idade	Sexo	Morou na Velho Soberbo?
E1	25	45	M	Sim
E2	65	48	F	Sim
E3	19	75	M	Sim
E4	22	37	F	Não
E5	48	78	F	Sim
		81	M	Sim
E6	58	63	F	Sim
E7	15	58	F	Sim
E8	25	51	F	Sim
		83	M	Sim
E9	30	46	F	Sim
E10	60	86	M	Sim
E11	58	52	F	Sim
E12	60	65	F	Sim
E13	30	48	F	Não
E14	75	39	M	Sim
E15	38	41	F	Sim
E16	18	83	F	Sim
E17	54	39	F	Sim
E18	23	18	M	Sim
E19	42	77	M	Sim
E20	20	42	F	Não
E21	36	45	M	Sim
E22	36	18	M	Sim
E23	55	76	M	Sim
E24	55	23	M	Não

Fonte: A autora (2024).

Assim, o código E1 trata da primeira entrevista realizada na casa de um dos reassentados. Adotou-se esse critério de identificação por entender ser um facilitador na compreensão das questões abordadas. Já as sete últimas entrevistas, apontadas no Quadro 4, se referem às quatro conversas informais realizadas no distrito somadas aos três entrevistados que não autorizaram a gravação, as quais serão utilizadas para descrever “o velho e o novo Soberbo”, mas não comporão os capítulos que se seguem, visto que não foi possível ter autorização para a observação da casa. O *itálico com negrito* foi utilizado para indicar trechos em destaque das falas dos entrevistados. Ao todo, foram aproximadamente 11 horas de depoimentos gravados que, após transcritos na íntegra, somaram, em torno, de 116 páginas textuais. Quanto aos registros fotográficos, o objetivo foi captar as mudanças na casa. As fotografias apresentadas foram tiradas em relação aos mesmos lugares, em dois momentos diferentes: no presente e há 18 anos.

3.3 Os participantes da pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente pensou-se em utilizar uma moldura de amostragem constituída por uma lista de reassentados, da qual se pretendia sortear, de forma aleatória, a amostra. Todavia, esse caminho se mostrou inviável, como dito anteriormente. A amostra foi composta, preferencialmente, por pessoas que residiram em São Sebastião do Soberbo e fizeram a opção pela moradia no reassentamento. Considerando que as casas do reassentamento não são uniformes, é importante destacar que o consórcio entregou seis tipos diferentes de casas:

O primeiro tipo, possuía 51 metros quadrados, dois quartos, sala, cozinha e um banheiro; o segundo tipo de casa possuía 66,7 m², com três quartos, sala, cozinha e um banheiro; o terceiro possuía 68,7 m² com três quartos, sala, copa, cozinha e banheiro; o quarto tipo de casa possuía 87 m², três quartos, sala, cozinha e banheiro; o quinto tipo de casa possuía 113 m², três quartos, copa, cozinha e dois banheiros, e a maior casa que possuía 170,22 m², varanda, três quartos, um quarto com suíte, sala, copa, cozinha e outro banheiro. Todas os seis tipos de casas possuíam varanda e área de serviço e aqueles que possuíam carros na Antiga Soberbo possuíam em suas novas casas uma garagem na lateral (Relatório Técnico da Feam, 2003, p. 302 *apud* Bortone, 2008, p. 63).

No entanto, por considerar importante observar as mudanças que ocorreram no reassentamento como um todo, ao longo de quase duas décadas, entrevistaram-se também algumas pessoas que não eram reassentadas, mas que decidiram, voluntariamente, morar em Nova Soberbo.

No Quadro 5 são apresentadas as configurações familiares dos 17 entrevistados que participaram da etapa de entrevistas e da observação domiciliar. Desses, dois não viveram o deslocamento e moravam em uma rua com lotes da prefeitura cedidos para construção de moradias residenciais.

Quadro 5 – Caracterização dos sujeitos reassentados participantes da entrevista, 2023

Código da entrevista	Foi entrevistado em 2004	Idade 2022	Idade 2007	Fez alguma alteração ou reforma no imóvel?
E1	Não	45	24	Reforma
E2	Sim	48	27	Alteração
E3	Sim	75	54	Reforma
E4	Não	37	16	Lote da Prefeitura
E5	Sim	81	59	Alteração
E6	Não	63	42	Alteração
E7	Sim	58	37	Reforma
E8	Sim	51	30	Alteração
E9	Sim	46	25	Alteração
E10	Sim	86	65	Reforma
E11	Sim	52	31	Alteração
E12	Não	65	44	Reforma
E13	Não	48	27	Alteração
E14	Sim	39	18	Alteração
E15	Não	41	20	Reforma
E16	Não	83	61	Reforma
E17	Sim	39	18	Reforma

Fonte: A autora (2024).

3.4. Método de análise de dados

Os dados referentes às tipologias das casas foram sistematizados e analisados na forma de imagens, conforme será possível visualizar no capítulo 6. Já as informações das entrevistas foram transcritas e tratadas por meio da análise de conteúdo. Buscou-se com esse método codificar e esclarecer as características e descrições da vida dos reassentados (Bardin, 2015, p. 133). Foram definidos os recortes, ou seja, as unidades de registro, que foram enumeradas e classificadas por temáticas. De acordo com Bardin (2015), o tema é concebido como uma unidade de significação que emerge de forma orgânica de um texto analisado, baseado em critérios que estão intrinsecamente ligados à teoria orientadora da pesquisa. Esses núcleos de sentido que emergem do texto formado pelas entrevistas estruturam o entendimento do discurso. Esses núcleos de sentido se constituem em tópicos que se destacaram na fala dos

entrevistados, referentes: à moradia; a aspectos do cotidiano; a percepções sobre o processo de reassentamento e questões relacionadas ao lazer; e à sociabilidade.

No processo de análise de dados, as unidades de registro foram inicialmente selecionadas e categorizadas com base em seus significados intrínsecos, culminando na identificação de 12 temas principais. Esses temas foram posteriormente descritos e quantificados pela contagem de inferências ou interpretações causais presentes no *corpus* (Quadro 6). Essa análise foi realizada com foco em três variáveis específicas previamente definidas, que guiaram as entrevistas e o processo de investigação para interpretação dos dados construídos. Esse método sistemático permitiu uma abordagem rigorosa e detalhada, alinhando os resultados com os objetivos propostos no estudo.

Quadro 6 – Variáveis de análise do *corpus* textual

Variável	Unidades de registro	Sim	Não	Indiferente	Total
Casa/vida urbana	Gostam de Nova Soberbo	10	6	1	17
Casa/vida rural	Apego a objetos e coisas da Velho Soberbo	4	2	11	17
Lazer e sociabilidade	Acham que ainda existem festas e participação da comunidade	9	5	3	17
Casa/vida urbana	Fizeram mudanças na casa que aproximaram-na do urbano/moderno	12	5	0	17
Casa/vida rural	Fizeram mudanças na casa que relembram o Velho Soberbo	4	13	0	17
Casa/vida rural	Resgatam o trabalho na roça	11	5	0	17
Casa/vida rural	Tem ou vai colocar fogão de lenha	10	7	0	17
Lazer e sociabilidade	Distanciou-se dos vizinhos após a mudança para o reassentamento	7	9	1	17
Lazer e sociabilidade	Distanciou-se dos vizinhos após o segundo impacto vivido	6	7	4	17
Lazer e sociabilidade	Ainda acha que existe religiosidade no distrito	3	14	0	17

Fonte: A autora (2024).

A partir das variáveis “Casa/vida urbana”, “Casa/vida rural”, e “Lazer e sociabilidade” foram estabelecidas outras três categorias, que permitiram a sistematização detalhada das frases e temas, o que facilitou, significativamente, a interpretação das falas dos entrevistados (Quadro 7).

Quadro 7 – Categorias de análise do *corpus* textual

Categorias de análise	Variáveis	Exemplos de tipos de unidade de registro
Reconstrução de um novo <i>habitus</i> (moderno e urbano – Casa mais urbanizada)	Casa/vida urbana	Nova Soberbo Modos de vida rural/ urbano Mudanças na casa
Tentativa de manter o <i>habitus</i> antigo (mais rural e focado na natureza – Casa rurbana)	Casa/vida rural	Modos de vida rural/ urbano Fogão de lenha Apego aos móveis e objetos
Apropriação do lugar (relações sociais e sentimento de pertencimento)	Lazer e sociabilidade	Relacionamento social Religiosidade Festas e participação da comunidade

Fonte: A autora (2024).

Esta metodologia seguiu as orientações de Bardin (2015) e foi essencial para a análise dos dados e para a subsequente construção e discussão dos resultados desta pesquisa. Com essa metodologia, a operacionalização das categorias de análise foi estruturada para refletir as concepções teóricas delineadas no Capítulo 2. A “forma constitutiva” de cada categoria reflete a compreensão teórica de como determinados conceitos se manifestaram no contexto do reassentamento periurbano, enquanto a “forma operacional” envolveu a visualização da prática observada mediante as narrativas dos entrevistados durante o campo. A definição precisa de indicadores facilitaram a observação e análise empírica dos fenômenos estudados. Essa abordagem potencializa que a análise esteja ancorada na teoria enquanto permanece sensivelmente aberta à evidência empírica. A busca por estabelecer uma relação clara entre a teoria e a prática investigativa fez que a pesquisadora estivesse atenta ao propósito de que cada categoria de análise não apenas refletisse os conceitos teóricos, mas, também, se aplicasse ao estudo dos fenômenos reais observados. Dessa forma, para cada categoria de análise, foram elaborados protocolos específicos:

- 1. Reconstrução de um novo *habitus* (moderno e urbano – casa urbanizada)** – Esta categoria aborda como os reassentados se adaptam a um modo de vida mais urbanizado, refletindo transformações nos estilos de vida dos sujeitos e no *habitus* devido à nova configuração habitacional que caracteriza maior urbanização.
- 2. Tentativa de manter o *habitus* antigo (rural e focado na natureza – casa rurbana)** – Representa a resistência em adotar completamente os novos modos de vida urbano, mantendo elementos do rural e uma conexão mais forte com a natureza, evidenciando a tentativa de manutenção do estilo de vida vivido e um *habitus* que tenta preservar características tradicionalmente rurais.

3. **Apropriação do lugar (relações sociais e sentimento de pertencimento)** – Foca nas formas como os indivíduos reassentados estabelecem novas relações sociais e desenvolvem um senso de pertencimento em seu novo ambiente, crucial para a apropriação efetiva do espaço social.

Essa abordagem metodológica buscou compreender as maneiras pelas quais o reassentamento influenciou a vida dos indivíduos e reconfigurou suas práticas sociais e culturais. Para tanto, elencou-se no *corpus* das entrevistas transcritas unidades de registro de trechos de textos que se mostraram significativos na organização das suas vidas, conforme descrito a seguir:

- **Nova Soberbo** – Nas várias menções acerca do reassentamento, muitas das falas indicavam uma transição da vida rural para a urbana, relacionada à casa e à vida social quando comparada ao antigo lugar.
- **Apego aos móveis e objetos** – Com as indenizações recebidas na forma de um vale-móveis, os reassentados efetivaram a reconstrução material das suas casas no reassentamento.
- **Festas e participação da comunidade** – Caracteriza a brusca mudança no tecido social e na coesão comunitária local quando da mudança para a Nova Soberbo.
- **Mudanças na casa** – Caracteriza-se de forma positiva as melhorias estruturais alcançadas ao longo do tempo, bem como enfatizam a perda das características rurais como o fogão de lenha.
- **Modos de vida** – Refere-se às práticas cotidianas, formas de trabalho, relações sociais e culturais que caracterizam a existência individual ou do grupo em um contexto local.
- **Fogão de lenha** – Caracteriza o modo de vida rural.
- **Relacionamento social** – Refere-se às atividades culturais realizadas, como as festas religiosas e comemorações da comunidade, as relações entre os vizinhos e a participação nas ações da comunidade.
- **Religiosidade** – Caracteriza a forma como os indivíduos e o grupo se relacionam com as instituições religiosas locais e como elas se expressam no dia a dia das casas.

Os diferentes modos de vida vividos no reassentamento serão aqui representados pela forma com eles se expressam na conformação dos espaços residenciais, na forma como os moradores usam e apropriam do espaço doméstico e nas modificações realizadas ao longo do tempo nas moradias. Há que se destacar um viés para o espaço social do distrito enquanto *locus* da sociabilidade e da vida coletiva que se revela nas práticas cotidianas locais. As variáveis e categorias de análise semânticas foram agrupadas de acordo com o Quadro 8.

Assim, a análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo, permitindo a avaliação qualitativa das respostas e comportamentos observados em relação às variáveis e categorias definidas. A elaboração das categorias permitiu preceitos mais específicos de rotulação de frases e temáticas que auxiliaram na descrição do processo de investigação, conforme proposto por Bardin (2015). A interpretação dos dados subsidiou a compreensão e a construção dos resultados desta tese. Todas as categorias de classificação são permeadas por inferências descritivas ou explanatórias, de acordo com as informações empíricas, mostrando que não se pode realizar uma análise generalizante. Assim, tal categorização permitiu evidenciar melhor os temas relacionados a cada fala.

3.5 Questões éticas

A pesquisa seguiu procedimentos éticos conforme preconizado por Creswell (2007), que ressalta a importância de assegurar que todos os participantes estejam informados sobre o estudo, do patrocínio e o propósito central da pesquisa, para que se evite ao longo do trabalho a marginalização dos atores sociais envolvidos. Assim, durante a realização deste trabalho, foram informados aos participantes os objetivos desta pesquisa, com a apresentação do parecer consubstanciado do Cep, para a transparência do processo. Assim, adotaram-se os seguintes critérios: (a) Foram solicitadas aos participantes permissões orais para a realização da pesquisa no local de estudo e para registro fotográfico das casas e dos demais espaços públicos; (b) Foram informados aos participantes os objetivos da pesquisa e que eles não seriam penalizados caso não desejassem participar; (c) Foi informado também que os nomes verdadeiros dos participantes seriam substituídos por nomes fictícios em futuras publicações e nesta tese; e (d) Foi avisado que a participação era voluntária.

Os relatos orais foram transcritos sem correção de português, objetivando destacá-los e dando voz ativa aos participantes. Ademais, os participantes foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), constando a gravação, o direito e o uso de imagem e, ou, informações por eles prestadas, bem como lido e assinado, sendo os resultados divulgados com finalidades acadêmicas.

3.6 Limitações da pesquisa

Apesar de todo o cuidado metodológico, houve limitações durante a realização desta pesquisa. Conforme já mencionado, os sujeitos residentes em Nova Soberbo apresentaram

resistências em se vincular a projetos de pesquisa e, ou, atividade de cunho coletivo que tivessem como propósito a discussão da realidade. Em alguns momentos, os entrevistados destacavam que já haviam falado sobre determinado assunto com outra “pessoa de fora” (aquele que não pertence à comunidade).

Dessa forma, uma limitação da pesquisa foi a quantidade de participantes efetivos da pesquisa, devido à assinatura exigida no preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Houve desinteresse de alguns moradores na participação, motivo pelo qual a pesquisadora não insistiu em utilizar outro tipo de instrumento de coleta de dados que as entrevistas em profundidade e observação não participante.

4 DA VELHA À NOVA SOBERBO: A VIVÊNCIA DE EVENTOS DRÁSTICOS

Além de vivenciarem o deslocamento compulsório para o reassentamento de Nova Soberbo, no início dos anos de 2000, os reassentados foram atingidos, em 2015, pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, MG, o que os impossibilitou de usar o rio. Assim, a reconstrução de suas vidas e de suas práticas cotidianas fora atravessada por dois grandes eventos drásticos.

A complexidade do problema instaurado com o deslocamento compulsório é aumentada pela transição de uma vida majoritariamente rural para a configuração espacial que mimetiza características urbanas no reassentamento de Nova Soberbo. Essa mudança implica uma série de ajustes na rotina diária, nas atividades econômicas e nas relações sociais das famílias reassentadas, exacerbando com o rompimento da barragem do Fundão e as dificuldades de adaptação ao novo contexto de vida e as novas possibilidades de indenização, o que afetou os processos de reconstrução cotidiana e a redefinição de identidades.

4.1 As lembranças do distrito rural de São Sebastião do Soberbo

São Sebastião do Soberbo era um dos quatro distritos que integravam o município de Santa Cruz do Escalvado, localizado na microrregião de Ponte Nova, na Zona da Mata mineira. Desde o início da sua colonização, teve como principais atividades econômicas a prática da agricultura, da mineração e da criação de animais. Atividades essas desenvolvidas por pequenas unidades familiares e, primordialmente, voltadas para o consumo da família e a comercialização do excedente (Bortone, 2008). No antigo povoado do “Soberbo”, a rua principal cortava todo o distrito e dela partiam outras ruas menores e adjacentes (Figura 5).

No que se refere à infraestrutura, o distrito dispunha de um posto de saúde, correio, mercearia, escola, marcenaria, bares e loja de consertos eletrônicos, além das igrejas: Evangélica, Assembleia de Deus e Católica, conforme destacadas na Figura 6. Essa última construída há mais de 100 anos.

Figura 5 – Vista panorâmica da comunidade de São Sebastião do Soberbo antes da inundação



Fonte: Batista (2013).

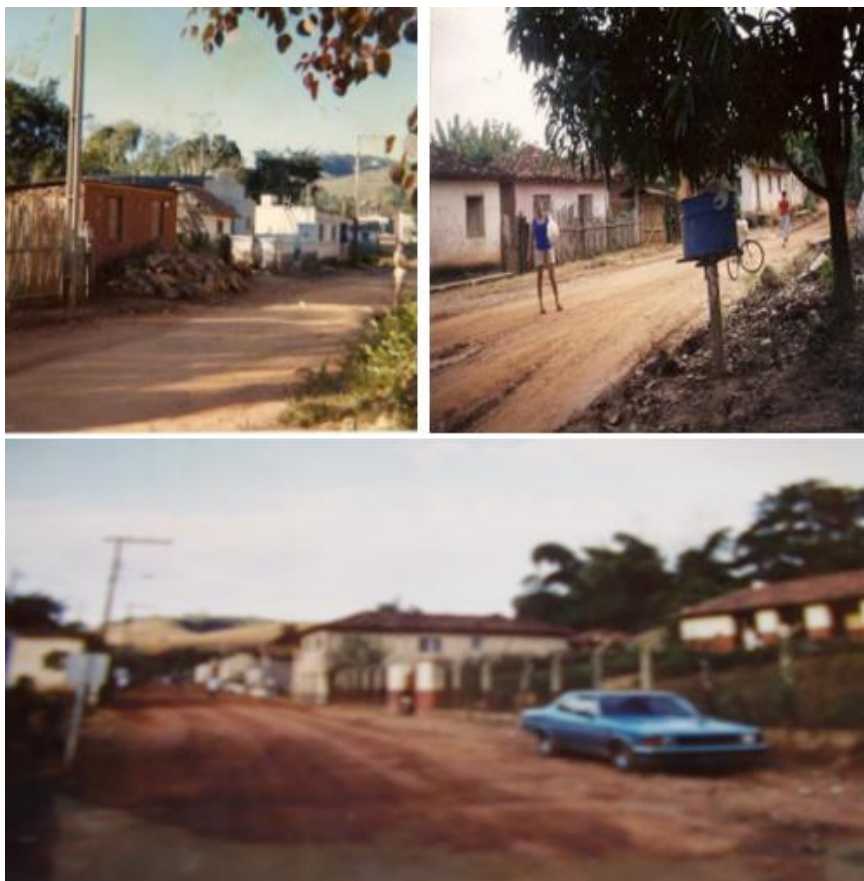
Figura 6 – Fachadas das Igrejas Presbiteriana, Assembleia de Deus e Católica, no distrito de São Sebastião do Soberbo



Fonte: Batista (2013) e Bortone (2008).

O Velho Soberbo é sempre lembrado como antigo por termos que remetem ao velho, ao antigo. Suas ruas eram de terra, não possuíam pavimentação, com exceção da Praça Central, que era de bloquete (Figura 7). As casas eram construídas com o uso de material local como barro, pedras, cascalho, areia retirada do rio e madeiras. O principal meio de transporte eram os cavalos, e não havia centro comercial, apenas pequenos espaços de comércio. Segundo Ribeiro (2013), as pessoas tinham na terra o vale fértil para produção, não dependendo do comércio local como principal fonte de alimentação.

Figura 7 – Rua principal, que atravessava todo o distrito e casas



Fonte: Batista (2013) e Bortone (2008).

As conversas na praça no final da tarde, as relações de vizinhança, as festas e práticas religiosas mantinham a comunidade reunida em torno de questões que eram de interesse do grupo. As ações coletivas, a fé e as festas “tradicionalizavam” a vida das pessoas (Bortone, 2008). As falas que se seguem são retratos das recordações dos moradores:

A gente tava acostumado com uma vida simples, embora fosse de terra a de terra era melhor. A gente tinha um pomar enorme, mexerica, laranja pegava na porta, sentava debaixo do galho e chupava laranja, mina d’água fresquinha, a gente bebia água nem precisava filtrar nem nada, era água da mina mesmo, tomava banho, era gostoso demais (E9, 46 anos, 2023).

Era um pequeno arraial, mas acho que todo mundo era feliz. Lá todo mundo sentava na porta. A gente não se sentia como a gente se sente aqui, às vezes com medo, porque toda hora passa carro ou caminhão. Lá não, dormia de janela aberta. Eu lembro que eu e minhas amigas ficávamos na rua até as 3 da manhã conversando (E11, 52 anos, 2023).

Soberbo velho, era muito alegre. Tinha também problema, mas além dos problemas, tinha uma cachoeira na frente, a casa nossa era na frente de uma cachoeira. A cachoeira quando enchia jogava água na casa. Na última que teve lá, faltou um tanto assim pra pular dentro de casa. Então tinha esse problema lá. E lá tinha muita coisa, eu fui nascido lá. Então a gente gosta sempre do lugar, mas depois foi dando problema (E5, 81 anos, 2023).

Os moradores relembram a estreita relação que tinham com a natureza. Nas entrevistas realizadas em 2003, muitas das suas memórias traziam no discurso o que não se conseguiu reproduzir na Nova Soberbo:

Lá no Soberbo Velho todo mundo que morava na rua de Sá Chiva ia pra porta dela de tarde pra descascar alho, penteava cabelo, tudo que cê pensá fazia naquela porta. Igual a gente sentava na pracinha, tipo assim, um dia de domingo, até dia de sábado também, todo mundo fazia o que tinha de fazê dentro de casa e ficava um tempão lá (E5, 81 anos, 2007).

Lá nois morava tudo de pertinho, lá nois conversava de distância da porta dela. Ih, aqui, se fosse lá agora ia tá todo mundo na praça, tinha uns bancos que ficava cheia, só conversando ou então fazendo alguma coisa da lida (E11, 32 anos, 2007).

Lá tinha muitas árvores. Nossa! Há quantos anos eu não sento debaixo de uma árvore. Outro dia mesmo eu fui a Ponte Nova com uma amiga e peguei carona até Viana, lá tivemos de ficar esperando passar carona para cá, aí sentamos debaixo de uma árvore e ficamos lembrando de como era bom isso, porque lá no Soberbo Velho (E14, 19 anos, 2007).

Por esses relatos, vê-se que a comunidade remete ao Soberbo Velho enquanto espaço vivido e dá sentido de lugar, ou seja, um espaço construído e vivido historicamente. Local de moradia e de relações sociais com significados e sentidos específicos da localidade. Os elementos significativos simbólicos do espaço vivido, da vida, da história dos sujeitos reassentados se revelam enquanto grande valor de uso na história daqueles que tiveram de se deslocar. Isso porque a memória integra o lugar e o sentimento de pertencimento (Carlos, 1996, p. 25). A história vivida na Antiga Soberbo remete a uma dimensão significativa do social, presente no cotidiano das pessoas, no seu modo de vida, ancorado em um *habitus rural* que pode ser considerado elemento central nas identidades vividas. A interação com os vizinhos e com a natureza revelava o sentimento de pertencimento a um lugar repleto de especificidades.

Segundo Barros e Sylvestre (2004) e o Diagnóstico... (2004), os moradores da Antiga soberbo podiam ser caracterizados segundo quatro categorias de habitantes: (1) Os moradores residentes na sede do lugar; (2) Os garimpeiros agricultores, que em período de cheia retiravam ouro do rio; (3) Os meeiros, que cultivavam a terra dos proprietários; e (4) Os pescadores, cuja atividade é realizada por quase todos os moradores e considerada importante na base alimentar daquelas famílias. Bortone (2008) e Ribeiro (2013) salientam que, além das ocupações mais direcionadas ao trabalho no campo e do uso do rio, havia outras que permaneceram após a mudança para o reassentamento, como as de: empregada doméstica, funcionário público, comerciante, pedreiro e motorista. De modo geral, o que fica evidenciado é que na Velha Soberbo havia forte relação das pessoas com o rio e com a terra. A sobrevivência estava

associada aos quintais e ao rio, os quais, além da produção para o consumo familiar, possibilitavam a venda, a troca e a doação do excedente.

Contudo, a construção da Hidrelétrica de Candonga desestrutura esse modo de vida, no qual a ruralidade, a natureza e a sociabilidade vicinal eram tão presentes. Segundo Penido (2008), três anos antes da data da remoção das famílias, que ocorreu em 2001, o Consórcio Candonga ainda não tinha informado aos moradores como seria o projeto do reservatório, menos ainda do reassentamento, o que desorganizou todo o cotidiano de vida no antigo lugar. Os intensos embates e conflitos desorganizaram o cotidiano das pessoas que perderam o sentido de plantar, trabalhar, construir e reparar suas casas, em face do risco iminente de terem os seus bens materiais submersos pela barragem. Em meio à desinformação, os moradores tentaram se organizar em uma associação. Contudo, a cooptação de algumas lideranças pelo consórcio levou ao descrédito diante de sua atuação e das conquistas, sempre direcionadas para os seus membros diretores.

A forma como os processos vinham sendo conduzidos chamou a atenção de outro movimento de resistência, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que, em conjunto com o Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), buscou questionar as medidas compensatórias e validar outras formas de negociação entre os atingidos e o consórcio com relação à resistência à mudança para o reassentamento (Penido, 2008). Assim, o descontentamento com relação às negociações transformou o desagrado silencioso e individual em um conflito aberto e coletivo (Pinto; Pereira, 2005). A não participação dos atingidos nos processos decisórios e de planejamento, durante o licenciamento ambiental da usina, se estendeu até a execução do projeto do reassentamento, como pode ser observado no relato a seguir:

A construção do reassentamento se deu de forma autoritária. Novo Soberbo foi iniciado de forma fechada, sem qualquer acesso da comunidade para verificação. Quando esse acesso foi permitido, por pressão da comunidade, verificou-se o quê? (...) Eram casas que não possuíam colunas, em que a rua estava no nível do telhado. A porta da cozinha estava a meio metro de um paredão de barro, que é o seu terreno, que acaba ali. E a rua, na altura do telhado. O consórcio disse que aquilo estava muito bom, que a comunidade tinha aprovado aquilo. O tamanho das casas também foi objeto de vício no processo de escolha, porque foi apresentada uma planta de engenharia para uma comunidade sabidamente despreparada para analisar esse tipo de documento; pessoas com pouca escolaridade, pessoas de idade que não têm ideia do que seja 47 m² ou 120 m². E por aí vai o descalabro (Representante dos atingidos, CIF/COPAM 2002, Ata da reunião de 14/03/03).

Os moradores se viram em um conflito não apenas com o consórcio, mas, também, internamente. Pautados pela promessa de melhorias nas condições de vida colocada pelos empreendedores à comunidade, muitos atingidos, em especial os jovens, se sentiram

estimulados a migrarem para a cidade, convencendo as suas famílias. Outra parte dos atingidos ficou desconfiada das promessas feitas e insatisfeita com as negociações. Por isso, resistiram. Em decorrência do processo de construção da hidrelétrica, toda a rotina da Velha Soberbo foi alterada, e isso impactou diretamente a forma como os moradores se viam e se organizavam perante a realidade que se apresentava:

Imagina você na sua cidade e um dia de noite chega um monte de máquina pra construir uma barragem e dum dia pra frente **você vai ter de sair de lá** (E19, 77 anos, 2023).

Pra quem não tinha nada, ganhou muitas coisas. Agora a gente que tinha as coisas, **eles não fazia nada**, nós pedimos pra eles pra passa uma patola e cascalho na estrada do sítio que hoje ficou a 3 km de casa e eles nunca fizeram. Antes eu ficava perto do sítio (E16, 83 anos, 2023).

O consórcio engabelava todo mundo, falava que quando viesse pra Nova Soberbo, cá ia ter emprego e tudo isso, prometeu muito. Ai todo mundo falava que do jeito que eles tava falando, aqui ia ser muito bom. Tinha gente que acreditava e tinha gente que não acreditava. E ai as coisa começaram a ficar complicada. Eles começaram a construí as casa e ai o pessoal viu que ia ter de sair mesmo (E14, 39 anos, 2023).

Nesses trechos, as frases impositivas **vai ter de sair**, **eles não fazia nada** e **isso que eles queria mesmo** apresentam a forma como os moradores do Soberbo Velho vivenciaram o processo de construção da barragem, demonstrando sempre a capacidade do empreendedor de impor condições e situação ao morador local que não tinha como acompanhar a forma como o processo era conduzido. Os relatos das dificuldades de ser atendido conforme o prometido mostrava a redução diária das expectativas daqueles que não tinham como opção permanecer no local, conforme se vê no depoimento a seguir:

Eu perguntei se todo mundo tinha de ficar com o piso branco, se não dava para colocar um de outra cor? Ai ele falou que dava e ai eu pedi bege, por que na minha casa lá era marrom e branco suja muito. Eu falei então que não queria piso e que queria taco (...) depois eu vim ver e tava tudo com piso branco. Ai eu falei que pedi taco e que três pessoas do consórcio falou que eu podia escolhê. Eu pedi taco porque eles já tinham colocado na outra casa, porque na minha não podia tê?

O conceito de “domicide” proposto para a compreensão das formas de poder a partir da destruição das casas por outros fornece uma contribuição para o entendimento dos impactos no espaço doméstico, revelando as formas por meio das quais a casa poderia ser destruída. A narrativa da entrevistada E19 revela a devastação emocional e física experimentada por aqueles que foram involuntariamente deslocados, “as máquinas chegam à noite”, simbolizando a ausência de transparência e a imposição unilateral de decisões, assim como “consórcio engabelava todo mundo”, revelando as dinâmicas de poder envolvidas nos processos de deslocamento e reassentamento. Os perpetradores de domicídio, independentemente da retórica

utilizada, agem para consolidar a “posição dos ricos e poderosos, ao mesmo tempo que oprimem e prejudicam os pobres” (Porteous; Smith, 2001, p. 241).

A retórica de progresso e desenvolvimento frequentemente usada para justificar esses reassentamentos mascara a realidade da degradação socioeconômica enfrentada pelos afetados e estudada por Cernea (2006). As novas moradias urbanas podem ser inadequadas em termos de espaço, infraestrutura e segurança, exacerbando problemas como a falta de coesão comunitária, a perda de identidade cultural e a dificuldade de adaptação ao novo ambiente urbano e refletindo outro ponto de destruição deliberada das casas, a destruição simbólica, em que o lar é destruído não apenas fisicamente, mas também em seu significado emocional e cultural. As conexões emocionais e sociais que as famílias tinham com seus lares originais são irremediavelmente rompidas, resultando em um sentimento profundo de perda e desorientação, o qual vai exigir recomposição, satisfatória ou não, como se verá nesta tese.

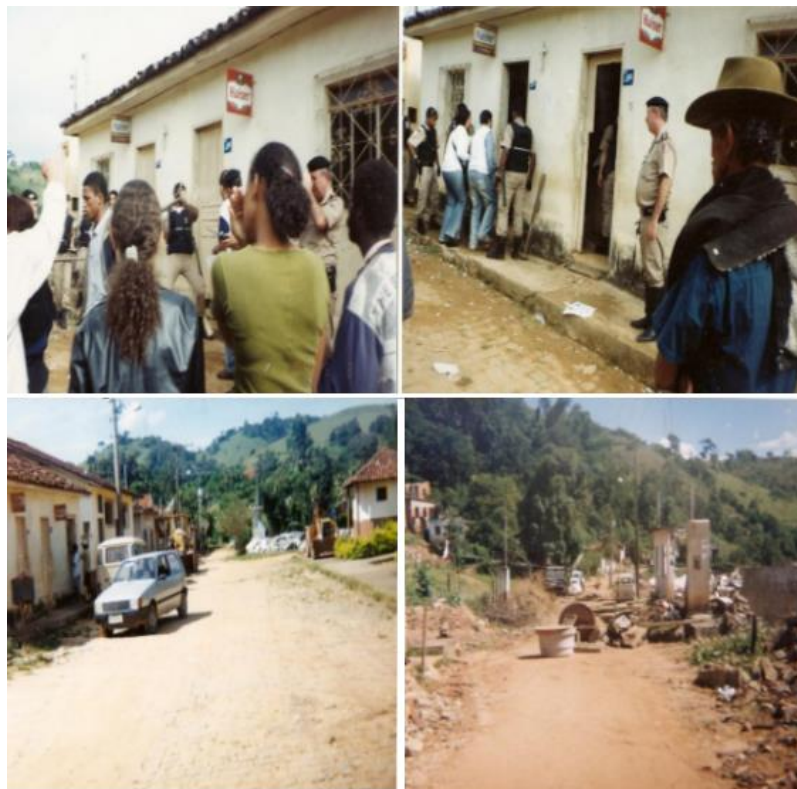
Assim como posto, Barros e Sylvestre (2004, p. 151) apontam que havia expectativa em relação ao reassentamento e com a vida que se imaginava conquistar, mas foi minada com a falta de informação e com a incerteza em relação ao futuro. Em geral, os moradores ansiavam para que o Consórcio se esforçasse para a melhoria e cumprimento das propostas de negociação antes de promover a realocação definitiva das famílias das velhas terras para o novo local. Entretanto, no lugar de trabalhar com a comunidade e investir no diálogo para resolver os problemas apresentados, o Consórcio usou dinheiro, pressão, ameaças, violência e até aparato policial estatal para forçar os moradores a se mudarem (Figuras 8 e 9).

Figura 8 – Últimos momentos em São Sebastião do Soberbo



Fonte: Batista (2013).

Figura 9 – O arrombamento da venda e a demolição das casas



Fonte: Batista (2013).

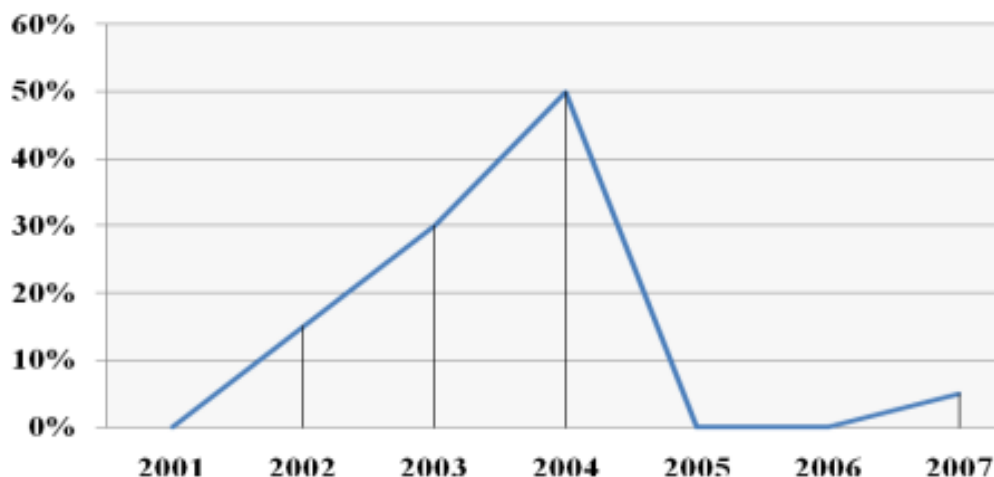
O uso da força discursiva, da coerção, da cooptação e da força policial remete ao encontro desigual de poder entre os diferentes atores, aqueles que ditam as regras e as condições de dominação e os dominados. O conflito chegou ao seu auge, e os moradores não tinham outra arma a não ser a resistência que era tentar se manter no lugar. Embora mudar fosse a única opção, alguns moradores resistiram e, mesmo sob ameaças de não serem indenizados ou de ficarem à deriva sozinhos debaixo d'água do lago que estava prestes a subir, algumas famílias se recusaram a deixar suas casas. O relato a seguir ilustra bem esse episódio:

O primeiro foi os outros, nós, ficamos com 14 famílias lá no Soberbo_Velho. Porque eles não queria pagar o que eles estavam pagando, eles não queriam pagar, eles não queriam, eles queriam enrolar, mas depois, o que eles fizeram? Botou cento e cento e noventa, quanto? Cento e noventa e pouco soldados. Porque falaram, fora os cachorros, tem que ir com o cachorro, aí falaram, porque alguém aqui falou que nós, era perigoso e, coitado de nós, olha se nós somo perigoso. Ficou 14 famílias, porque eles não queriam pagar, por isso nós ficamos lá, os 14. Outros vieram, eles pediram tudo, deu dez mil, dizem o quanto, dizem, e eles davam. Mas nós não, nós não. Ai nós viemos pra cá sem praticamente nada, com as ropa do corpo. Cada um escolheu sua casa pelo local que a gente estava lá, pelo tamanho da casa, tinha as maquetes, a gente escolheu lá (E5, 81 anos, 2023).

Como se observa nos depoimentos apresentados e representados na Figura 10, elaborada por Batista (2013), diversos foram os motivos que levaram as famílias a deixarem as suas casas e o antigo lugar em tempos diferentes. A saída do Antigo Soberbo iniciou ainda no ano 2002, aumentando substancialmente nos anos 2003 e início de 2004, especificamente o dia 3 de maio, quando houve a presença da ação policial. Essa data, para esse autor, define espacial e temporalmente o fim de uma época e o início de outra, pois é quando a UHE Candonga promove a cisão definitiva entre a Velha Soberbo, que já não existe mais, com suas casas destruídas e toda a estrutura local pelas máquinas, inaugura-se o outro lugar nomeadamente novo, o reassentamento de Nova Soberbo.

Assim, o distrito rural de São Sebastião de Soberbo ficou na lembrança de quem um dia viveu e teve seus modos de vida pertencentes ao lugar. Como um espaço de memória e de um começo de vida, agora interrompidos pelo capitalismo e pela ilusão do desenvolvimento. A vida que seguia seu curso calma e estabilizada é drasticamente inundada, em nome da modernidade e do recomeço como horizonte que se dá pela capacidade de se inventar em um novo lugar, agora urbano.

Figura 10 – Distribuição temporal em anos de mudança para o reassentamento



Fonte: Batista (2013).

4.2 A reinvenção da vida urbanizada em Nova Soberbo: a história de um projeto “bem-sucedido”

Historicamente, a mineração e, mais tarde, os projetos hidrelétricos se fizeram presentes naquela região tão avidamente explorada pelo capital. Como resultado dessas atividades econômicas, em 2003 parte do município de Santa Cruz do Escalvado foi alagado para a construção da hidrelétrica de Candonga e, em 2015, foi afetado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Esse crime ambiental causou a destruição total do povoado de Bento Rodrigues, a destruição parcial de várias comunidades de Mariana, das áreas rural e urbana do município de Barra Longa e de vários municípios margeados pelos rios Gualaxo, Carmo e Doce. Nesse último, encontra-se localizado o distrito de Nova Soberbo, que desde então vem buscando o direito de ser reconhecido como atingido.

A mudança para o reassentamento afetou os modos de morar, as relações de vizinhança e parentesco, as atividades de lazer, as festas, as atividades econômicas, além da relação com a natureza. O asfalto, a cidade, o acesso a alimentos diferentes, enfim, tudo na Nova Soberbo era bem diferente da Velha. O cotidiano típico de um lugarejo rural passa a ser impactado pelo cotidiano em um meio urbanizado. O distrito de Nova Soberbo, localizado na antiga Fazenda Gambá⁹, foi construído nas proximidades do lago do reservatório, no distrito de Santa Cruz do

⁹ A Fazenda Gambá é antiga no município de Santa Cruz do Escalvado, localizada nas proximidades do distrito de Rio Doce. Segundo Bortone (2008), em entrevista de campo, os moradores relataram que a desapropriação dessa fazenda para a construção do assentamento Nova Soberbo foi um processo conflituoso e compulsório. A

Escalvado. A área de lazer, composta por um campo de futebol, uma quadra de vôlei e de peteca e área de jogos de mesa, desde 2008 se apresentava tomada pelo mato, sem uso coletivo, e permanece ainda hoje, em 2024, encoberta pelo mato, conforme pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Vista parcial da área de lazer, localizada na rodovia que chega ao distrito de Nova Soberbo, 2008 e 2022



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 25/01/2008 e 14/09/2022.

Também a área industrial, prevista pelo consórcio para trazer emprego, progresso e desenvolvimento à região, não se efetivou como realidade. Em 2008, havia apenas uma usina de reciclagem e compostagem em funcionamento e, em 2024, algumas empresas que fazem a drenagem dos rejeitos minerários do lago da UHE Candonga, as quais movimentam um grande fluxo de caminhões e máquinas que atravessam o distrito durante todo o dia. A configuração espacial do interior do distrito destaca na sua paisagem a presença do asfalto, das casas de alvenaria muradas e dos prédios destinados aos serviços urbanos: posto de saúde, escola, igrejas, centro comunitário e uma área comercial. O Novo Soberbo passa a se configurar como um lugar para residir. Na Figura 12, pode-se observar uma sequência de fotografias capturadas em momentos distintos, no mesmo lugar, por autores de diferentes trabalhos, nas quais é possível observar o crescimento de árvores ao longo dessas quase duas décadas.

família, que há várias gerações tinha a posse da terra, foi desapropriada, com direito a uma indenização em dinheiro, cujo valor não foi aceito pela família, mas foi depositado em juízo por meio de uma ação judicial movida pelo Consórcio. A família foi obrigada a sair da propriedade. De posse da terra, o Consórcio construiu o assentamento.

Figura 12 – Vista panorâmica do reassentamento



Fonte: Registro fotográfico (Bortone, 2008; Batista, 2013).

Em 2007, nas entrevistas realizadas com os reassentados, eles destacaram as suas primeiras impressões do Novo Soberbo em relação ao Velho, dando maior ênfase à valorização da vida na Velha Soberbo:

A distância entre uma casa e outra era menor, o que era mais fácil e nós nos encontrávamos à noite para conversar. Tinha uma pracinha pequeninha que a gente chamava de é (...) era um coreto. Tinha um posto de saúde com uma escadaria, e todo mundo sentava ali. Ali aconteciam as festas, porta da igreja – que era muito antiga (E11, 32 anos, 2007).

Lá na Antiga Soberbo era muito melhor! Lá a gente já estava acostumada e a vida era muito mais barata. Aqui tudo é muito caro. Lá não pagava água e tinha poço artesiano de quase 80 metros de fundura (E16, 63 anos, 2007).

Igual, alguns trabalhavam na roça, os homens porque as mulheres não. Mas agora é mais ruim que antes, porque aqui, dentro do Novo Soberbo não acha serviço. Olha só pra você ver, eles estão limpando o rio e ninguém aí é do Soberbo, tudo de fora, não chama os jovens daqui e olha que aqui tem muita gente pra trabalhar, mas eles não chama mesmo. Mas sempre foi assim, na época que as casas deram problema, eles não chamaram ninguém do Soberbo pra trabalhar nas reformas, e tem muita gente aqui que podia trabalhar (E7, 37 anos, 2007).

Soberbo era bem pior que aqui. Eu não gosto, gosto de dizê a verdade, lá era bem pior. Aqui todo mundo tem coisa boa, né. Hoje o povo aqui vive bem melhor que lá. A pessoa acostuma passando mal e passando bem e aqui, acostuma com o bom é bem melhor. Os jovem que fala que aqui não tem serviço, vive aqui do mesmo jeito que lá. O mesmo serviço que tinha lá, tem aqui também. Ficou mesma coisa (E19, 57 anos, 2007).

Nos depoimentos anteriores, os sujeitos reassentados, deslocados havia apenas três anos, avaliavam o Velho Soberbo como um lugar melhor para viver que o Novo Soberbo, destacando a vida mais próxima da natureza e dos seus, além de considerarem a vida mais simples e economicamente mais viável. Nessa fala se argumenta ainda sobre a expectativa criada com a possibilidade de sempre angariar mais fundos com as indenizações, impedindo a aspiração de uma vida focada no trabalho e na busca por rendimentos próprios. Hoje, passados quase duas décadas do deslocamento, ao questionar sobre o Velho Soberbo, as lembranças são marcadas pela referência a uma vida mais simples, mas, também, por maior proatividade por parte das pessoas, que plantavam, pescavam e tinham maior sociabilidade comunitária. A vida no reassentamento é, no geral, retratada como havendo menos autonomia, se comparada à no Antigo Soberbo:

Então aqui hoje é assim igual uma prisão. Não tem sustentabilidade, não tem lazer, não tem área pra gente trabalhar, não tem mais o rio. O que é bom aqui mesmo é só a moradia. Porque lá era assim, **a vida era mais simples**, nosso modo de vida era diferente e você via muito mais gente convivendo com as outras pessoas, as pessoas tinham muito mais condição, só as casas que eram ruins (E9, 46 anos, 2023).

Lá no Soberbo Velho **a vida era muito simples**, nós não tinha água em casa, buscava no rio, nos fazia tudo no rio: lavava roupa, lavava vasilha, pescava, faiscava. Lá comia feijão com farinha mas tinha o que comê. Aqui hoje a gente tem asfalto e casa bonita

mas não tem lugar pra plantar nada, tudo é no alto do morro. Nem na igreja eu consigo ir mais! (E16, 83 anos, 2023).

Eles falam que Soberbo Velho era muito melhor do que aqui, mas é lógico que não. Eu não conheci lá, mas pelo que todo mundo fala, lá não tinha estrutura nenhuma, eu já vi fotos. E, quem fala que aqui não tem emprego, como os jovens, é porque não gosta de trabalhar mesmo, nem os velho, fica tudo esperando sair indenização (E4, 37 anos, 2023).

Observa-se como ponto crucial a questão da autonomia das famílias. Várias pessoas mencionaram que, embora tivessem uma vida “mais modesta” e “a vida era muito simples” antes da chegada da usina hidrelétrica, elas tinham a possibilidade de criar animais como porcos e galinhas, possuíam quintais amplos para o cultivo de vegetais e frutas e tinham acesso ao rio. Essas características proporcionavam certa independência para essas famílias, que viam o rio como importante fonte de vida não apenas por conta da pesca para consumo ou para venda, mas, também, com a mineração de pequena escala, a coleta de areia e cascalho, além de ser um local de recreação e interação social.

Com a Usina Hidrelétrica Candonga, diversas dinâmicas relacionadas aos modos de viver e de morar da comunidade local começaram a se modificar (Batista, 2013), ao passo que as iniciativas para a revitalização econômica sugeridas pelo consórcio responsável pela usina não progrediram. Assim, a impossibilidade da reprodução da vida tal como era no Antigo Soberbo não é substituída pela existência de atividades econômicas urbanas. Somado ao fato de que a diminuição da quantidade de peixes e de vários pontos de garimpo foi ainda mais prejudicada após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Atualmente, segundo Carvalho (2019), o reservatório da usina se converteu em um vasto depósito de lama, composto por resíduos da mineração de ferro da empresa Samarco. Observa-se, também, uma avaliação diferente entre aqueles que vivenciaram o deslocamento seguido do reassentamento e aqueles que não viveram os processos de reassentamento. Para esses últimos, o Novo Soberbo representa um benefício se comparado à estrutura física do antigo lugar.

4.3 A perda da autonomia econômica e produtiva das famílias

A reivindicação dos reassentados pela reativação econômica ainda é pauta até os dias atuais, configurando uma busca que ainda perdura nos processos judiciais e negociações que não se findaram. Enquanto as promessas por atividades econômicas não se efetivam, os reassentados mantêm as atividades rurais. Quando as famílias foram reassentadas, elas passaram a ser inseridas em projetos que exigiam a formação de grupos coletivos com vistas à

produção, trabalho, capital e o uso da terra. Todavia, tais experiências se revelaram negativas, tendo fracionado a comunidade em grupos.

A construção da UHE alterou a realidade da vida que se tinha na Antiga Soberbo – a proximidade e o uso do rio e das terras aluviais constituíam um campo de possibilidades para a sobrevivência das famílias. Contudo, com a mudança para a Nova Soberbo, os reassentados experimentaram a “desapropriação do seu saber fazer” (Ribeiro, 2013). Tal situação se torna ainda mais grave com o impacto do rompimento da barragem do Fundão, em 2015, que novamente impactou o rio. Sem contar com a possibilidade de realizar as atividades próprias do seu saber-fazer, os assentados passam a viver da espera da indenização relativa aos prejuízos não recompostos pelo consórcio de Candonga. Segundo Bortone (2008), a esperança de que a vida iria melhorar após a reativação econômica ou a partir da oferta de trabalhos indiretos pela a UHE Candonga transformou-se em ilusão para muitos, sobretudo para os mais jovens. Na fala dos mais velhos, a possibilidade do trabalho existia, desde que direcionado para as atividades possíveis de serem realizadas nas terras da família, contudo aquela não era uma realidade almejada pelos mais novos.

A mesma coisa que faço aqui eu fazia lá: nada. Porque quem queria trabalhar tinha de ir pra roça. O que tinha era ou serviço de roça ou tinha de ir pra outras cidades porque não tinha serviço lá não (E17, 20 anos, 07).

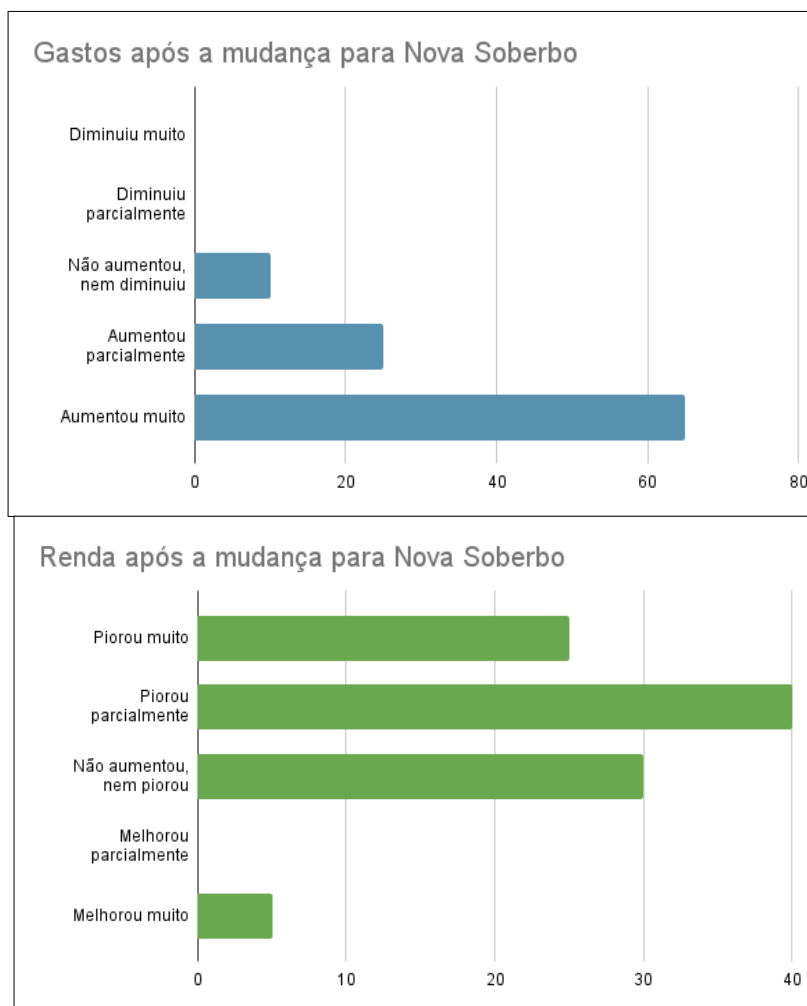
Eles (os jovens) não gostavam de trabalhar mesmo. Eles não querem trabalhar (risos). Eles não planta roça, não pesca, não faz nada. (...) Meu pai tem 70 anos, do Soberbo Velho pra cá meu pai nunca ficou à toa. Até hoje nunca faltou serviço pra ele, muito pelo contrário, o pessoal vive atrás dele. É que os novo aqui não gosta de trabalhar (E2, 28 anos, 07).

Observa-se um corte geracional na avaliação da disponibilidade de trabalho. Para os mais jovens, desde o início do deslocamento o “serviço” almejado não era aquele que a terra e o rio ofereciam e, sim, aquele que poderia oferecer um retorno monetário fixo pelo trabalho realizado. Assim, das atividades que existiam no Soberbo Velho às prometidas quando da mudança para o Novo Soberbo, o distrito industrial absorveria esses jovens, realidade essa que não se efetivou. Para esses jovens, a perda maior com o deslocamento não está na referência das terras ou do uso do rio, mas, sim, nas promessas de oferta de emprego não cumpridas pelo Consórcio. Nesse sentido, a identidade de trabalhador rural já não era sustentada no local por todos, embora ainda tenham moradores que vivem tanto da agricultura rural quanto agora da agricultura urbana, moradores esses, em sua maioria, mais velhos. Mesmo para os moradores mais antigos do Velho Soberbo, o reassentamento planejado pelo Setor Hidrelétrico com seu o formato citadino limitou a fluidez dos locais com a vida ribeirinha.

Assim, cresceu a expectativa deles com as promessas de reativação econômica por parte do consórcio ou de recebimento da indenização, primeiro por parte do Consórcio, pela inundação causada pela hidrelétrica; depois, em 2015, pela Renova, em função do desabamento da barragem de rejeito no rio. A tentativa projetada para a reativação econômica local se fez, inicialmente, na concessão de um terreno comunitário para a produção agrícola, sob a orientação dos técnicos da EMATER, com cursos e produção de artesanato de bucha vegetal para comercialização. Todavia, essas atividades e a forma de trabalho se diferiam daquela vivida anteriormente pelos moradores de São Sebastião do Soberbo, que plantavam em lotes individuais, no quintal de suas casas e para a subsistência familiar, diferentemente da proposta coletiva destinada a um espaço no alto do morro, de terra infértil e direcionada para o mercado, com uma lógica de rentabilidade econômica (Penido, 2008). Além disto, a vida no reassentamento é marcada pela privação dos usos tradicionais do rio, como a pesca, o garimpo e a agricultura nas margens úmidas e férteis. Essas mudanças se revelaram não só como impactos materiais, mas, também, simbólicos, ao alterar as identidades individuais e coletivas dos moradores do Velho Soberbo. A Figura 13, elaborada por Batista (2013), apresenta a realidade dos moradores quanto ao consumo e renda familiar após a mudança para o reassentamento. Pode-se verificar que o reassentamento alterou substancialmente a organização econômica e produtiva das famílias, aumentando, assim, a dependência dos reassentados com relação a outras formas de restabelecimento das atividades produtivas que, impossibilitados de plantar em terras próprias e de trabalhar em empregos ofertados localmente, passaram a depender do consórcio, da prefeitura ou do governo federal, por meio de auxílios assistenciais e, agora mais recentemente, das indenizações almejadas com o rompimento da barragem do Fundão.

Além de atingidos pela construção da usina hidrelétrica, a mesma comunidade também foi atingida pela lama da Samarco em 2015. A hidrelétrica e os responsáveis se dedicam, ainda hoje, a ações que têm como propósito retirar a lama do local. O rompimento da barragem da Samarco, localizada na cidade de Mariana, ocasionou a impossibilidade do uso do rio Doce para a pesca, faiscação e outras atividades, as quais faziam parte da vida dos moradores já no reassentamento de Nova Soberbo.

Figura 13 – Alteração da organização econômica e produtiva das famílias por gastos e renda após a mudança para a Nova Soberbo, 2013



Fonte: Extraído de Batista (2013).

Quanto ao capital social dos moradores da Nova Soberbo, pode-se afirmar que desde as negociações relativas às indenizações e compensações para a construção da usina, no início dos anos de 2000, elas provocaram diversas brigas internas na comunidade, as quais ainda não foram superadas.¹⁰ Segundo Carvalho (2019), a confusa atuação da Fundação Renova no lugar, pós-evento do desabamento das barragens de rejeito em 2015, reforçou ainda mais as brigas e desentendimentos entre os moradores. As relações sociais cultivadas ao longo dos anos no Antigo Soberbo se alteraram com o processo de mudança da comunidade para o Novo Soberbo. O consórcio da UHE Candonga não se preocupou em manter a vizinhança entre os moradores na mudança para o reassentamento. Ex-vizinhos ficaram distantes, bem como o tempo de

¹⁰O capital social é o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de contatos durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de familiaridade e reconhecimento – em outras palavras, é o pertencimento a um grupo (Bourdieu, 1996).

mudança para o reassentamento foi diferente; nem mesmo para inaugurar a igreja não esperaram que a comunidade toda já estivesse no local. Essa perda da união da comunidade aparece com destaque nos depoimentos que se seguem:

No Soberbo Velho as pessoas eram mais humildes, mais alegres, mais unidas. Ia fazer uma coisa, todo mundo participava. Aqui acabou, ficou um pouquinho de lado, entendeu? Assim que mudou pra cá, até porque essa questão aí de algumas pessoas mudarem primeiro e depois as outras mudarem (E2, 28 anos, 2007).

A igreja foi inaugurada antes, sem o restante das pessoas se mudar, ficou complicado. Isso aí já dividiu um pouquinho, aí desde aquela época pra cá, Nova Soberbo, Soberbo Velho, a comunidade de São Sebastião do Soberbo não é mais a mesma (E8, 61 anos, 2007).

Os depoimentos anteriores são de moradores que viviam em Nova Soberbo desde o deslocamento, tendo sido colhidos em 2007. Naquela época, observava-se que a forma como as indenizações estavam sendo negociadas representava ameaça para a coesão social do grupo. As perdas em relação ao vizinho ou a um parente próximo causavam revolta, levando ao enfraquecimento dos laços vicinais e de parentesco. Batista (2013), Ribeiro (2013), Bortone (2008) e Penido (2008) destacam, ainda, outro problema encontrado no reassentamento: o tamanho dos quintais que comprometia o cultivo de alimentos. Segundo Ribeiro (2013), as lembranças do passado no Velho Soberbo se remetiam à vida “farta” à beira do rio, onde se tinha “de tudo”, enquanto no reassentamento pairam as incertezas quanto às condições econômicas. Batista (2013) destacava que na avaliação dos reassentados apenas a casa, em sua questão estrutural, recebia adjetivos positivos. O fato de ser nova e de todas as famílias terem sido beneficiadas com um imóvel era bem visto:

Agora nós tem um relacionamento bom com alguns dos vizinhos, outros não (...) porque pisou na bola comigo, conflito, e eu não aceitei, chamei atenção, sabe? Mas não tem nada a ver, a raiva, nem nada. É por causa dos negócios lá das indenização, mais ou menos isso, e mais alguma coisa, né? Isso porque fica tudo de olho, né? **A gente tá evoluindo**, fazer o que, né? Graças a Deus, ó (E3, 75 anos, 2023).

O que mudou é que muita gente aqui no Novo Soberbo, que **o povo ficou foi com ódio**, mas eu falei que Deus ia mostrar pra esse povo aqui porque eles me tirou e se eles tem o direito, eu também tenho porque nós somos igual. Aqui moça nós tudo somos igual. Aqui não tem ninguém diferente. Que nós tudo somos do Soberbo Velho (E2, 48 anos, 2023).

(...) todo mundo que morava no Soberbo Velho ganhou casa e móveis. Agora pela Renova eu não sei te dizer. Algumas pessoas recebem e outras não. **Aqui tem muita briga**. Com certeza essa situação da indenização faz as brigas. Acabou a comunidade. Todos brigam entre si. Tem muitas pessoas que não falam uns com os outros porque umas receberam, outras não (E4, 37 anos, 2023).

Aqui é muito bom, só que tem **muita confusão, muita gente com raiva um do outro**. Uns foram indenizados e outros não. E aí, quem não fez o cadastro na época certa não recebeu. A indenização lá de Candonga (2003) foi melhor que da Renova (após 2015), porque sobre a lama aqui, nem tudo que eu fazia eu recebi indenização (E7, 58 anos, 2023).

Aqui as pessoas ficaram muito complicadas. Lá as pessoas viviam mais simples né, dentro de casinhas mais simples, mas o convívio ficou pior. Lá era cerca de bambu, aqui com o muro eu precisei levantar o muro. Sei lá, o convívio se acabou (E10, 86 anos, 2023).

Observa-se nesses depoimentos um processo de diferenciação ocorrido por meio das indenizações diferenciadas: primeiro, por parte do Consórcio da Hidrelétrica, em 2003, em função da inundação da Velha Soberbo e, depois, pela Renova, após 2015, em face do desmoronamento da barragem de rejeito, que inundou o rio Doce de lama. Antes, na Velha Soberbo, todos tinham uma vida muito nivelada, muito próxima. Já na Nova Soberbo as indenizações foram diferenciadas de acordo com o tamanho da terra, da casa e de outros critérios. A sensação é de ter ficado mais distantes uns dos outros:

Quando a gente mudou pra cá, distanciou muito. Por exemplo, quem mora aqui embaixo, não tem coragem de subir lá em cima pra bater um papo com os amigos, é muito difícil, acha longe. E lá no soberbo, como era pequeno, todo mundo ficava junto, era mais fácil de encontrar os outros (E5, 78 anos, 2023).

Aqui tem mais casa porque todo mundo ganhou casa. Todo mundo que morava nas casas ganhou casa: mãe solteira ganhou casa, meeiro ganhou casa, tudo isso não tinha casa e ganhou casa. Tem muita gente de fora também que ganhou casa aqui (E2, 48 anos, 2023).

A igreja católica ficou bonita né'. Mais ficou no alto, o problema é pra ir lá. Tem muita gente que não aguenta ir a pé e só consegue ir se tiver carro (...) o rio também ficou longe, hoje ele não passa nas casas, ele ficou uns 3 km da gente (E16, 83 anos, 2023).

Diante da realidade apresentada, é possível afirmar que o reassentamento no curto prazo não favoreceu os vínculos anteriores com a natureza nem a reprodução econômica, social e cultural. Entretanto, a casa em uma comparação entre o Velho e o Novo Soberbo se destaca positivamente. Todavia, ambas tiveram sua disposição alterada: moradores que outrora eram vizinhos se distanciaram, ainda que estejam dentro do mesmo distrito. Logo, inaugura-se um tempo a partir do qual esses sujeitos reassentados, dispersos de suas relações de vizinhança, “trabalhadores” – rurais ou não – se veem na dependência de todo um corpo técnico de profissionais que atuam a serviço das empresas consorciadas, determinando as novas condições de trabalho e de produção. Nesse contexto, as relações sociais são mediadas por intermediários econômicos, que atravessam as interações contínuas entre os indivíduos.

Enfim, a constituição da Nova Soberbo se faz a partir da desterritorialização do Antigo Soberbo. As lógicas impostas pelo reassentamento revelam atitudes diferentes entre as gerações. O antigo *habitus rural* vai incorporando referências urbanas em função da localização do reassentamento em um perímetro periurbano, próximo à cidade. As casas passam a ostentar, de forma mais concreta e visível, tanto o processo de diferenciação social entre os

antigos moradores do Velho Soberbo quanto também a tornar evidente a incorporação de novas práticas de trabalho e de vida. As diferentes gerações que vivem na Nova Soberbo passam a assistir ao enfraquecimento dos *habitus rurais* mediante a introdução das referências e valores urbanos no cotidiano dos moradores.

4.4 “De atingido pelo lago a Renovado pela lama”: os conflitos no pós-reassentamento

No dia cinco de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão, propriedade da empresa Samarco Mineração S.A. (Samarco) – cujo capital é controlado pela Vale S.A. (Vale) e pela BHP Billington Brasil Ltda. (BHP), localizada no município de Mariana, estado de Minas Gerais, foi rompida. Essa calamidade foi considerada como um dos maiores desastres ambientais¹¹ no setor da mineração na história do país ou, mesmo, no mundo, conforme Laschefski (2020). Foram mais de 60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica despejados nos rios Gualaxo, Carmo e Doce que atingiram 35 municípios, sendo os distritos de Paracatu e Bento Rodrigues totalmente destruídos, o que provocou, de imediato, a morte de 19 pessoas, a destruição das casas de cerca de 1.200 famílias, além da inutilização desses rios pelas comunidades ribeirinhas que deles tiravam seus meios de trabalho e autoconsumo.

A magnitude desse desastre sociotécnico, segundo Zhouri (2017), acabou evidenciando uma série de negligências, tanto por parte das empresas responsáveis quanto pelo poder público. Como demonstram vários estudos, o rompimento da barragem não foi resultado de uma catástrofe natural sem precedentes, por isso as críticas dessa autora em nomeá-lo como acidente, mas, sim, de uma negligência criminosa que tem início ainda na fase do planejamento, com indícios de fraudes também nas informações contidas nos processos de licenciamento e de fiscalização das barragens (Zhouri *et al.*, 2016; Zhouri, 2017; Lacaz; Porto; Pinheiro, 2017; Milanez; Magno; Pinto, 2019, entre outros). Logo, observa-se nos relatos da época que os órgãos competentes, imediatamente após o rompimento e diante da repercussão de cunho mundial, se mobilizaram para tentar dar respostas à sociedade civil, apontando alguns procedimentos a serem adotados no intuito de garantir a identificação dos danos provocados e

¹¹O evento tem sido classificado de diferentes formas pela população e pelos pesquisadores da área, sejam elas: “desastre”, “crime”, “acidente”, “tragédia” etc. Nesse sentido, existem trabalhos, como o de Lacaz, Porto e Pinheiro (2017), em que se optou por não utilizar na sua pesquisa o termo “acidente”, visto que este remete a um acontecimento sem causa e sem responsáveis. No trabalho em questão, adotou-se o termo proposto por Zhouri *et al.* (2016) de desastre sociotécnico, que demonstra a complexidade do rompimento da barragem do Fundão, que contempla questões econômicas e políticas priorizadas pela empresa Samarco.

a efetiva reparação dos direitos sociais e ambientais. Contudo, muitos dos danos, principalmente sociais, seguem, até os dias atuais, ainda em fase de reparação.

O evento catastrófico em questão materializou as ameaças latentes advindas de conflitos históricos locais, catalisando uma crise que exacerbou o sofrimento daquelas populações já vulnerabilizadas pelos diversos projetos econômicos recomendados para a região. Para Zhouri *et al.* (2016), o rompimento da barragem do Fundão – se considerarmos todo o histórico de acontecimentos que viveram as famílias que moravam próximo dessa barragem e, ainda, considerando também a realidade daqueles que residiam às margens do rio Doce –, transmutou os atingidos em vítimas plenamente reconhecidas, investidas do direito inalienável à compensação pelos danos físicos, materiais e psicológicos sofridos. Acrescenta ainda essas autoras que a instauração de mesas de negociação representa um mecanismo de ressignificação das vítimas como partes interessadas, um espaço dialético que propicia a reconfiguração da imagem corporativa dos responsáveis – no caso específico, a Samarco (Vale/BHP-Billiton) –, implicando uma dinâmica de negociação em que vítimas e entidades corporativas se engajam em uma troca reparatória e compensatória, sugerindo uma paridade de forças que, na prática, se revela assimétrica.

O desenho da mesa de acordos propostos previu o detalhamento dos programas que seriam executados pela fundação de caráter privado, criado com a finalidade de orientar, supervisionar, monitorar e fiscalizar as ações de indenização, denominada Fundação Renova. Essa fundação foi constituída, enquanto instância superior no âmbito do Comitê Federativo (CIF), por 12 membros (entre representantes do Poder Executivo Federal, Estadual, dos Municípios afetados e do Comitê de Bacias Hidrográfica dos Rios Atingidos), presidido por um dos representantes indicados pelo Ministério do Meio Ambiente (TTAC, Cláusula 244, § 6º). Além disso, conforme descrito por Silva e Silveira (2019), posteriormente foram criadas 11 Câmaras Técnicas temáticas, para auxiliar o CIF no desempenho de suas funções.

Segundo esses mesmos autores, no contexto delineado pelo conjunto de instituições governamentais e pela Fundação Renova, observa-se um panorama em que as perspectivas em relação às metas e objetivos dos programas preconizados, convergem para um *modus operandi* decisional no CIF, cuja tramitação nem sempre se revela fluida. Essa condição frequentemente culmina em morosidade significativa na concretização desses objetivos, resultando, consequentemente, em um cenário de retardamento e falha no atendimento às necessidades prementes das populações afetadas por desastres socioambientais.

Forjando uma aparente simetria nas negociações, em que se esconde uma realidade marcada pelo desequilíbrio de poder, no qual as vítimas em posição de vulnerabilidade, muitas

vezes desinformadas, enfrentam o risco de serem despojadas de seus direitos fundamentais. Essa estratégia, ao longo dos anos, tem sido utilizada de forma ampla perante as políticas ambientais contemporâneas, sendo cientificamente denominada **resolução negociada de conflitos**. Esse cenário desafia a premissa de que a justiça ambiental e a reparação integral das vítimas possam ser alcançadas por meio de negociações que, implicitamente, perpetuam desigualdades e minam a capacidade de reivindicação dos direitos mais básicos pelos indivíduos afetados. A resolução negociada de conflitos surge como um campo de interesse da ciência política (Viégas, 2016) ao se revelar como uma faceta aos paradigmas contemporâneos de racionalidade moderna, os quais delineiam a corporação capitalista como uma entidade social distintiva. Esta almeja não apenas alcançar um patamar superior de produtividade e eficiência, mas, paulatinamente, empenha-se em dirimir discordâncias, divergências e antagonismos suscetíveis de comprometer tal eficácia.

Considerando a magnitude do desastre sociotécnico, as consequências ambientais e sociais acometidas e a importância histórica do evento, muitos estudos o tomam como objeto de análise e o constituem como algo relevante na discussão que caminha em paralelo às tratadas nesta tese: os impactos dos empreendimentos da modernidade. Apesar dos discursos favoráveis que pautam os empreendimentos deste porte, buscou-se, nesta seção, apresentar como as formas negociadas de administração de interesses revelam conflitos e consensos de uma disputa em que a busca por uma solução “justa” tem sido, na literatura científica, constantemente questionada.

O desastre ambiental ocorrido em Mariana é um exemplo emblemático do debate envolvendo a adoção, ou não, de formas negociadas de resolução de conflitos ambientais e muito se assemelha ao processo vivido pelos atingidos residentes em Nova Soberbo. Se, por um lado, se observa no processo o investimento em adotar mecanismos de negociações rápidas e eficazes, por outro têm-se os acordos firmados individualmente que, nas palavras de Zucarelli (2018, p. 35), contribuem para “[...] diminuir e deslegitimar as reivindicações locais e suas próprias práticas políticas de negociações”.

As abordagens teóricas utilizadas por esse autor acerca do rompimento da barragem da Samarco e das formas de governança por ele implementadas no diálogo com as comunidades atingidas parecem cumprir a função de apenas “[...] tutelar a queixa, os comportamentos e a resistência” (*Op. Cit.*, p. 237), provocando, assim, um desmantelamento do embate coletivo no qual se vê pelo “esvaziamento do sentido político das lutas ambientais expressas no licenciamento e nos desastres, à medida que desloca os debates da esfera política para a esfera econômica, invisibilizando os direitos e os sujeitos coletivos” (Idem, p. 185).

Dentro de um processo de reparação, é importante destacar que os atingidos precisam acessar as instituições responsáveis por caminhos via negociações, que garantirão a possibilidade de intervir quanto à reparação dos direitos violados. Assim, como aponta Carvalho (2019), a organização coletiva sobre o processo de negociação dos faiscadores e pescadores atingidos pelo rompimento da Samarco revela que os processos de mediação foram fundamentais em ampliar a perspectiva dos atingidos em relação aos danos que deveriam ser reparados até a conquista efetiva desses direitos por um dos grupos identificados que atuaram de forma cooperada e solidária.

Para esse autor, a tentativa inicial sempre foi negar qualquer tipo de reparação aos faiscadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce, principalmente aqueles residentes em Nova Soberbo, muito pelo fato de eles não morarem nas margens do rio, mas, sim, próximos, o que, de certa forma, os colocava numa condição de afastados do rio ou de exercerem atividades consideradas ambientalmente ilegais ou, ainda, sem a documentação comprobatória exigida em lei. Para Parreiras (2016), a respeito dessa última condição, o que houve foi uma tentativa de criminalização das atividades, em que, embora viessem “sendo realizadas as gerações e o Estado tolerado como direitos costumarias”, houve a tentativa de considerá-las ilegais a informais, com o objetivo de ignorar essa forma de indenização. Trata-se de um apagamento dessas histórias e da limpeza do terreno. Logo, a impressão de muitos atingidos era a de que a Renova atuava sempre no sentido de tentar negar o máximo de auxílio que podia.

Nesse viés, a comunidade como um todo não foi considerada atingida. O foco das negociações estava, naquele primeiro momento, direcionado àqueles que utilizavam do rio para sustento e trabalho. Carvalho (2019) destaca que, com o objetivo de reparar interpretações divergentes acerca das características e condições dos moradores de Nova Soberbo, várias reuniões foram propostas para sanar as dúvidas e propor soluções aos impactos auferidos. Nesse contexto, é importante destacar que a empresa considerou como atingidos aqueles que perderam o acesso ao rio em decorrência da lama. Contudo, para os moradores locais, os impactos são vários e atingem a todos da localidade, como se observa nos trechos das falas a seguir:

Todo mundo aqui é atingido pelo rompimento da barragem e espera **ser renovado**. A gente precisa **ser renovado** rápido pelo que a gente está passando. Teve um tempo atras um processo com o juiz de Belo Horizonte e ele está agora selecionando um perito judicial pra vir aqui no distrito fazer as análises do cadastro que inclui todo mundo como atingido. A Renova não fez o cadastro direito e muita gente ficou fora. Muita gente foi indenizado, mas muita gente também não foi. Aqui muita gente vive é de bolsa-família, é aposentado mas não é justo que apenas alguns sejam renovados. Teve gente de muito longe que foi renovado, enquanto tem gente aqui dentro do Soberbo que não (E20, 42 anos, 2023).

Eu não fui indenizada. Eu achei assim muita injustiça eles cometeram muita injustiça porque tem muitas pessoas que nasceram e moraram praticamente na beira do rio, não

foram indenizados e tem pessoas que moram no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Japão, nos Estados Unidos e receberam, entendeu? Então não sei qual foi o critério que eles usaram para a indenização, mas tem muita gente aqui que não foram indenizados, pessoas que aguardam esse dinheiro, mas nem sei (E4, 37 anos, 2023).

Os trechos anteriores apresentam dados de uma Soberbo composta por pessoas que não vivem exclusivamente das atividades rurais, seja em decorrência da idade que já não permite o deslocamento para trabalho, seja pelo fato de não se dedicarem a essas atividades. Ao mesmo tempo, pode-se observar que o impacto da inutilização do rio ultrapassa a sua relação com as atividades laborais, visto que impacta também o consumo e a rotina diária. Havia dependência das águas que esses moradores recebem do rio. Dada a pressão dos atingidos e das organizações que os representam, foi proposta a inclusão dos reassentados que se cadastraram como utilizadores do rio no processo formalizado à Fundação Renova, enquanto comunidade tradicional. As negociações acentuaram o caráter coletivo das perdas e a busca pelo reconhecimento dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais. Ainda assim, a forma de seleção daqueles que seriam de fato indenizados e reconhecidos gerou conflitos.

Não se reconheceu a forma de ocupação e uso dos territórios e dos recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Dessa forma, as decisões que vêm a ser tomadas não levam em consideração as populações locais e, muito menos, a maneira como grandes empreendimentos ou desastres ambientais afetam perdas existenciais decorrentes da relação simbólica com o meio ambiente (Kokke; Cureau, 2020). A reivindicação pela condição de tradicionalidade se deu a partir de uma proposta de acordo entre as várias instituições representativas dos grupos de atingidos que, a partir do posto pela Fundação Renova, elegeram uma empresa de consultoria particular para verificação da condição de tradicionalidade. Uma vez reconhecida a legitimidade dos modos de vida específicos entrelaçados, dadas as condições territoriais desses atingidos era concedido a eles uma Ajuda Financeira Emergencial (AFE). Vale destacar que a empresa Renova atesta, conforme relatório Projeto Rio Doce (2020), que o AFE não mantém qualquer relação com o processo de reconhecimento de tradicionalidade.

O processo de cadastramento seguido pela mediação, então estabelecida a partir do pós-desastre, impôs aos moradores de Nova Soberbo reviver as experiências de negociação e mediação decorrentes do deslocamento imposto para a construção da UHE Candonga, um duplo processo de renegociação nos cursos de suas vidas. Isso porque eles precisaram buscar “provar” ou, mesmo, “exigir” o reconhecimento enquanto atingido pelo rompimento. Nas falas dos

entrevistados a seguir, vê-se que, embora residentes em um lugar citadino, significou a perda das condições de realizar suas atividades dependentes do que o rio proporcionava: sustento e trabalho:

Aqui o pessoal mexia com ouro, e trabalhava a dia, utilizando a margem do rio, de Nova_Soerbo até lá em Santana. Aí veio a lama e virou um lago. Tudo virou um lago. Então quer dizer, de Nova_Soerbo até em Santana você não podia fazer mais nada. Você podia só trabalhar de Nova_Soerbo pra cima, aí veio a lama e tirou tudo. Aí a sorte é que tem os acertos, e aí deu a indenização pra alguns, de fora né, porque os de Nova_Soerbo não recebeu até agora (E1, 45 anos, 2023).

Porque aqui no Novo Soerbo não tem nada pra gente fazê. Ai agente foi afetado duas vezes, pela barragem e agora pela lama. Aí, antes da lama o povo ainda continuava a usar o rio para sustentar. Depois que mudou pra cá, mudou tudo. Tipo assim, um espaço, determinado pra trabalhar não tem mais. A gente trabalhava no rio, tanto na margem esquerda quanto na direita. O lago enchei nós perdemos o nosso acesso ao rio. Só que ai nós fomos procurando outros lugares de outras medidas no rio. E continuamos a trabalhar. Só que tudo isso a Renova não viu. Nós não recebemos nosso AFE até hoje, tivemos de ir pra justiça. E, muita gente esta nessa situação (E6, 46 anos, 2023).

Depois da barrage a gente ficou sem os serviço. Ai, quando a lama veio, destruiu tudo que a gente fazia. Aí a gente ficou sem serviço de novo. Eu recebi um acerto. Porque a gente já trabalhava de roça na berada do rio. A gente tinha a cooperativa que dava serviço pra nós. Mas o acerto não é aquilo que a gente estava esperando não. Muita gente nem recebeu nada (E13, 48 anos, 2023).

Segundo esse mesmo relatório (Projeto Rio Doce, 2020), o que caracteriza tais povos e comunidades são “os seus vínculos territoriais e de parentesco, marcas de identidade próprias, lutas políticas pela recuperação de territórios ou pela manutenção de seus modos de vida, luta pela ampliação e efetivação dos seus direitos” (Projeto Rio Doce, 2020, p. 28). Pois, além de relações específicas com as terras ocupadas, a sua forma de execução de atividades produtivas ou econômicas – plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato, comércio informal – está associada a relações de parentesco e compadrio e é baseada em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades (Projeto Rio Doce, 2020, p. 55).

Observa-se que neste mesmo relatório, inicialmente em 2017, a Fundação Renova havia reconhecido e autorizado o pagamento do AFE a 511 atingidos. Em 2020, esse número se reduziu para 209 reconhecidos(as), retirando o direito ao auxílio. Ainda em 2020, a empresa de consultoria atestou, em uma pesquisa local, que 51% dos moradores locais entrevistados autorreconhecem sua família como parte de uma comunidade tradicional. Como essa é uma estimativa apresentada por família e considerando que para esse levantamento foram aplicados 1.592 questionários, o texto enfoca o fato de que se acredita ser um número ainda maior de indivíduos aptos a receber o recurso.

Essas mudanças de posicionamentos e as incertezas da comunidade quanto a quem de fato teria direito ao AFE – por ser concebido como parte de uma comunidade tradicional ou, mesmo, quem nem era considerado nesse processo, mas buscava o reconhecimento – geraram conflitos entre os moradores em situações de vulnerabilidade e organizados em vários grupos com interesses e particularidades semelhantes e que contestavam os fatos ocorridos. Nos trechos dos depoimentos a seguir, é possível identificar vários processos de buscas de legitimidade e de reconhecimento de suas identidades:

Quando teve a lama, tinha uma comissão que não ajudou muita gente não. Cada um foi e fez seu cadastro e cada um falou o que fazia e então por isso que nós recebemos indenização do nosso dinheiro, porque se nós dependesse dessa outra comissão aqui pra receber o nosso grupo. **Tem a metade de gente aqui que está sem receber esse AFE**, muita gente aqui passa necessidade, mas até o que temos agora, o bom é que tem muita gente que está aposentando (E2, 48 anos, 2023).

Hoje o pessoal está rico aqui por causa dessa Renova – empresa, que veio essa lama. Aí **muita gente ganhou dinheiro**. Mas antes, o Consórcio Candonga teve aqui, teve ativação econômica, teve uma cooperativa, só que essa cooperativa não deu serviço pra ninguém, só ficou gente de fora trabalhando aqui e tinha muita gente de fora que passava necessidade (E12, 65 anos, 2023).

Perdemos muita coisa depois da Lama. A gente está esperando a resolver a indenização com a gente ainda. Uma terra pra sair pra nós aí ainda do consórcio. Nós está esperando. O resto do direito está perdido. E da lama que veio. Está faltando resolver a indenização. **Receber a indenização, eu recebi mas ainda tem mais, não acabou não**. Isso não vai acabando fácil não. Tem um negócio do cartão aí que não pode cortar ele, negócio do rio pra quem não tem condição de pescar mais. Eu tenho o cartão do AFE. Cortar, cortou mas teve que indenizar de novo porque não podia ter cortado, porque o rio não tem condição (E3, 75 anos, 2023).

Nos relatos dos entrevistados, como neste trecho: “eu recebi, mas ainda tem mais, não acabou não” ou: “Tem a metade de gente aqui que está sem receber esse AFE”, revela a desinformação perante o processo, muito em decorrência das mudanças e consultas realizadas pela Fundação Renova que geraram várias listas. Tal situação apresenta o desencontro entre as duas racionalidades: aquela vivida pelo morador de Nova Soberbo e aquela apresentada pela empresa no processo de negociação. Estas últimas evidenciam as estratégias deliberadas da empresa para violar os direitos dos atingidos visando deslegitimar e fragmentar os grupos vulneráveis, favorecendo interesses corporativos em detrimento dos direitos coletivos. Ao passo que, cada vez mais, a desinformação se torna ponto-chave se considerarmos que entre os moradores há disputas e conflitos em relação ao que é possível obter e aquilo que foi já adquirido por outros.

De forma geral, muitos dos entrevistados alegaram formas distintas de cadastramento, indenizações e de negociações com os moradores do distrito. O que parece acontecer é que houve cadastramento local logo depois do rompimento, com relação àqueles que utilizavam o

rio como fonte de sustento. Desse cadastro, nem todos os moradores tiveram acesso ou nele foram incluídos, o que gerou um pedido ao Ministério Público, enquanto ação coletiva, de reconhecimento de todo o distrito atingido pelo rompimento da barragem da Samarco.

Muita gente ficou pela Rosa Faustino, a Rosa Faustino também foi muito devagar pra gente, não resolveu quase nada, tem muita gente que não recebeu por causa disso e tá pelejando até hoje. É, e aí eles cortou meu AF e eu fiquei quase um ano sem receber deles, aí depois que eles voltaram de novo, e tem muita gente que foi acertado também que não recebe o AF até hoje. Inclusive a minha esposa não recebe o AF (E13, 48 anos, 2023).

Da lama aqui, nem tudo que eu fazia eu recebi indenização. Porque eu tirava ouro, eu pescava, tirava lenha do rio, tirava areia, tirava pedra, cascalho. Do consórcio eu fui indenizado, mas poderia ter sido melhor. Na época eu plantava roça a meia com os outros e muitos ganhou terra e eu não. Eu recebi só a casa. Eles só pagaram mixaria, comprou a casa que eu tava fazendo lá. A casa já tava com ponto de colocar a laje, tava com piso, só faltava bater a laje. A gente recebe o AF mas não foi indenizado (E7, 58 anos, 2023).

Entendeu, por isso que cada um está recebendo de acordo que foi entrevistado o que falou que fazia, entendeu? E agora está tendo até uma desunião aqui com o povo, por quê? Porque um está recebendo mais e outro menos. Mas nós não tem culpa não né. Por quê? Vocês falou que vendia que comia o peixe, tem uns que falou que comia o peixe, que pescava pra comer. Vinte e três e novecentos. É o juiz que falou o valor. Não foi nós. Quem falou que pegava o peixe e vendia, noventa e quatro mil. Agora nós que tirava o ouro, valor do ouro é mais caro, você sabe né. E o valor o juiz deu o valor lá de quem tirava o ouro, cento e noventa e sete mil, agora tem gente aqui que não fez o ouro e está revoltado e fica bravo aí oh, mas infelizmente, ninguém tem culpa, ninguém. O juiz deu indenização para várias situações: artesanato, ouro, peixe, lavadeira, entendeu? Mas nós não sabia que ia ter esses dano (E2, 48 anos, 2023).

Até o ano 2019, de acordo com a pesquisa de Carvalho (2019), as reuniões seguiam permeadas por conflitos e impossibilidades diante das divergências entre os grupos de atingidos e os demais atores envolvidos no processo: Ministério Público Federal, MAB e Fundação Renova. Contudo, esse autor pontua que a organização coletiva de um grupo de faiscadores e pescadores do rio Doce, possibilitaram conquistas no reconhecimento e indenização desses trabalhadores enquanto vítimas do processo de rompimento da barragem da Samarco. Após a atuação de algumas assessorias independentes e do MPF, alguns estão sendo contemplados e seguem em negociação. Entretanto, em visita ao reassentamento, pode-se perceber que a comunidade como um todo espera pela inclusão no processo enquanto atingidos pelo rompimento da barragem como “ser Renovado”.

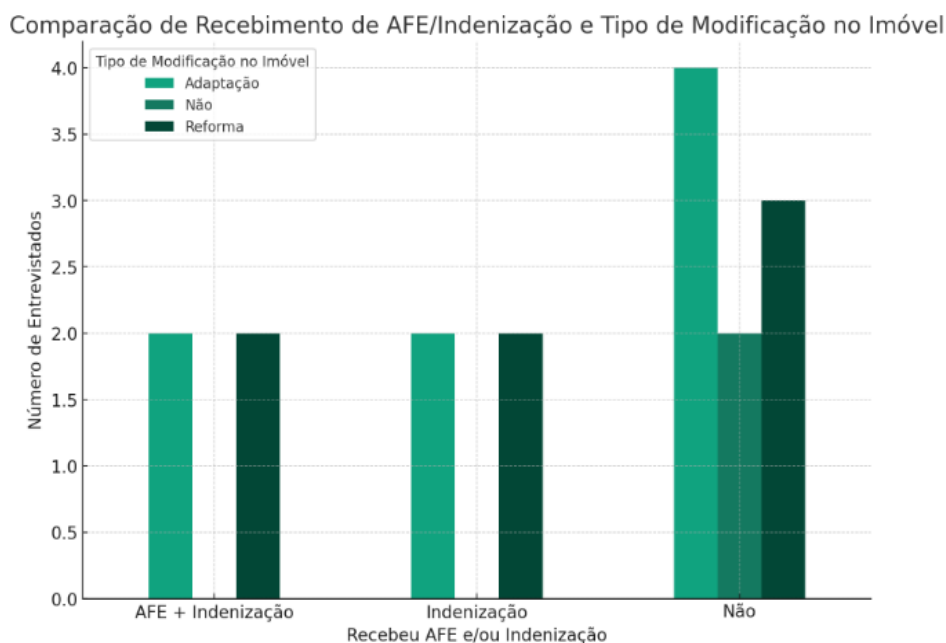
A luta e a resistência que parece ainda pairar no distrito de Nova Soberbo está mais relacionada à possibilidade de recuperação dos prejuízos das indenizações do passado ao forjar uma autonomia que, após a mudança para o reassentamento, o rio proporcionava, principalmente no que diz respeito à oferta de fontes variadas de renda, como é o caso dos peixes, do ouro, da areia, do cascalho, entre outras. Nas entrevistas realizadas, é possível

verificar que, de fato, muito se alterou na vida da comunidade após a mudança para o reassentamento, ainda que mais mudanças tenham com o rompimento da barragem da Samarco, em 2015. O desentendimento entre os moradores e a dificuldade de trabalhar de forma coletiva, característica comum no lugar desde quando foram morar no reassentamento de Nova Soberbo, se fortalece nesse segundo momento, em que os moradores do reassentamento se veem impactados pelo rompimento da barragem do Fundão.

No entanto, tudo se agravou ainda mais diante das incertezas quanto a quem eram de fato os atingidos pela impossibilidade do uso do rio e que seriam, na fala dos atingidos, “Renovados”, ou seja, teriam direito aos benefícios ofertados enquanto medida compensatória: cestas básicas, auxílio mensal, indenizações em espécie. As falas aqui apresentadas revelam uma problemática na interação entre os moradores reassentados e as práticas burocráticas utilizadas pelas empresas, permeada por complexidades e desafios enfrentados pelos deslocados em relação às políticas públicas destinadas a eles. A longa espera e as incertezas destacam como as políticas públicas, muitas vezes, se manifestam como estratégias governamentais que utilizam o tempo como ferramenta de controle, prolongando a resolução de demandas urgentes.

Nesse contexto, a espera não é apenas um intervalo temporal, mas uma dimensão crítica que reflete o poder e a governança nas práticas de reassentamento, assim como a realidade apresentada por Chaves, Monzoni e Artuso (2019). Logo, considerando o contexto no qual o reassentamento foi proposto e implementado, a atual realidade narrada acerca dos conflitos de reconhecimento dos pescadores e faisqueiros atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, a impossibilidade do uso do lago da UHE e as violações dos direitos e reconhecimento das populações afetadas, o que se buscou compreender, de forma crítica, foram os efeitos dessas obras e discutir, a partir das percepções dos sujeitos reassentados, como a vida se refaz na cotidianidade das práticas sociais. Na Figura 14, apresenta-se um panorama acerca do recebimento do benefício AFE pelos moradores entrevistados no distrito de Nova Soberbo, no ano 2023.

Figura 14 – Distribuição em números dos entrevistados com relação ao recebimento do AFE, 2023



Fonte: Elaboração da autora (2024).

Com essa informação, foi possível verificar como esses recursos foram utilizados na casa e nas atividades do cotidiano. Entre os entrevistados, observou-se que aqueles que receberam tanto AFE quanto indenização tenderam a realizar tanto reformas na casa quanto alterações na sua estrutura, o que pode sugerir que a combinação de ambos os tipos de apoio financeiro resultou em modificações mais significativas na casa. Os assentados consideravam reforma a pintura da casa, a manutenção elétrica ou hidráulica, a troca de piso ou de azulejo. Já a adaptação foi identificada como as alterações significativas na estrutura da moradia: aumento do número de cômodos da casa, construção de varanda, reformulação da cozinha, troca do telhado por laje. Curiosamente, os entrevistados que não receberam nenhum tipo de compensação apresentaram inclinação maior para as alterações estruturais do que para reformas pontuais. Talvez, o fato de terem que buscar outras formas de renda, urbanas geralmente, os afastou dos *habitus rurais*. Até que ponto, portanto, “ser Renovado” impacta o processo de apropriação e acomodação desses atingidos em relação à casa e ao próprio reassentamento?

5 A VIDA QUE SE REFAZ NO REASSENTAMENTO: A INVENÇÃO DO COTIDIANO NO REASSENTAMENTO

5.1 Entre o passado e o presente: a casa e o cotidiano da vida no reassentamento

Em que pesem as diferentes formas de conexão e identificação com a casa e o lugar de origem, mudar-se e deslocar-se implicam um movimento de reabitar um novo espaço. Esse processo é moldado por antigas e novas formas de se relacionar, se acomodar e se apropriar material, cultural e, ou, socialmente. Dessa maneira, a figura da casa e as contradições emergentes delineiam a compreensão da apropriação e do reabitar, vistos como fases de ajustes e negociações coletivas e individuais de adaptação. Diante dessa realidade, é necessário examinar as mudanças espaciais, especialmente no que se refere à casa, e as perspectivas que sustentam as ideias e as práticas cotidianas legitimadoras do processo de reassentamento.

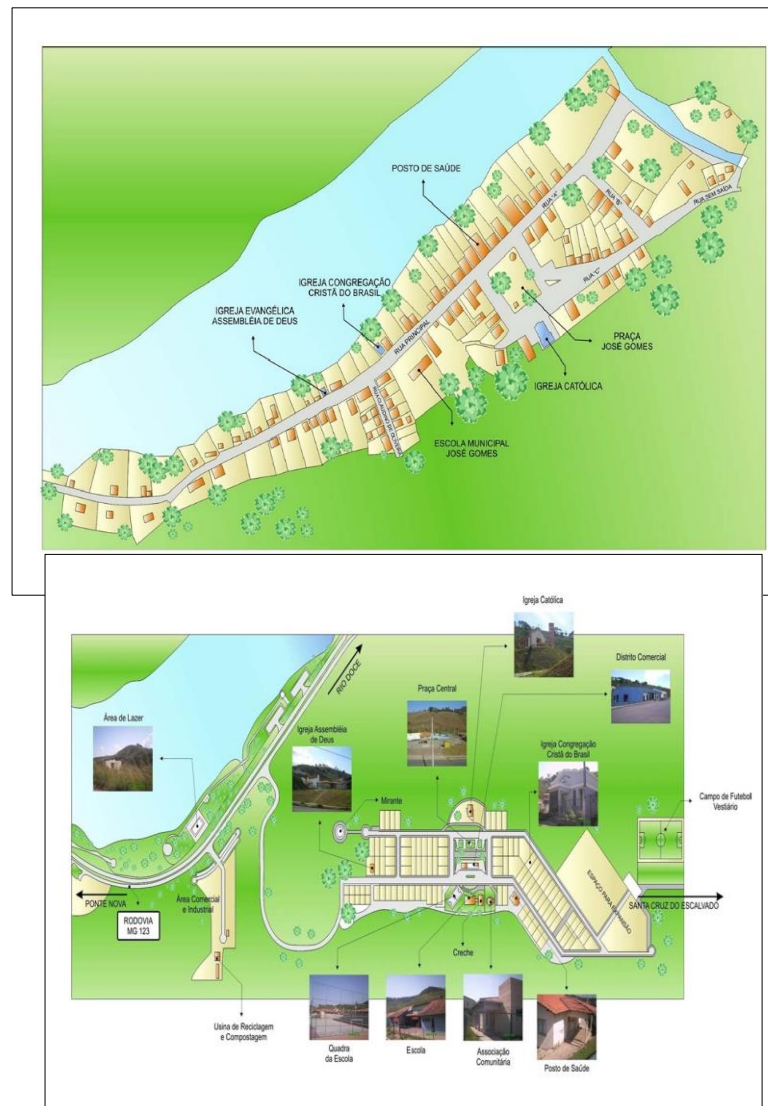
A partir dos dados coletados em 2007 para a dissertação de mestrado, intitulada “Da Antiga à Nova Soberbo: contradições da modernidade e no processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas pela construção da UHE Candonga”, defendida em 2008; dos dados coletados por professores e estudantes do Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, em um trabalho de extensão realizado em 2017; e dos dados coletados no trabalho de campo em 2023, buscou-se descrever como a “casa velha e a casa nova” e os objetos que as constituem revelam as experiências e expectativas que influenciam os processos de manutenção ou constituição de um **novo *habitus* domiciliar**, bem como a identidade e sentimento de pertencimento ao novo local. Todas as entrevistas aqui utilizadas foram realizadas nas casas de cada morador, revelando, portanto, a entrada da pesquisadora no espaço íntimo de cada pesquisado. Essa abordagem permitiu ir além das falas dos entrevistados, possibilitando a observação de situações, objetos e elementos que trouxeram impressões valiosas às discussões e questionamentos da pesquisa.

5.2 “Da casa velha à casa nova” à organização social do espaço da Nova Soberbo

A configuração do assentamento de Nova Soberbo se apresenta espacialmente organizada por núcleos. Como se observa na Figura 15, extraída da pesquisa de Bortone (2008), a distribuição de casas pelo consórcio apresenta número maior que o observado na imagem da Velha Soberbo, o que deixa a entender que mais famílias foram beneficiadas e não apenas os moradores propriamente ditos. O conjunto habitacional de Nova Soberbo reassentou 127

famílias. O processo de indenização concedeu casa a todos aqueles que residiam na Antiga Soberbo, seja como proprietário das casas ou não, bem como para aqueles que se situavam na área diretamente atingida pela barragem. Contudo, alguns fizeram a opção pela indenização em dinheiro. Aqueles que apenas possuíam vínculo empregatício no local preferiram ser reconhecidos como atingidos, realidade essa que se repete com o rompimento da barragem do Fundão e com a impossibilidade do uso do rio para as atividades de subsistência e para trabalho. Demonstrando que essa atividade faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade dos antigos moradores.

Figura 15 – Divisão e organização espacial de São Sebastião do Soberbo e Nova Soberbo



Fonte: Extraído de Bortone (2008).

Esse processo de indenização beneficiou não apenas os proprietários das casas, mas também aquelas famílias que viviam nas casas localizadas na área impactada pela construção da barragem, ainda que por aluguel, cessão ou residindo na mesma casa com o proprietário do imóvel. Essa característica do processo, em um primeiro momento, pode demonstrar o compromisso do Consórcio com a equidade na realocação. Contudo, se para os olhos daqueles que veem o reassentamento este se apresenta como benefício, tendo em vista as suas características físicas, enquanto para os que viviam essa realidade a situação era diferente. Apesar da aparência de justiça, muito do que foi prometido não foi cumprido, ficando a casa como única condição satisfatória concreta, evidenciando, assim, que o sonho da casa própria ainda é algo que permeia o imaginário social e coletivo.

Nenhuma outra aplicação de capital produz no indivíduo uma tão real e segura certeza de posse como a posse da propriedade imobiliária. Fernando Atique (2017), em suas reflexões sobre a propriedade imobiliária, capturou bem essa sensação, observando que nenhum outro investimento confere ao indivíduo uma sensação tão vívida e segura de posse quanto a propriedade de um imóvel. A segurança e estabilidade que emanam de ser proprietário de um lar são fontes de uma satisfação íntima incomparável. A propriedade dá ao seu dono maior conceito social, mas também uma renovada confiança em si mesmo e no futuro (Atique, 2017, p. 221).

Ao comparar o desenvolvimento do Edifício Esther em São Paulo nas pesquisas de Atique (2017) com a história do reassentamento em Nova Soberbo, percebe-se que ambos os contextos ilustram como os espaços são moldados por uma combinação de intenções econômicas e simbólicas, embora sob premissas distintas. Segundo Atique (2017), o Edifício Esther emergiu como um marco de inovação e rentabilidade, da atitude de aliar valores simbólicos à rentabilidade, ou seja, o gerenciamento de todas as atividades laborais financeiras somado à possibilidade de gerar renda ao destinar parte da construção para a funcionalidade habitacional de luxo; tudo isso em um mesmo local. Uma gestão moderna e a flexibilidade de seus espaços permitem diversas formas de ocupação. Essa realidade tangencia a essência desta investigação: a centralidade da moradia na vida dos indivíduos.

É importante destacar dois pontos fundamentais nas análises que se seguem: a importância da habitação na vida do homem e da possibilidade de se fazer acomodar a família. Embora a pedagogia do viver esteja direcionando para o luxo, modernidade e individualidade, a casa é reveladora ao transcender a sua funcionalidade básica e abre espaço para a afirmação social e de pertencimento. Se, por um lado, o projeto de São Paulo revela-se pela irreverência como obra moderna e progressista, como sentido futurista de se imprimir um novo jeito de se

viver em Nova Soberbo, por outro lado essa materialidade pode não permitir tal luxo, mas exprime, de maneira semelhante e estrondosa, a mudança econômica e social experienciada pelas famílias rurais através da casa.

Nascimento *et al.* (2017) destacam que o sucesso do Edifício Esther está na feliz associação entre localização favorável, sistema moderno de gestão, plantas com muitas possibilidades de ocupação e notoriedade do empreendedor que consagrou o tal endereço para escritórios profissionais liberais, tornando-o uma referência para o mercado da sociedade paulista. Isso também aconteceu com os personagens escolhidos enquanto “adequados” para a moradia de aluguel. Trata-se, certamente, de um início de uma pedagogia do viver em comum, dos detalhes e das características que vão estabelecer os padrões de coletivização no universo da habitação. Essa comparação proposta busca evidenciar que a gestão e a intenção existentes por trás dos projetos habitacionais podem influenciar diretamente a vida dos indivíduos. Em Nova Soberbo, o reassentamento é impulsionado por necessidades básicas e decisões de política pública, a agência humana se manifesta moldando limites e uma configuração espacial que pode não refletir as necessidades e desejos dos seus moradores, contrastando com a autonomia e personalização possível no Edifício Esther. Essa análise evidencia que a materialidade e a gestão dos espaços habitacionais não são meros contextos passivos; eles são ativos e poderosos em moldar a qualidade de vida e a identidade social dos residentes.

É a entrelaçada relação entre modernidade e espaço urbano que se revela enquanto um processo complexo e permeado de paradoxos. Se, por um lado, essas obras arquitetônicas se apresentam enquanto fortes indutoras de modernidade, citam-se desde os conjuntos residenciais luxuosos aos conjuntos habitacionais destinados às classes mais baixas e operárias (realidade expressa em Nova Soberbo). Por outro lado, tem-se a residência, a casa, que representará o modo como se vai viver e suas manifestações culturais, o que, nas palavras de Nascimento *et al.* (2017), significa o mesmo que “um homem num meio de estilo antiquado sentir-se-á como num baile fantasiado”, ou seja, a casa e o local de moradia se convertem em desconforto e insatisfação.

Nesse contexto, a arquitetura transcende a sua função primordial de prover abrigo, transformando-se em um meio pelo qual os indivíduos expressam sua identidade, suas aspirações e seu lugar no mundo. Para um observador casual, em comparação com a Antiga Soberbo, o novo distrito pode parecer um “presente dos deuses”. Isso se deve à possibilidade de “ganho” de um imóvel novo para aqueles que antes viviam em casas velhas e deterioradas pelo tempo; à aquisição de uma propriedade de alto valor econômico e social, considerando as

condições socioeconômicas das famílias; e à infraestrutura presente em Nova Soberbo, com sua aparência “limpa” e moderna e suas melhorias em termos de infraestrutura.

Nesse cenário urbano modernizado, a moradia vai além de ser um palco para a concretização de propostas e o desenrolar das práticas cotidianas; ela espelha e remodela o **habitus domiciliar** tanto individual quanto coletivamente, emergindo como um símbolo de capital acumulado. A falta de acesso a uma moradia própria, então, se entrelaça profundamente com sentimentos de exclusão e privação social, pois possuir um lar se tornou uma das formas mais críticas de acumular capital. Segundo Bourdieu (2013, p. 137), “a relação com os possíveis no seu mundo social é também uma relação com os poderes”. Dessa forma, o espaço da casa ultrapassa suas barreiras físicas e se transforma em uma arena onde se manifestam as disparidades sociais, onde se desenham as trajetórias de ascensão ou declínio social e onde o capital social e econômico é construído ou perdido.

As análises da edificação do Esther, assim como do distrito de Nova Soberbo, revelam como os espaços habitacionais podem ser lidos como textos ricos em significados, nos quais se inscrevem e se reproduzem as estruturas sociais e as relações de poder. Contudo, além da paisagem, podem-se encontrar em Nova Soberbo histórias que retratam um processo conturbado de construção de barragem em razão de promessas realizadas e não cumpridas e a necessidade e impossibilidade de se viver o rural e o urbano como proposto. Já que a moradia representa além de um palco onde se concretizam tais propostas e onde se desenrolam as práticas cotidianas, em última análise, ela reflete e reconstrói os **habitus** individuais e coletivos, sendo a maior representação de acumulação de capital; logo, a falta de habitação reveste-se de um sentimento de exclusão e privação social, pois a casa é vista como a maior forma de acumulação de capital.

Dessa maneira, nas palavras de Bourdieu (2013, p. 137), “a relação com os possíveis no seu mundo social é também a uma relação com os poderes”. Assim, a casa é não apenas um espaço físico, mas um lugar onde se manifestam as desigualdades sociais, se revelam as possibilidades de ascensão ou de declínio social e onde o capital social e econômico é acumulado ou perdido. Trata-se, portanto, em Nova Soberbo de uma reconfiguração dos modos de vida que particularizam traços de uma vida rural e autossustentável a uma vida moderna, monetizada e urbanizada. Essas transformações corroboram os estudos da sociologia urbana que descrevem como a urbanização influencia os padrões de vida, deslocando as atividades produtivas do âmbito doméstico para o mercado de trabalho externo e relegando a casa ao descanso da família e à vida íntima (Bourdieu, 1989). Solapando todo o repertório cultural e de atividade produtiva que a casa assume no ambiente rural, muito do que se vê revela a capacidade

dos seus moradores de reproduzir a vida que se tinha antes, seja por meio das mil maneiras de se inventar cotidianamente ou, mesmo, inconscientemente na reprodução do *habitus* rural, tendo em vista as impossibilidades de se viver o urbano a partir das promessas não cumpridas pelo Consórcio Candonga.

Ao longo de quase duas décadas de reassentamento, os moradores de Nova Soberbo têm reconfigurado o espaço construído, entrelaçando as continuidades do passado com as experiências do presente em um dualismo entre o rural e o urbano. O fogão de lenha, por exemplo, simboliza essa complexa interação, ou seja, embora muitas das novas residências se alinhem às conveniências urbanas, substituindo-o pelas churrasqueiras, a presença ou a reinserção do fogão de lenha nas casas destaca um esforço consciente para preservar uma peça vital da vida rural. Esse elemento não só expressa uma conexão tangível com o passado, mas também como um ícone de resistência cultural, reafirmando identidades e práticas que resistem à homogeneização urbana.

Se a reprodução do *habitus* do antigo lugar no reassentamento se faz inconscientemente e é reflexo das impossibilidades apresentadas no reassentamento, respostas diferentes são dadas por sujeitos distintos, embora em situações semelhantes. Considerando que as estruturas estão postas e a realidade precisa ser refeita, as práticas sociais cotidianas diferem os sujeitos e a realidade vivida no reassentamento. Nesse sentido, é importante entender quais táticas são por eles experienciadas (Certeau; Giard; Mayol, 2013). Certeau argumenta que, embora as estruturas sociais e físicas possam ser impostas, os indivíduos ainda exercem agência adaptativa ou criativa ao navegar e manipular essas estruturas para criar espaços e práticas que refletem suas necessidades e desejos pessoais. Essas táticas são formas criativas de engajamento que permitem aos indivíduos operarem dentro e além das normas e limitações estruturais, redefinindo, assim, a realidade em que vivem.

Nesse contexto, a reprodução do *habitus* e a utilização de táticas cotidianas evidenciam a complexidade da adaptação humana. O espaço de moradia foi constituído como parte da cidade capitalista que, por sua vez, permite cada vez mais destacar a cultura material que se impõe a partir desse contexto urbano e é verificada pelas diferentes caracterizações das casas e pelo caráter excludente do processo de criação de valor que as pessoas atribuem ao lar, dadas as condições sociopolíticas e econômicas vivenciadas. Contudo, novas versões desse espaço de moradia surgem com o tempo, refletindo como as pessoas, influenciadas pelo passado, usaram e se apropriaram dos espaços, das casas e de seus elementos. Essa apropriação é o que chama atenção nesse processo cotidiano de viver. Segundo Camargo (2007, p. 27), “o habitar

doméstico não deve ser pensado sem que consideremos a conexão entre a vida que se dá no mundo exterior e a vida que buscamos preservar”.

As mudanças na estrutura e organização das casas também refletem a adaptação ou manutenção de práticas rurais e sublinham um esforço de fusão e adaptação, em que os moradores procuram equilibrar as oportunidades e desafios do ambiente urbano com as tradições e habilidades rurais. Enquanto alguns moradores se sentem parte integrante do novo ambiente, outros vivenciam um sentimento de perda e deslocamento, refletindo as promessas não realizadas pelo Consórcio Candonga e as dificuldades inerentes ao processo de urbanização. Esse panorama sublinha o desafio de recriar a vida em um novo cenário, em que o passado rural e o presente urbano continuam a coexistir e a moldar-se mutuamente numa dinâmica de constante (re)negociação e adaptação.

Trevisan (2009), no intuito de descrever a constituição de novos lugares modernizantes, destaca que a urbanidade deve apresentar também uma “aglomeração de construções e revelar certos tratados sociais e atividades de relação” (Id., p. 67), a fim de permitir “funções de troca, de confrontação e de encontros coletivos, dados em determinado espaço e suportados por uma estrutura equipada para armazenar e transmitir os bens materiais e culturais” (Id., p. 84). No caso da Nova Soberbo, a urbanidade foi concebida de maneira artificial, por ser diferente daquela vivida no antigo Soberbo e, preconcebida por agentes externos ao cotidiano dos reassentados e destinada a atender uma população que vivia arranjos econômicos, sociais e culturais distintos daqueles da leitura que o planejamento urbano impõe. Bosi (2012) aponta para o valor que pode ser atribuído aos nossos objetos ao longo da história da nossa convivência com eles. Assim, pode-se utilizar a própria casa física para mudar a forma como ela é percebida, mediante seu uso ao longo do tempo. É possível, então, afirmar que a lógica material em Nova Soberbo se tornou diferente. Houve um rompimento social, cultural e econômico que pode ser observado pela nova configuração espacial, pela imagem padronizada do local que reflete diretamente nas trocas sociais e no jeito do morador de olhar o local, a casa e a si mesmo. A casa física em Nova Soberbo, historicamente vivida, pode transformar de percepção ao ser utilizada de maneira que reflita e adapte as tradições e práticas dos seus habitantes.

Os indivíduos que se mudaram para o novo local passaram por um período de transição, em que certos valores, desejos e sonhos foram menos estimados e outros mais valorizados: a casa nova, as grades de proteção e o asfalto são agentes culturais que determinam um novo jeito de viver, embora se apresentem como meros objetos. Ao interagirem com as pessoas que passaram a viver ali, esses objetos também se conectam com o passado, com a memória do antigo lugar e com as limitações que a configuração social e espacial da Nova Soberbo impõe

em termos de reprodução social, econômica, cultural e material. Tanto as coisas quanto as pessoas possuem vida social de inserção e interação (Miller, 2013). A nova casa emerge como um pilar de realização pessoal e coletiva, fundamentado na segurança física, na estabilidade emocional e na dignidade humana. Embora nas falas dos entrevistados seja mais evidente o que se perdeu e o que não se encontra no reassentamento, é inegável que a nova configuração espacial, com a nova casa e o reassentamento, traz sentimentos positivos em comparação ao passado.

Ah **nossa vida melhorou muito aqui no Novo_Soerbo** porque no Soerbo_Velho, nós morava lá e lá tinha muito barro, aqui tem um asfalto, **as casa aqui é nova**, as casa lá nossa era muito ruim, as nossas casa lá não tinha, umas casa que não era nem rebocada, era de tijolo, hoje as casa nossa aqui tem até massa corrida por dentro, você está vendo aquelas casa tudo bonita, né? (E2, 48 anos, 2023).

Em algumas partes teve alguma melhora sim, né, por exemplo **as casas que a gente ganhou né**, que veio melhor que aquela que a gente tinha, então nessa parte não foi ruim não, né. Eu não posso falar que foi ruim porque **a casa que a gente tinha era muito inferior a essa aqui**, não pode nem comparar. Ao longo desses anos as casas estão bem organizadas, bem arrumadas, então assim, eu não vejo mais aquela sensação que eu tinha de que ia chegar aqui e isso daqui ia estar assim, destruído. Destruído assim, com o tempo né, destruído com o tempo. Né, eu vejo que as pessoas tiveram cuidado, cuidam das casas, cuidam do lugar. Mas tem muitas coisas que precisa ter aqui né, por exemplo, e não tem (E13, 48 anos, 2023).

Há 20 anos atras, o advogado disse pra nós que aqui (Nova Soerbo) era melhor que lá porque nós vamos dar **uma casa nova pra vocês**. Aí eu falei pra ele assim. Outro dia teve outro advogado aqui e igual eu falei com ele, o senhor falou 20 anos atrás, você vai falar pra mim hoje a mesma coisa, mas lá na casa era pior (Soerbo Velho) e nós vamos dar uma casa nova e 12 mil reais. Eu falei, não tem jeito não. O advogado, ele insistiu em alguma coisa, devia ter alguma coisa nisso. Então, eu falei, é claro que vocês vão dá a casa nova. Porque o senhor não tem jeito de me dar a casa velha, igual a de lá. O senhor tem que me dar ela é nova lá (Nova Soerbo) (E5, 81 anos, 2023).

No Soerbo_Velho não tinha nada, era poeira, não tinha calçamento, não tinha nada. Aqui é muito melhor. A gente morava lá no Soerbo_Velho de favor. Não tinha casa nossa mesmo não. Essa aqui a gente ganhou. E agora aqui no Novo_Soerbo tem a nossa casa. A vida nossa aqui hoje esta bem pior só porque não tem emprego. Tirano isso aqui é muito melhor, mas que adianta casa bonita e lata vazia? (E7, 58 anos, 2023).

A interação entre os elementos materiais observada nos trechos dessa entrevista é essencial para a formação e expressão da identidade dos sujeitos reassentados, assim como a ruptura ou a perda desses vínculos materiais pode resultar em violência simbólica contra o indivíduo, levando a uma deformação da identidade. Goffman (1985), em sua análise sobre as interações sociais e a construção da identidade a partir do espaço, propõe uma reflexão profunda sobre o impacto que a perda ou a destituição de posses pessoais tem sobre o indivíduo. O autor pontua que os objetos e os espaços que habitamos não são meramente externos ou adicionais à nossa identidade, mas intrínsecos à formação do “sentimento do eu”. Ao vivenciar a perda,

ocorrem o processo de despersonalização e a perda de identidade, que acontecem quando os indivíduos são separados de suas posses, objetos que servem de extensões de seu eu no mundo. Goffman (1985) refere-se a isso como “deformação pessoal”, rompendo também com as regularidades sociais do cotidiano nas quais a individualidade é expressa.

A análise de Goffman (1985) aproxima-se da ideia de “representação de si mesmo”, que é quebrada ao vivenciar a perda da casa, afetando a capacidade do “eu” de estabelecer conexões com o novo espaço e os novos objetos cotidianos. Quando a perda da casa de origem ocorre compulsoriamente, destacam-se as perdas e reconstruções tangíveis e simbólicas que os indivíduos desenvolvem com o ambiente ao seu redor. Essas relações não são superficiais ou secundárias, mas fundamentais para a vida normativa e para a sensação de pertencimento, continuidade e coesão do seu eu. Quando essas conexões são negadas ou rompidas ocorre a erosão significativa da identidade pessoal e da estabilidade emocional.

Na sua abordagem, Goffman (1985) propõe que os objetos e os espaços não são apenas contextos ou cenários passivos, em que a vida social se desenrola. Eles são, de fato, participantes ativos na construção e manutenção da identidade individual. A perda ou a impossibilidade de vinculação com esses elementos constitui uma violência simbólica contra o indivíduo, levando a uma “deformação” ou “mutilação” do eu, que impacta profundamente o seu sentido de identidade e seu lugar no mundo social. Esse entendimento chama a atenção para a dimensão material da existência humana e a importância dos espaços e objetos na vida social e na saúde psicológica dos indivíduos.

Ao descreverem a casa e as novas condições estabelecidas pela empresa, os pesquisados destacam o quanto a casa nova mudou em relação ao passado. Em uma perfeita representação da “hibridez” entre os aspectos físicos das estruturas objetivas que sustentam o cotidiano e seu significado subjetivo, E7 comenta: “de que adianta casa bonita se a lata está vazia?”. Isso ressalta a importância de a casa ser suficientemente incorporada pelo uso cotidiano e pela vinculação ao trabalho (Camargo, 2007). A casa nas suas oposições apresentadas, “nova e velha”, remete-nos, também, à sua configuração e condição espacial, rural/ urbano, em que se manifestam as dualidades campo e cidade. Aqui a “casa velha” se refere à casa rural, tradicional, idílica e campestre, enquanto a “casa nova” se refere ao urbano, ao moderno, à cidade. As circunstâncias aqui apresentadas são identificadas nas falas dos moradores deslocados, que percebiam diferenças nas novas disposições, sendo direcionados para um ambiente para o qual não estavam preparados. Esses espaços não correspondiam às circunstâncias da sua constituição original. A ausência de trabalho e “do prometido” demonstra, temporalmente, a ausência de ordenação e a solidão do olhar, demonstradas na fala sobre o local de origem:

Hoje eu te falo que estou cansada com Consórcio, com tudo. Eles só com promessas que vai acontecer e vai acontecer e nada está acontecendo. Só piorando. Ah! a única coisa que se hoje eu pudesse falar, falaria em termo de reativação econômica e é a coisa que eles não gostam que usa o termo. A única coisa que eu queria era um emprego aqui pra todo mundo, não só pra mim não! Pra todas as outras famílias que tá aqui, que gosta de morar aqui, que são bastante. São a minoria que não gosta daqui. Entendeu? Sabe, é a única coisa que se eu pudesse hoje é ter um trabalho, terra pra plantar, terra. Terra pra tirar pelo menos o de comer ali. Colher alface, couve...não é pra vender não. Igual eles falam ‘vai lá [extensão dos quintais] e planta lá que você vai vender’ não existe isso. A gente tem que plantar pra consumo da gente. É terra... (E17, 47 anos, 2023).

Os sujeitos, muitas vezes adultos com famílias e, ou, idosos, comungam cada vez menos do sentimento de pertencimento. Trata-se da busca pelas referências perdidas, cujo olhar central está direcionado para a dinâmica do trabalho que não se efetivou e as dificuldades em manter uma vida cotidiana monetizada (mercantilizada), conforme se apresenta no novo distrito. A configuração habitacional e espacial em Nova Soberbo tende a dissolver os modos de vida dos antigos moradores, especialmente considerando suas expectativas em manter vivos alguns *habitus*. Nesse sentido, os mais velhos tendem a resistir, persistindo na intenção em manter esquemas e estruturas do antigo lugar. Como Bourdieu (2013) aponta em sua teorização do espaço urbano, as forças urbanizadoras desempenham o papel de desintegrar, enquanto um “fato social total”, as dimensões econômicas, culturais, assim como as subjetividades individuais transformadoras relacionadas ao corpo e às expectativas afetivas, como ilustram os relatos a seguir:

Aí por isso eles colocaram isso aqui, ó, esse aquecedor solar pra nós, aí todas as casas têm. O preço da energia tá vindo muito caro aqui pra gente pagar. Só o fogão de lenha que (nós) não tá tendo ainda, mas a gente vai colocar de novo, porque minha mãe tirou quando ela tava aqui e deu pra minha irmã, que ela tava sem na casa dela. Aí ficou sem e agora nós comprou um outro e vai por ali de novo porque faz falta de vez em quando né (E16, 86 anos, 2022).

Tinha de ter muita fruta no quintal, verdura que eu gosto. Tinha de ter espaço pra mim plantar né, porque aqui não tem espaço pra nada, e o espaço que tem, eles (Consórcio Candonga) fizeram um galinheiro lá que só Jesus, aí teve que fazer outro. Eu acho assim, tinha que ter criação de galinha igual eu tenho ali, meus ovinhos que eu colho, espaço pra verdura, pra planta. Minha mãe planta, você vai ver ali no cantinho ali, tem pé de feijão mas não tem espaço pra plantar (E10, 86 anos, 2022).

Porque todo mundo aqui toma remédio, eu tomo, ela toma, ele toma, o outro também toma. Então a gente tem que ir cobrindo essas coisas. E tem que ir ajudando nessas coisas, né? Aqui eu sou aposentado, ela também é. De maneira que a gente não consegue fazer muita coisa mas, vai mantendo o que dá pra fazer, planta umas verdura, cria uns animal, tem de ser pequeno né, porque aqui tudo dá cheiro. Fogão de lenha a muié nem pode mais, a fumaça agora faz mal... É tanta coisa. Aqui a gente não tem a vida igual era, a gente até tenta (E5, 81 anos, 2022).

Além das falas, a análise morfológica do distrito e do espaço físico exterior das casas carrega o sentido do antigo lugar. Espaços esses visíveis a quem transita pelo reassentamento.

Na casa da família E6 (63 anos), por exemplo, um barco de pesca encontra-se atracado à grade de proteção da residência. Essa cena reforça a identidade de pescador dos moradores da casa, assim como dos moradores locais que, mesmo após a mudança e residindo próximo ao rio (mas não às suas margens, como no passado), cultivam a atividade de pesca tanto para a venda como para o consumo familiar. Segundo Camargo (2007), essa evidência revela como se busca, por meio de intervenções criativas, o respaldo da fisicalidade das casas. Por meio das relações cotidianas estabelecidas na casa e com **ela**, os moradores atendem às suas necessidades, expectativas e aspirações em relação ao habitar doméstico, dando sentido ao lugar habitado. As fachadas de algumas residências também indicavam diferentes propostas de projeto de moradia e readequações físicas na parte exterior (Figura 16).

Figura 16 – Fachadas das casas da Antiga e da Nova Soberbo, 2008-2023



Fonte: Extraído de Bortone (2008).

Nas casas das famílias E9 (46 anos), E14 (39 anos) e E2 (48 anos), o seu entorno já não possui os jardins, e toda a frente foi recoberta com cimento, impedindo o crescimento de plantas e grama, como era inicialmente. Nessas duas últimas casas visitadas, o local de entrada havia sido revestido por azulejos – o que na fala das entrevistadas era interessante por facilitar a limpeza. Já nessa última casa o muro alto e fechado foi erguido em substituição às grades de proteção, sinalizando a necessidade de segurança. Como se vê, há preocupação com o espaço físico da casa, na esfera doméstica e pessoal, buscando-se paz e segurança. As casas analisadas

a partir do seu exterior apresentam características comuns. São frequentemente cercadas por muros altos que, em alguns casos, bloqueiam a visualização das fachadas. Em outros, é possível observar cacos de vidro sobre os muros, indicando preocupação com a segurança dos moradores. Em muitos casos, as grades de cores e desenhos variados substituem os muros, demarcando um território privado e sinalizando novamente a preocupação com a proteção.

Como as casas foram construídas com pouca interferência dos moradores, há dúvidas quanto ao verdadeiro motivo da presença de grades e muros. A apresentação exterior das casas, assim como de outras edificações, parece sugerir mais uma preocupação do “empreendedor” em dotar Nova Soberbo com certos símbolos de modernidade. No entanto, o paisagismo com árvores e flores impregna a ruralidade vivida no passado nas novas casas, principalmente, nas casas dos mais idosos (Figura 17). Para esse público, o tempo depreendido nos cuidados da casa revelam a rotina no lugar: plantar uma horta, cuidar do jardim e desenvolver atividades de cuidado do lar e da família. Já as casas dos moradores mais jovens, aqueles que transitam da juventude à idade do adulto jovem, o que se observa é cada vez mais tijolos, cimento e azulejos em vez de terra cultivada.

As casas sinalizam também as reformas, realizadas ao longo do tempo. As alterações estruturais são possíveis de serem observadas a partir da fachada padronizada original, as quais evidenciam alguma melhoria estrutural ou a incorporação de um ponto de trabalho (conforme Figura 18). Das alterações e reformas iniciadas, muitas ainda aguardam os últimos reparos, projetos inacabados geralmente por motivos associados às restrições econômicas das famílias. Muitas das falas remetem à espera do AFE para a finalização da obra ou para se iniciar uma nova.

Figura 17 – Aparência estética das casas, 2023



Fonte: Dados de campo (2023).

Figura 18 – Alterações e reformas realizadas nas casas, 2023



Fonte: Dados de campo (2023).

Na casa da família E5 (81 anos), a pretensão dos moradores era de realizar uma cobertura no telhado da casa. A obra fora iniciada, mas no momento está paralisada. Os seus moradores aguardam o desenrolar do processo do AFE para retomá-la. A intenção é transformar a laje da casa em uma área para utilização com cobertura de zinco, para amenizar o calor escaldante do lugar. Segundo os moradores, “o sol dilatou a laje” e, quando chove, a água “**mareja**” ou goteja dentro da casa. Esses relatos apontam também para a qualidade duvidosa dos materiais empregados na construção das habitações.

É o que a gente vai fazer, precisa demais dessa reforma, faz uma cobertura lá em cima, uma área lá em cima com cobertura tudo direitinho, pra não ficar tão quente aqui embaixo e também porque que essa laje aí, não aguenta água não. É só, será tampado com zinco, isso tampado com zinco. É só chover um pouco que começa a merejar, sai água cá embaixo. Eu vou contar bem claro pra você, eu falei (com os engenheiros na época da construção das casas) ah, mas na hora que der a dilatação, que ele abriu um bocadinho, ele vai... Aí você vê, já deu problema já há muito tempo. Porque não adianta, não adianta. Tem que ter a cobertura. É, não adianta, porque o que manda nisso é a cobertura. Qualquer laje que você fizer, é cimento e é maciça, você tem que ter a cobertura, porque quem aguenta laje, se ela fizer um colo, assim, se a água é muito ágil, então ela já corre direto, e merege, com o tempo, 2, 3, 4, 5, 6 anos, mas vai mereger, então é a cobertura que manda (E5, 81 anos, 2023).

A casa reflete as expectativas de seus moradores. No passado, a casa servia tanto como abrigo quanto como local de trabalho, fornecendo sustento e funcionando como espaço social em Soberbo Velho. Em Nova Soberbo, essa dinâmica evoluiu, revelando novas estratégias de adaptação e adequação ao conceito moderno de morar (Certeau, 1998). Ano após ano, os moradores economizam, guardam e esperam pelas possibilidades de transformar o distrito naquele lugar essencial de moradia e sustento que outrora existiu. Embora não encontrem essa realidade, utilizam novas formas de mercantilizar o espaço, a exemplo do quarto para aluguel. Na casa vizinha à família E5, foi possível observar as reformas que se destacavam na fachada. Segundo relato dos moradores, a alteração estava sendo feita nos fundos da residência, com a intenção de construir um cômodo para aluguel (Figura 19).

Figura 19 – Casa com alteração no imóvel, 2023



Fonte: Dados de campo (2023).

A casa, com a fachada alterada por um “puxado”¹² para gerar renda, uma nova cobertura para minimizar o calor e muros altos para proteção contra os perigos da vida urbana e “inimigos mortais” (E9, 46 anos, 2023) adquiridos ao longo dos processos indenizatórios, reflete os movimentos e hábitos dos novos rituais de vida impostos pelo reassentamento. Para Gonçalves (2014, p. 104), “um sujeito, ao apropriar-se de um lugar, com o tempo deixa a sua marca e, ao transformá-lo, inicia um processo de reapropriação com o ambiente, colocando nele objetos com o qual se identifica”. Segundo essa autora, os processos de apropriação são complexos e se dividem em aspectos de ação-transformação, como os apresentados, como também os comportamentais. Nesses últimos, as opções feitas pelos sujeitos podem ser condicionadas por estruturas estruturantes. Assim, na construção da identidade do lugar, as dimensões espaciais incorporam as expectativas e necessidades das pessoas que interagem com o meio ambiente, podendo ser por elas incorporadas.

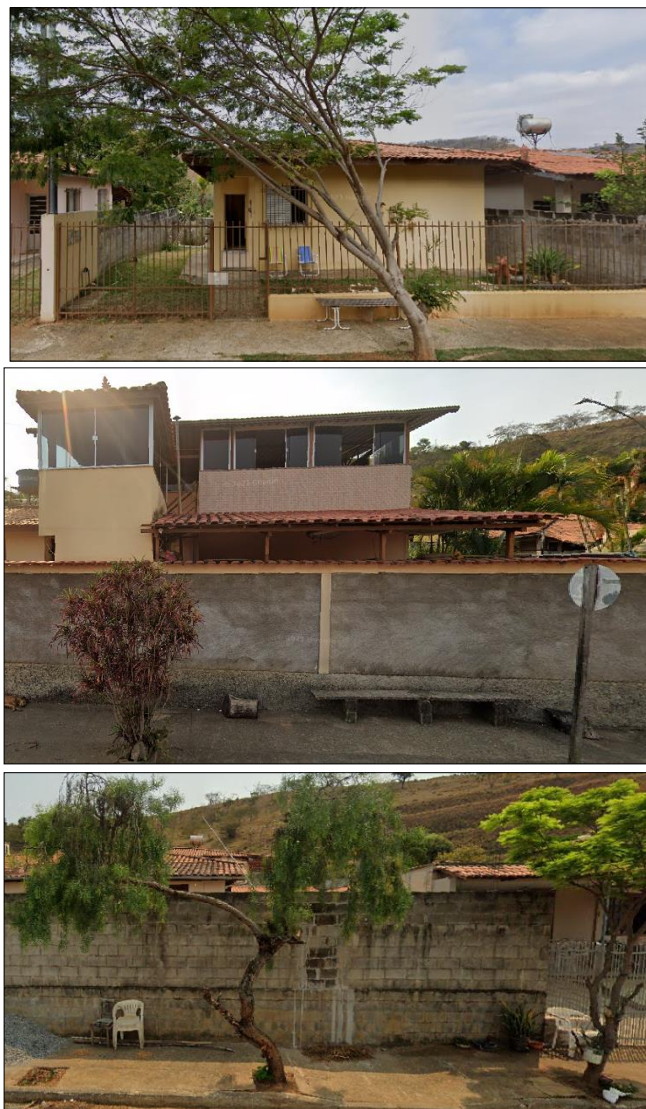
Tal perspectiva corrobora a proposição de Martin Heidegger sobre o habitar. Para Heidegger (2002), habitar não se limita à ocupação de um espaço físico, mas é uma manifestação essencial da existência humana, expressando a relação profunda entre o homem e o espaço, mesmo quando mediada pelas normas sociais e pelas condições espaciais. Ele utiliza a relação entre cultivo e campo para explorar a capacidade do homem de existir dentro de uma “estância” e “circunstância”. A “estância” é o lugar onde se inicia um encontro, enquanto a

¹² Edícula. Expressão muito comum no imaginário brasileiro, que é a forma de extensão da casa por meio da construção de novos cômodos.

"circunstância" é a condição necessária para que tal encontro ocorra. Esse entendimento eleva o ato de praticar a uma atividade que está intrinsecamente ligada às regras e ao contexto que moldam a existência, permitindo que tanto o homem quanto o espaço que ele ocupa se manifestem verdadeiramente dentro dos limites impostos e escolhidos, refletindo uma interação dialética entre liberdade e estrutura, em que o homem encontra significado e propósito por meio de sua habitação.

Assim, o habitar se revela como um tipo de cultivo e cuidado. Ao adaptarem suas novas residências, as famílias não apenas alteram a estrutura física de suas casas para refletir tradições e identidades passadas, mas, inconscientemente, criam diferentes espaços e condições. Nessa pesquisa, constata-se que a maioria dos entrevistados cria espaços de convívio tanto dentro das casas (como será analisado mais adiante) quanto externamente (Figura 20). Isso revela que a identidade do lugar é profundamente influenciada pelo antigo ambiente de vida dos habitantes. Apesar das numerosas narrativas sobre a fragmentação do capital social local, percebe-se que o distrito é moldado pelas vivências sociais passadas dos seus moradores. Nas fotografias a seguir é possível observar espaços de encontro onde se notam o tráfego da rua, o movimento e áreas de conversação, popularmente conhecidas como **“colocar o papo em dia”**, com aqueles que por ali transitam. O banco é um elemento cultural muito presente na zona rural, tradicionalmente feito de madeira; na cidade, observa-se a presença de bancos de alvenaria. Em Nova Soberbo, esses bancos apareceram em alvenaria com algumas cadeiras. Verificam-se aspectos sociais facilitadores que emergem nas dimensões social, ambiental e cultural, mostrando que esses elementos se confrontam e dialogam na socialização, intimidade, cooperação, familiaridade, enraizamento, relações interpessoais e afetividade entre as vizinhanças.

Figura 20 – Equipamento urbano de sociabilidade no distrito de Nova Soberbo, 2023



Fonte: Dados de campo (2023).

Nova Soberbo foi concebida como um projeto de moradia sem a participação coletiva dos antigos moradores de São Sebastião de Soberbo, sendo vista como um espaço sem vida, marcado pela estrutura urbana. Conforme sugerido por Pereira (2014, p. 298), essa transformação implica a permanência de elementos rurais diante das mudanças provocadas pela lógica urbana, configurando um “amálgama urbano-rural” que tende a perdurar mais do que os espaços destinados à expansão urbana. Para Mourão e Cavalcante (2011, p. 215), a “identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo, em busca de satisfação”. Apropriar-se dessa estrutura física pode levar tempo. O “não lugar” é diferente de um lugar, esse último remete-se de significado para o indivíduo que o incorpora à sua própria identidade (Gonçalves, 2014). Neste estudo, verifica-se que a identidade do reassentamento não foi apropriada; ao

contrário da identidade da casa. As situações manifestadas nas falas dos entrevistados refletem a tentativa de apropriação, uma vez que, segundo Fischer (1994, p. 24), como território essa apropriação geralmente implica a personalização do lugar com marcações e elementos que indicam ocupação. Assim, com relação à casa, esses moradores não ficaram passivos e, ao longo do tempo, procuraram enfrentar as condições adversas das suas moradias, buscando sempre melhorar aspectos construtivos, com o objetivo de proporcionar melhores condições de habitabilidade (Bressan; Lajús, 2017). Essa adaptação da casa é vista como continuidade de suas vidas anteriores, apesar do novo contexto físico e social. Considerando que os moradores, em sua maioria, são nativos da Velha Soberbo, acredita-se que isso tenha facilitado a apropriação da casa diferente do reassentamento, isso considerando que muitos dos moradores são idosos e o relevo do local não favorece a utilização de determinados espaços públicos.

A praça a gente nem vai lá. Tem tempos que não vou lá. Fica muito longe, no alto e é muito sol, né. Num tem como ficar lá. Praticamente fica vazia o dia todo (E12, 65 anos, 2023).

Tudo que a gente faz, vai pra fora. Aqui no Soberbo não compro nada. Só o urgente do urgente. Vou viajar agora com ele, pra Dom Silvério, receber aposentadoria, resolver minhas coisas. Pra comprar remédio é Rio_Doce. Rio_Doce tem muito remédio, tem duas farmácias que atende a gente. Se tiver dinheiro manda, se não tiver manda também que a gente paga no dinheiro direitinho outro dia. Tudo de mantimento é Dom Silvério. No Rio Doce, também tem supermercado. Ponte_Nova eu não sou muito chegado não (E21, 83 anos, 2023).

Aqui quando saímos, que é muito difícil vamos ali pro bar. É, tem um barzinho no bolacha, ali em cima que a gente tem um franguinho sabe? Sempre assim à tarde, pode ser dia de semana também, de vez em quando à tarde a gente vai lá (E9, 46 anos, 2023).

Você via muito mais pessoas convivendo com as outras pessoas, sabe? Ia fazer uma coisa, todo mundo fazia; ia fazer uma festa todo mundo participava. Eu lembro que lá no Soberbo_Velho, a comunidade inteira juntava pra fazer a festa _junina, era a Neide que fazia. Hoje aqui eu nem sei quando a igreja abre mais. Sei que teve uns problema com o padre e trocou (E13, 48 anos, 2023).

Eu tenho bom relacionamento com todo mundo, parente também, minha cunhada mora ali e tem um senhor gente boa também, não tenho problema com ninguém aqui não. Eu que sou muito difícil de ir na casa dos outros. A gente ia muito no quiosque antes da lama, agora não tem mais. E na missa, eu nem sei quando tem (E14, 39 anos, 2023).

Constatou-se que a maioria dos entrevistados, ao falar sobre a antiga casa e o distrito submerso, acabava fazendo referência às relações de sociabilidade, convívio familiar e redes de vizinhanças, na tentativa de relacionar suas experiências habitacionais passadas com o presente, de forma positiva ou negativa (Bressan; Lajús, 2017). Os entrevistados expressam uma falta de apropriação do espaço comunitário mais amplo no reassentamento. Relatos indicam uma desconexão com espaços públicos, como praças e serviços locais, evidenciado por um dos

entrevistados que menciona raramente visitar a praça local devido à sua localização e condições físicas desfavoráveis. Isso demonstra que as atividades de cunho coletivo e social se perderam com o tempo, sugerindo que não se reconhecem mais como parte de um capital social local.

Considerando a análise de Sanches (2022, p. 267), o processo de apropriação é entendido como dinâmica dialética, na qual pessoas e espaços interagem dentro de um contexto sociocultural específico, que abrange desde o indivíduo até grupos ou comunidades mais amplas. Essa interação é fundamental para a (re)configuração das relações sociais, as quais são cruciais na geração de novos significados e sentimentos de pertencimento ao espaço. Bourdieu (2007, p. 10) adiciona profundidade a essa discussão ao definir o capital social como o conjunto de recursos que advêm da posse de uma rede de relações duradouras e mais ou menos institucionalizadas. Essa concepção destaca a importância das dinâmicas sociais na conformação dos espaços habitados, sublinhando que, pela interação e socialização, indivíduos e coletividades não apenas moldam a sociedade, mas também se reconstituem de forma contínua.

Portanto, ao explorar a apropriação espacial à luz das teorias de Sanches e Bourdieu, percebe-se a complexidade e a multidimensionalidade das interações humanas com o ambiente construído. No contexto de Nova Soberbo, a transição para um novo ambiente urbano, apesar de fisicamente integrada, enfrentou obstáculos significativos na recriação de relações duradouras, essenciais para a manutenção e desenvolvimento do capital social. A individualização forçada pela nova configuração urbana, com os desafios adicionados pelas disputas em torno das indenizações do segundo impacto, exacerbou a erosão do capital social preexistente. Isso reflete um cenário onde as oportunidades para reconstruir essas redes sociais essenciais são limitadas, destacando a urgente necessidade de estratégias que promovam a reconstituição das conexões comunitárias e fortaleçam os laços sociais dentro do distrito.

Tava tudo na paz, aí quando veio a Renova, é essa briga está aqui hoje. Por causa disso. Porque tem uns que recebe muito, outros recebem pouco, outros recebem é nada (E3, 75 anos, 2023).

Mas é isso que eu te falei, a convivência do Soberbo Velho pra cá, ainda mais agora depois que algumas pessoas receberam aqui, o convívio ficou pior. Aqui ó, era minha amiguíssima, desde o Soberbo Velho. Só que depois de uns problemas que aconteceram aí, ficou minha inimiga, inimiga número um (E8, 58 anos, 2023).

Entendendo que as relações sociais não foram reconstruídas a ponto de contribuírem de modo significativo para a construção de um sentimento de pertencimento com o reassentamento, podemos concluir que, nesse caso, o capital social não foi fator constituinte no processo de apropriação do espaço social, revelando outra estrutura do domicílio (Porteous;

Smith, 2001), que, além das perdas físicas da casa, direciona o olhar às perdas das estruturas sociais. Essa perspectiva oferece um olhar mais aprofundado sobre como os espaços na coletividade são vivenciados, negociados e transformados, evidenciando a contínua dinâmica de poder, resistência e criação que define a essência da vida social e espacial. De fato, na visão de Bressan e Lajús (2017), compreender essa relação entre os ocupantes e os espaços residenciais requer a consideração de muitos fatores. Isso porque o ato de viver é dinâmico, portanto é importante entender como as famílias realocadas conseguiram apropriar das suas novas casas.

5.3 A “casa velha”, a “casa nova”, as pessoas e as coisas: táticas para criar o lugar para morar e viver

Ao revisitar a realidade empírica apresentada, compreende-se que a mudança imposta às famílias moradoras do antigo distrito de São Sebastião do Soberbo, para dar lugar ao lago da hidrelétrica, representou uma transformação significativa nos modos e estilos de vida. São Sebastião do Soberbo, um distrito rural, possuía características marcantes na vida cotidiana dos seus habitantes: casas antigas, ruas cascalhadas, vastos quintais com pequenas criações, pomares e cultivos para subsistência por meio de hortas e da produção para comercialização local e no centro urbano. Além disso, o uso do rio era crucial para a manutenção das atividades de pesca, mineração e retirada de areia.

O contato direto com a natureza e o uso dos recursos naturais como ferramenta e matéria-prima para a manutenção da vida cotidiana são os princípios que diferem a organização espacial rústica da antiga Soberbo da organização espacial urbana do reassentamento. A proximidade com o rio, as casas situadas em terrenos amplos e quintais extensos e a possibilidade de usar a terra para o plantio e a colheita revelam atividades que predominam exclusivamente em lugares onde os hábitos rurais são moldados por atividades que exigem habilidades e conhecimentos sobre a natureza no cotidiano.

Já a Nova Soberbo se revela com possibilidades que sugerem um contexto de vida além dessas contingências sem, no entanto, excluí-las: casas novas, ruas pavimentadas, arquitetura citadina, proximidade com o centro urbano e um distrito industrial. No entanto, apesar dessa configuração urbana que normalmente implicaria especialização do trabalho, os moradores enfrentam uma realidade marcada pela escassez de oportunidades de emprego, tanto urbanas quanto rurais. Essa ausência de trabalho não só contradiz a visão de progresso associada ao urbano como também distancia os moradores reassentados das atividades essenciais para sua

sobrevivência e subsistência, exacerbando a artificialização de suas vidas e sublinhando a complexidade das dualidades vivenciadas.

Observam-se alguns casos em que as pessoas consideram a vida no campo como um aspecto positivo, e a mudança para o reassentamento urbano marca essa ruptura de realidade. Entretanto, a maioria das pessoas acredita que estar na cidade representa uma oportunidade. Essas percepções direcionam nossas análises para além das materialidades alcançadas, com foco também naquelas que foram preservadas. Ao considerar a casa e o trabalho, bem como os ganhos e as perdas, o objetivo é analisar as materialidades presentes nesses processos, a casa, seus objetos e as coisas que compõem esses espaços, assim como o trabalho. Isso nos permite refletir não apenas como as pessoas percebem esses elementos, mas, principalmente, sobre como as pessoas se relacionam com as coisas.

A partir das discussões do conceito de cultura material de Miller (2013), entende-se que as “coisas” são objetos que, em contextos mais amplos, incluem desde animais de estimação, como cachorros, até adornos de uma casa e as ferramentas de trabalho. Para Miller, os objetos materiais são partes integrantes e inseparáveis dos relacionamentos. Esses aspectos são essenciais para a vida moderna, destacando a importância da cultura material e fundamentando o que esse autor chamou de a “teoria das coisas”. A partir dessa teoria, o autor mostra que uma apreciação mais profunda das coisas nos leva a uma apreciação mais profunda das pessoas (Miller, 2013, p. 12). Sua perspectiva visa alterar a percepção superficial da relação culturalmente estabelecida entre pessoas e objetos, demonstrando como as coisas não apenas representam as pessoas, mas também as constituem.

A percepção desse autor se faz enquanto argumento que se afasta da ideia de representação, “de pessoas fazendo coisas que as representem ou representam os outros”. Seu interesse está em como as coisas fazem as pessoas, como “os objetos são importantes, não por serem evidentes e fisicamente restrinjam ou habilitem, mas justamente pelo contrário. Muitas vezes, é precisamente porque não os vemos” (Miller, 2013, p. 78). Embora a materialidade possibilite formas de entender, transmitir e apreciar a humanidade, determinando, assim, o comportamento social, ela está ao mesmo tempo subjacente à percepção humana, porque podemos apenas não entender a sua importância, condição essa que tem chamado tanto a atenção de estudiosos de várias áreas.

Nessa perspectiva, o sonho de uma vida melhor, representado pelo novo, pelo moderno, pelo futuro que se fazia possível com a chegada da hidrelétrica: uma casa nova, ruas asfaltadas podem ser entendidas como uma moldura, como “quadros” da vida cotidiana (no sentido de estruturas materiais) que moldam e são moldados por práticas culturais e sociais, o que nas

palavras de Miller (2013) nos conscientizam para o que é apropriado e inapropriado. A nova configuração espacial do reassentamento reflete as consequências do processo de modernização, que resultou na passagem abrupta de uma sociedade com características rurais para uma sociedade mercantilizada e monetizada.

No texto de Miller (2013, p. 77), “o recurso à noção de Gombrich serve para exemplificar que uma moldura é adequada à obra mesmo quando não a percebemos, porém ela nos orienta quanto à maneira pela qual a interpretamos”. Dentro desse ponto de vista, é possível fazer analogia de como compreendemos a habitação contemporânea: a casa nova. É essa estrutura material, mas também simbólica, que enquanto produto de uma cultura citadina, modernizante, revela não apenas uma estética urbanizada, com projetos arquitetônicos proporcionais e planejados, mas também um jeito de viver e de se relacionar. É por meio desse processo que as coisas determinam os comportamentos e o jeito de viver, de morar e de se relacionar que Gonçalves chama de objetificação:

A casa nos fornece indícios dos valores, dos desejos e do que nos deixaria feliz. Cada quadro colocado na parede, cada foto colocada no porta-retratos, cada flor plantada no jardim espelham nossos comportamentos e mostram traços de nossa personalidade. Os que habitam as casas mais simples, os moradores das favelas, nas periferias urbanas, tentam acomodar sua casa às suas necessidades imateriais (Gonçalves, 2014, p. 91).

A casa enquanto materialidade, nas falas dos entrevistados, estão sempre associadas à experiência da perda das referências de origem. A expropriação da moradia, do domicílio, é conceituada como “domicídio” na literatura científica, entendido como a “destruição deliberada da casa pela ação humana na busca de objetivos específicos, o que causa sofrimento às vítimas” (Porteous; Smith, 2001, p. 12), trazendo consequências afetivas da destruição de lares. Ao situar o domicídio como um processo global, Porteous e Smith (2001) analisam tanto empírica quanto analiticamente as formas locais e mais mundanas que ocorrem em relação à perda da casa em cidades de todo o mundo. Mesmo diante da realidade da destruição das casas do antigo distrito, da destruição do antigo local de apego e refúgio, segurança e propriedade, para os moradores mais jovens se apresentou como oportunidade para: “Melhores condições de vida, longe do trabalho da roça e com possibilidade de indústrias e outros serviços, como prometido pelo consórcio¹³” (Bortone, 2008).

¹³O consórcio para construção deste empreendimento hidrelétrico foi inicialmente formado pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce e Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda. (EPP). Em 2001, a EPP vende metade de sua participação para a empresa Alumínios Canadenses (ALCAN), hoje denominada Novelis, formando oficialmente o Consórcio Candonga.

Nesse cenário imposto com o reassentamento, as casas e os objetos que nelas se encontram transcendem a mera função de cenário para as atividades humanas, atuando como elementos ativos que estruturam e expressam o *habitus domiciliar* dos moradores. Esses elementos materiais moldam significativamente as interações entre os indivíduos e o modo como eles experienciam seus espaços vividos. As novas residências, caracterizadas por uma arquitetura simplificada com poucos cômodos, quintais reduzidos e altos muros que isolam as propriedades, impõem mudanças substanciais tanto na economia doméstica quanto nas dinâmicas sociais. A modernidade introduzida pelo projeto de reassentamento traz consigo um impacto profundo, afetando não apenas a economia de subsistência das famílias, mas também restringindo a capacidade de manter ou recriar as relações socioespaciais que prevaleciam anteriormente. Essa transformação material, portanto, não apenas altera fisicamente o ambiente, mas redefine as formas pelas quais os reassentados se engajam e interpretam sua nova realidade.

Na busca por qualificar a casa e significá-la enquanto transformação rurbana e agente de objetificação no processo de apropriação do novo lugar, busca-se também se apoiar na proposta de tratar o espaço enquanto forma de apropriação e controle que marcam a convivência das pessoas e suas permanências. Enquanto categoria socioconstrutivista que se firma no processo de socialização dentro de determinado contexto histórico, têm-se o *habitus* rural e o urbano como uma matriz cultural vivida e aquela concepção idealizada ou imaginada de lar (Porteous; Smith, 2001, p. 73) que se buscar alcançar. Nessa direção, a perspectiva é considerar que as relações almejadas a partir de um ideal urbano se revelam na casa que, enquanto coisa que condiciona a vida em curso e produz mudanças mediando a relação entre espaço e pessoas. Em tese, as mudanças são táticas de resistência a um modelo confinado de urbanidade muito semelhante ao processo de urbanização e industrialização dos anos de 1950. Quando houve o êxodo rural-urbano no Brasil e muitos locais se erguiam diante de comunidades que insurgiram e recriaram bairros tipicamente rurais em cidades médias.

Nessa dinâmica da apropriação da casa moderna se instaura um desafio aos sujeitos reassentados e a domesticação do espaço estranho e impessoal. Para Raffestin (1993), a apropriação também se manifesta em forma de pertencimento efetivada pela posse material e simbólica do espaço, materializando as impressões digitais da comunidade com o transcorrer do tempo na sua história. Miller (2013) aponta que a domesticação acontece pelo processo de “acomodação”, na forma que o sujeito criará para se sentir em casa; domesticar o conceito se apresenta enquanto valor no sentido de acomodar, de se fazer habitar, “de domesticar o próprio conceito de objetificação” (Miller, 2013, p. 136). Melhor dizendo, em outras palavras, na forma como os sujeitos rurais se engajam criativamente para transformar o espaço habitacional em

um lar. A desapropriação do lar rural e a possibilidade de habitar uma moradia urbana são entendidas como a ruptura da identidade, dando origem à “casa rurbana”. Dessa forma, a reprodução material interage com diversas iniciativas voltadas para a preservação ecológica, o lazer e a qualidade de vida. Em suma, uma nova configuração surge das transformações socioeconômicas e culturais, conferindo um novo sentido à apropriação do novo território (Raffestin, 1993).

As experiências de habitações estatais no Reino Unido, analisadas por Miller, servem como metáfora para compreender a casa rurbana, mostrando que, apesar da aparência inicialmente desfavorável, a capacidade dos indivíduos de personalizar e estabelecer uma relação afetiva com suas novas moradias está intrinsecamente ligada à qualidade de suas redes de suporte social. Essas conexões positivas com o entorno social facilitam um engajamento mais profundo e satisfatório com o mundo material, permitindo que os moradores reinterpretem e reinventem seus lares urbanos (Miller, 2013, p. 131). Significa estabelecer conexões com o lugar.

Como demonstrado pelas mudanças inicialmente promovidas pelos moradores da Nova Soberbo no pós-reassentamento, pode-se inferir intensa necessidade de se aproximar do antigo modo de vida rural. Um exemplo é o descontentamento durante o processo de negociação e reparação dos danos causados pelo deslocamento, em que os moradores perceberam que as promessas feitas não estavam sendo cumpridas, como a ausência de fogões a lenha nas novas moradias. Esse item, exigido pelos moradores, foi posteriormente fornecido pelo consórcio. Devido à falta desse artefato nas plantas baixas das casas, algumas famílias o instalaram na cozinha, enquanto a maioria optou por transformar a varanda em uma segunda cozinha (Bortone, 2008). Outra alteração identificada foi a construção de um cômodo adicional na parte externa da casa, destinado a servir como uma dispensa. Nas fotografias a seguir, observa-se que, mesmo após quase duas décadas desde a mudança para o distrito, alguns moradores ainda mantêm o fogão de lenha (Figura 21).

Figura 21 – Fogão a lenha, Nova Soberbo, 2023



Fonte: Dados do campo, 2023.

O fogão a lenha já esteve presente em 100% das casas do reassentamento. Projetado para se localizar na varanda do fundo das casas que se comunica com a cozinha e, embora conte com a presença do fogão a lenha, constitui um ambiente de serviço, apresentando um tanque de lavar roupas, bacias e, em alguns casos, uma máquina de lavar, como bem descreveu Ludwig (1994) acerca da incorporação de eletrodomésticos e habitação dos pequenos produtores rurais da região da Zona da Mata mineira. O fogão a lenha é fruto de uma intervenção pós-ocupação à planta original da casa enquanto reivindicação da população. Foram obtidos vários relatos que comprovaram que esse item favoreceu o processo de apropriação da casa e possui um elo temporal entre o passado e o presente (Bressan; Lajús, 2017), entretanto, na atualidade o fogão a lenha já não possui a mesma funcionalidade. Quando questionamos um morador acerca do fogão a lenha, atualmente no distrito, sua resposta foi enfática:

Uns 90% hoje não existe fogão_de_lenha mais não, tirou. Eu mesmo tenho fogão_de_lenha lá mas é porque não incomoda, mas não põe fogo, não usa não. Aqui que eu vejo é duas casas só que tem fogão_de_lenha, que eu vejo ainda é muito, que é aquela lá perto de casa que é um senhor mais de idade que usa. E um cá em cima, que é a Dona Aparecida também que usa. O resto tirou tudo fogão_de_lenha. lá em casa mesmo não tem mais o fogão_de_lenha não. Tá desmontado. Futuramente vou fazer ele lá embaixo, mas não pra uso, só pra tá lá o fogão_de_lenha mesmo. Numa área lá, vou por ele lá. Mas pra falar que é pra cozinhar nele, isso mais não. segue sendo utilizado por algumas famílias como uma tentativa em reconstruir o antigo capital cultural. Ao mesmo tempo em que se é possível observar nas falas dos entrevistados que nem todos conseguiram manter o uso do fogão a lenha, seja pela dificuldade apresentada de, no novo distrito, coletar lenha, seja pelo fato do mesmo escurecer as paredes e tetos das casas pintados de branco (E1, 45 anos, 2023).

A partir da fala anterior é possível perceber que, ao longo do tempo, o fogão de lenha foi paulatinamente caindo em desuso. Das famílias entrevistadas, 15% disseram que ainda usam o fogão, nem que seja para cozinhar um feijão; 60% ainda tem o fogão, mas está desmontado, visto que “ocupava um espaço e não utilizava para mais nada, até porque não tem nem lenha aqui perto pra buscar”; e 25% o fogão se encontra montado, mas não é utilizado e, em alguns casos, a varanda externa agora se configura como uma área *gourmet* com churrasqueira.

Nós temos o fogão de lenha também, mas tirou agora esses dias, meu marido tirou de cá e passou pra lá (mudou pra uma área de churrasqueira no fundo da casa) que vai fazer fogão e churrasqueira. Fogão_de_lenha tem que ter né, só tirou a serpentina que não funciona, esses trem do Consórcio_Candongá muita coisa não funciona não, teve coisa que teve que mudar (...) Sempre importante ter o fogão_de_lenha, aqui a gente sempre acostumou a cozinhar no fogão_de_lenha, então sempre assim alguma coisa a gente faz lá. Final de semana a gente faz uma carinhada, uma galinhada, alguma coisa. E pra pegar lenha. Lá no quintal, lá fora, eu busco. Tô acostumada, nós capinha jardim (E9, 46 anos, 2023).

Aqui o que lembra o soberbo Velho é o fogão de lenha, mas quase não usa (E7, 58, 2023).

Porque na outra casa minha que fica na rua de cima tem. Mas a gente também não pode ir ali pra pegar lenha. É, porque se o meio ambiente pegar ou florestal pegar, tá multado. Hoje em dia não tá podendo tirar lenha mais. Só o fogão_de_lenha que não tá tendo ainda, mas a gente vai colocar de novo ali naquela área ali (espaço gourmet na parte da frente da casa com churrasqueira) (E13, 48 anos, 2023).

Eu até tenho o fogão_a_lenha. Não vou usar mais não. Agora só fogão_a_gás. Quintal tem um quintal muito grande. mas eu fico muito mesmo é no meu Tiktok. Eu gosto muito daquele Tiktok precisa nem falar, né? Precisa nem falar que eu gosto. Toda notícia boa comigo mesmo. É, no Tiktok. É, Tiktok. é bom demais (E3, 75 anos, 2023).

O uso do quintal, da mesma forma que o fogão a lenha, está sendo progressivamente substituído nas moradias. Embora essa prática social busque reconstruir antigos modos de vida e promover o contato com a natureza, sua permanência tem sido mais efetiva nas residências dos adultos mais velhos e idosos, que tentam preservar as memórias do passado. Em contraste, os jovens e jovens adultos que talvez não tenham vivido tanto tempo na Soberbo Velho absorvem mais facilmente as condições de vida urbana. Muitos entrevistados relataram que buscar lenha na área ambiental do distrito pode ser visto como uma infração ao código florestal. As fotos a seguir ilustram como o uso do quintal para cultivo de subsistência ainda é um hábito presente (Figura 22).

Figura 22 – Área externa das “casas periurbanas”, Nova Soberbo, 2023



Fonte: Dados de campo (2023).

As imagens revelam o valor que os entrevistados atribuem ao meio ambiente, transformando seus quintais em áreas verdes, em contraste com a abordagem da empresa que busca explorá-lo. É importante entender que “o valor das apropriações está expresso nos fatores de personalização que os indivíduos ou os grupos injetam em seus locais de existência para se defenderem dos efeitos desestabilizadores dos ambientes em que se encontram” (Fischer, 1994, p. 183). Ao analisar esses aspectos, verifica-se que, em curto prazo, houve uma tentativa de manter os modos de vida rural. No entanto, no longo prazo, as moradias passaram a adotar o modelo de arquitetura e decoração das casas urbanas. A manutenção de moradias urbanas com pequenos jardins privativos reflete uma manifestação significativa do controle humano sobre o espaço residencial, evidenciando a transição do rural para o urbano que não abandona completamente as raízes campestres. Essa prática, que permite a recriação de atividades

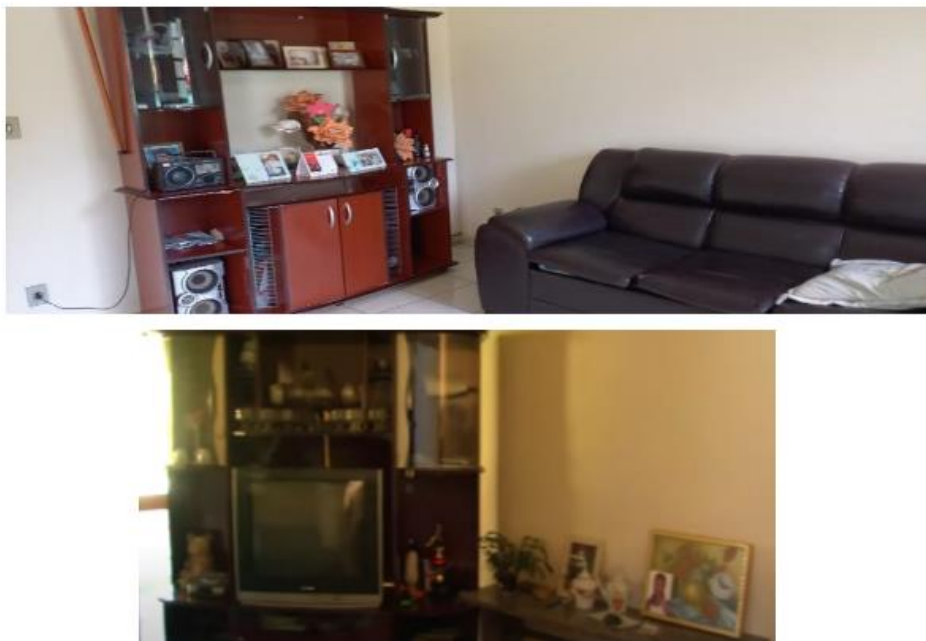
tipicamente rurais como a horta e a jardinagem, também representa uma microconfiguração das táticas que, segundo Certau (1998), representam nas práticas cotidianas como mil maneiras de se refazer (Certeau, 1998). As imagens analisadas mostram que essa manutenção não decorre apenas de uma preferência por esse tipo de habitat, mas também de uma insistência em manter os modos de morar ou, ainda, de uma resistência à incapacidade de experienciar seu oposto.

Esse fenômeno ressalta a forma como os indivíduos utilizam o espaço privado para afirmar controle e autonomia, rejeitando as imposições de um ambiente urbano que, muitas vezes, limita a expressão de práticas tradicionais e a conexão com a natureza. Assim, a persistência dos pequenos jardins, observados especialmente nas residências urbanas dos adultos mais velhos e dos idosos, não apenas facilita a continuidade de um estilo de vida mais conectado ao ambiente rural, como também atua como um ato de resistência contra a homogeneização urbana e a perda de identidade pessoal e cultural.

As famílias de moradores mais velhos e idosos continuam mantendo alguns dos aspectos tradicionais ligados à moradia do antigo lugar, principalmente no que diz respeito aos utensílios domésticos e adornos. Isso é ilustrado na Figura 23, na qual se destaca a permanência de características associadas às formas de morar mais tradicionais como adornos, flores de plástico confeccionadas artesanalmente, retratos de família e imagens religiosas. Essa manutenção de elementos culturais do lar anterior é consistente com os achados de Guimarães, Pinto e Fiúza (2013), que estudaram a influência da urbanização no campo e suas consequências para as condições de moradia das famílias rurais em Araponga, MG. Essas autoras argumentam que o processo de apropriação da nova casa frequentemente incorpora itens da antiga residência, facilitando a transição e ajudando a manter a continuidade cultural em novos contextos urbanos.

As influências da nova realidade estão sempre presentes. Quando questionados sobre o que ainda se mantém da vida na antiga Soberbo, em termos de móveis e objetos, quase todos os entrevistados responderam quase nada. No processo de transição do ambiente rural para o urbano, a dinâmica de poder se manifestou claramente na forma como os residentes da Velha Soberbo lidaram com suas posses durante o deslocamento para o reassentamento. A maioria dos entrevistados relatou ter abandonado quase todos os móveis e objetos do antigo lar, refletindo as influências da nova realidade urbana que impôs suas condições e redefiniu prioridades. Apenas alguns itens, como camas e objetos de quarto, foram retidos por poucos moradores, destacando-se uma descontinuidade significativa com o passado e com os móveis da família.

Figura 23 – Características dos interiores das casas, Nova Soberbo, 2023



Fonte: Dados da pesquisadora, 2023.

A decisão de abandonar os móveis antigos não foi apenas uma questão de preferência estética ou de adequação ao novo ambiente, mas também foi fortemente influenciada pela compensação financeira fornecida pela empresa a partir de um vale-móveis no valor de R\$2.000,00. Esse incentivo financeiro, embora útil, também simboliza uma imposição de cima para baixo, dirigindo as escolhas dos reassentados à vida nova que se apresentava e facilitando a ruptura com suas antigas vidas.

Nas falas dos entrevistados a seguir, é possível observar que, em função do deslocamento e das dificuldades no momento da mudança associadas, por exemplo, ao transporte e aos carregadores, muitos moradores se mudaram sem levar todos os seus pertences. Pareceu-nos que a saída da Velha Soberbo se deu de forma gradativa para algumas famílias que passaram a ocupar a casa no novo distrito sem, contudo, levar todos os seus pertences. Entretanto, devido à ação policial que aconteceu sem aviso prévio, várias máquinas adentraram São Sebastião do Soberbo destruindo as casas e tudo que dentro delas havia.

Esse ato de destruição não apenas eliminou fisicamente o legado da antiga Soberbo, como também estabeleceu uma reconfiguração traumática do ambiente de vida desses indivíduos, realçando a dinâmica de poder que impera entre o estado, as empresas multinacionais que propuseram o reassentamento e os indivíduos deslocados. Essa ação unilateral ressalta a vulnerabilidade dos moradores diante das decisões de poder econômico e

da dificuldade de manter suas identidades e heranças territoriais em face da modernização e urbanização forçadas.

Não trouxe nada do Soberbo Velho não. Do Soberbo Velho meus móveis não tem mais nada porque meus móveis lá era muito simplesinho, tinha um sofá que está lá na casa do meu pai, que foi do meu sogro, o pai quis, aí depois que pai e mais mãe morrer, eu vou pegar ele, que meu marido vai reformar ele, e eu tinha umas cama de sucupira velha, tinha uma geladeira velha e com o dinheiro da Renova que eu ganhei, que eu trabalhei e eu comprei uma geladeira nova que você vai ver minha geladeira, meus móveis (E2, 48 anos, 2023).

Ah, do consórcio, aquela época da mudança, também eu ganhei, mas só que o que eu ganhei era pouco. Eu ganhei nós não ganhamos bendizer dinheiro nenhum. Trouxe a nossa casa pra cá. Permutou nossa casa pra cá, né? E Greusa foi e me deu mais três mil reais. Três mil naquela época de dinheiro e me deu. Mas com esses três mil eu não comprei nada pra aqui não. Eu guardei ele. Já trabalhava, né? Depois eu fui mudando os móveis, fui dando os móveis pros outros, né. A casa aqui é bonita, não ia ficar com os móveis velho né, eu vou falar a verdade né? (E12, 65 anos, 2023).

Nos trouxe algumas coisas do Soberbo Velho, mas tudo coisa vieja que não valia mais nada. Mas agora tô botando móveis tudo novo, a Vale na época do consórcio comprou pra nós dois mil reais de móveis, quando nós mudamos pra cá Novo Soberbo. O resto dos moveis agora a gente tá comprando, os moveis que tá faltando (E3, 75 anos, 2023).

Do Soberbo Velho hoje nós só tem só foto mesmo. Porque quando nós viemos pra cá, eles deram o vale móveis né. Então os que a gente tinha foi se acabando, até mesmo o que comprou aqui no vale móveis também já não tem mais. Porque o dinheiro não deu pra você comprar aquelas coisas boa, né. Foi mais geladeira, mesa, então hoje nem o fogão eu tenho aqui mais (E13, 48 anos, 2023).

Pelos relatos orais, observa-se que a mudança na morfologia e nos poucos bens móveis que as famílias puderam trazer revelam o fato de as pessoas deslocadas estarem recriando a si mesmas, por meio dos objetos materiais e da casa habitável. O papel da casa enquanto moradia implica contornos de poder e de agência que estão intimamente relacionados à dialética, às pessoas e às coisas. Miller (2013) argumenta que a aceitação das casas como mal-assombradas demonstra que a casa exerce influência sobre as pessoas, mesmo que estejam mortas. Aplicando isso à nossa realidade empírica, a aceitação de uma casa nova e moderna também se dá pela possibilidade ou impossibilidade de decorá-la com aspectos da modernidade, como armários embutidos, máquinas de lavar e fogões a gás. Assim, ao mesmo tempo que a casa é agência, que tem poder sobre a pessoa que ali reside, a casa pode também oprimir. “Coisas fazem coisas conosco e não apenas coisas que gostaríamos que fizessem” (Miller, 2013, p. 141).

Para Simmel (1983), o que não podemos assimilar nos oprime, seja no ambiente rural ou urbano, no novo ou antigo. Ele afirma que “um lugar onde tentamos nos relacionar com muitas coisas, sem estabelecer nenhum vínculo substancial com nenhuma delas, pode nos tornar indiferentes ao mundo e a nós mesmos” (Miller, 2013, p. 95). Assim, o reassentamento planejado vive diariamente o impacto da frequente construção e reconstrução de seus espaços,

bem como dos sentidos e significados que devem ser atribuídos a eles, visto que o passado submerso não poderá ser recuperado. Esse passado permanece apenas na memória e identidade daqueles que mantiveram suas raízes no local original.

Embora inicialmente a nova casa tenha sido vista como uma possibilidade de um futuro promissor, os futuros moradores não conseguiram perceber todos os significados que aquele novo mundo representaria. A nova moradia impunha um conjunto de valores e significados distintos daqueles experimentados em São Sebastião do Soberbo, marcando uma ruptura com suas tradições e práticas anteriores. Daniel Miller, em sua análise sobre como descobrir os valores objetificados em habitações, critica a falta de engajamento com os futuros moradores no processo de planejamento e elaboração de espaços, assim como foi em Nova Soberbo. Ele sugere que, para verdadeiramente entender e incorporar os valores dos moradores em projetos habitacionais, é essencial "perguntar às pessoas, examinar a lógica que guiará suas vidas e entender a forma e a ordem subjacente que se manifestará no ambiente construído" (Miller, 2013, p. 127). Esse tipo de abordagem centrada no usuário poderia ter ajudado a alinhar as expectativas dos moradores com as realidades de suas novas habitações, promovendo uma transição mais harmoniosa e significativa, embora em alguns momentos das negociações, conforme apresentado no capítulo 4 desta tese, os moradores possam ter aspirado à modernidade tal como foi apresentada. Entender profundamente seus valores e necessidades teria permitido incorporar esses desejos de maneira mais efetiva e sensível ao contexto de suas vidas anteriores e futuras.

Enfim, essa abordagem revelou como os residentes utilizam suas casas não apenas como espaços de moradia, mas como arenas para a expressão de *habitus* e a prática de táticas de resistência. Ao personalizar a casa urbana e adaptar suas novas moradias em “casas rurbanas”, os moradores estão, de forma ousada, mantendo modos de vida que são significativos para eles, desafiando, assim, as expectativas urbanas impostas. Mais do que isso, essas adaptações e personalizações podem ser vistas como atos de rebeldia, uma forma de os moradores comunicarem as limitações e falhas das estruturas urbanas em acomodar suas necessidades e identidades. Portanto, a casa se transforma em um espaço de afirmação da identidade e resistência cultural, em que os moradores expressam sua incapacidade ou relutância em se conformar completamente os ideais urbanos prescritos, preservando, assim, uma conexão vital com seu passado e seus valores tradicionais.

Como visto, portanto, a construção da UHE de Candonga resultou na imposição de um novo lugar de moradia, com novas casas. Com o deslocamento compulsório dos moradores da comunidade rural de São Sebastião do Soberbo, as famílias foram reassentadas em um distrito

periurbano, construído especificamente para essa finalidade, que recebeu o nome de Nova Soberbo. A tecitura da nova história dos reassentados em Nova Soberbo revelou uma diversidade de tempos, mesclando elementos do passado e expectativas para o futuro, o velho e o novo, o rural e o urbano, a lembrança do que foi vivido presente no que se vive atualmente. A casa como espaço vivido, com a mobília, o estilo de construção, os cômodos, a decoração, revela quem a habita. A casa no reassentamento materializa as novas aspirações e projetos de vida dos moradores. Mesmo tendo sido recebida pronta, a casa vai absorver as mudanças sociais e culturais em curso, revelando a dialética do movimento entre a pessoa e a produção do espaço. A casa, portanto, permite a compreensão do *habitus domiciliar*, por meio das práticas incorporadas na vida cotidiana.

6 DA MODIFICAÇÃO DO *HABITUS* ÀS TÁTICAS COTIDIANAS DO HABITAR: AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DO REASSENTAMENTO E DA CASA RURBANA E SEUS ESTILOS DE VIDA

Neste capítulo, analisa-se a condição habitacional, que não se detém apenas na estrutura física da casa, mas se estende às dinâmicas sociais e ideológicas em que ela está imersa. Essa perspectiva nos permite entender como as transformações impostas no exterior da casa impactam o *habitus* dos moradores – modificações nos padrões profundamente enraizados de pensar, sentir e agir – e são influenciadas pelo contexto social mais amplo. Essas transformações são cruciais para a análise do cotidiano e das táticas e estratégias dos sujeitos ordinários na apropriação do espaço social e dos estilos de vida que emergem em resposta aos padrões impostos pelo ambiente residencial. O ato de habitar, segundo Carvalho, Paula e Pereira (2016), vai além de compreender a habitação simplesmente como um recinto físico, cuja função principal é fornecer proteção. As células vivas são apenas uma parte do espaço vital e devem ser entendidas como tudo o que representa a vida humana, incluindo serviços e instalações urbanas, transporte, localização, estilo de vida e representação social. Dentro desse quadro, as táticas empregadas pelos moradores para negociar, adaptar e, por vezes, resistir às lógicas do ambiente urbano são essenciais para a compreensão da reconfiguração do *habitus*. Tais táticas representam formas criativas e subversivas mediante as quais os indivíduos procuram manter a continuidade de seus estilos de vida prévios ou adaptá-los de maneira a preservar aspectos de sua identidade cultural e social perante as novas exigências e estruturas.

Por meio desse entendimento, visa-se justificar como a modificação do *habitus* leva ao desenvolvimento de táticas de apropriação que refletem tanto nas continuidades quanto nas rupturas da vivência e na concepção do espaço habitacional e social. Aqui, esta análise se dedica ao estudo da transformação da casa urbana em casa rurbana, a partir do processo de reassentamento dos sujeitos rurais, considerado um processo revelador no que diz respeito às referências, modelos e práticas sociais que interferem nos *habitus* e condicionam os modos de vida dessa população. O objetivo é compreender, por meio do reassentamento, a discussão sobre os ideais habitacionais enquanto quesito importante na construção da realidade contemporânea, visto que se parte da hipótese de que a casa assume uma dimensão particularmente significativa, refletindo a complexidade das interações entre os indivíduos e seus ambientes que se revelam em uma dinâmica essencial a partir da qual se molda e é moldada pelas experiências do antigo lugar – o rural, o deslocamento e o reassentamento urbano.

6.1 Entre a casa vernacular e o morar contemporâneo: as transmutações do habitar

Considerando o contínuo processo de transformação urbana que atravessa a estrutura da sociedade contemporânea, a casa se revela como um espelho duradouro dessas mudanças. Ela reflete não apenas os desejos individuais, mas, principalmente, as representações do imaginário coletivo e individual sobre o futuro idealizado e a ser alcançado. Conforme Gonçalves (2014, p. 86), “a qualidade do espaço e da habitação humana está ligada ao conceito de civilidade, urbanidade, direito à habitação e, ao mesmo tempo, ao compromisso com o coletivo”. Essa concepção não é exclusiva da era atual, embora se manifeste com novos contornos e intensidade variável, tendo suas raízes em concepções passadas. Nesse contexto, a maneira de entender as constantes transformações da casa em resposta às mudanças da sociedade é observar o crescente papel da tecnologia nas práticas habitacionais. A integração de tecnologias cria ambientes cada vez mais autônomos e eficientes, refletindo a modernidade e desenvolvimento contemporâneos. Hoje, a casa não é apenas um abrigo, mas um ideal de eficiência e praticidade no lar, desejado por muitas pessoas.

Nessa perspectiva, a ideia da casa como uma “máquina para morar”, proposta por Le Corbusier (2003), se destaca como marco conceptual importante. Essa visão antecipa a fusão entre espaço doméstico e os processos de modernidade e desenvolvimento, vivenciados pela sociedade capitalista. A visão desse autor não apenas antecipou uma nova forma de entender e construir o espaço habitacional, mas também destacou a busca incessante por uma habitação que transcendesse sua função primordial de abrigo. Ele almejava a otimização das tarefas diárias, por meio da incorporação de avanços tecnológicos. Essa visão se alinha aos ideais de funcionalidade e racionalização do espaço, característicos da modernidade, e nos desafia a refletir como essas aspirações se remodelam e persistem no imaginário contemporâneo, manifestando-se em diferentes campos sociais, tanto urbanos quanto rurais.

No contexto rural, essas mudanças são particularmente impactantes, uma vez que a modernização capitalista reconfigura as formas tradicionais de vida. O espaço habitacional rural, antes dedicado a uma multiplicidade de funções – como armazenamento de produção, processamento agrícola e convivência familiar –, passa a ser reestruturado sob a influência da racionalidade moderna. O avanço tecnológico e a mecanização do campo reorganizam o cotidiano, alterando o papel central que a casa desempenha nesse ambiente. Ao mesmo tempo, a lógica do capital transforma as relações sociais e culturais dessas comunidades, provocando a adaptação às novas exigências do mercado e aos padrões urbanos de eficiência. Assim, a casa

rural representa a sede da fazenda e é importante elemento da organização rural, refletindo a hierarquia social na disposição do espaço (Carvalho; Paula; Pereira, 2016).

Anileiro (2017) descreve que a função da casa rural, ainda que vernacular, é caracterizada pelos complexos vitais que satisfazem as necessidades de subsistência e fornecem solução habitacional, servindo à atividade agrossilvipastoril, que historicamente passa por significativas adaptações à medida que as práticas de autossuficiência foram substituídas ou complementadas por novas dinâmicas econômicas e sociais. Candido (2001), ao descrever a vida do caipira, ressalta como os saberes e práticas tradicionais que foram transmitidos ao longo das gerações agora estão em processo de redefinição, uma vez que novos interesses econômicos se impõem no cotidiano dessas populações.

Necessidades novas, que criam ou intensificam os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-a estreitamente ao ritmo da economia geral, da região (em contraste com a economia particular, centralizada na vida do bairro e baseada na subsistência) (Candido, 2001, p. 207).

Ao considerar a evolução do conceito de casa e da habitação rural ao longo do tempo, torna-se imperativo reconhecer as implicações dessas transformações, tanto nos aspectos físicos quanto funcionais dos espaços habitacionais. Esse processo envolve um diálogo constante entre passado e presente, entre a herança histórica tradicional e as possibilidades atuais de sua realização. Entretanto, conforme apontam Carvalho, Paula e Pereira (2016), no Brasil são poucos os estudos que abordam a arquitetura civil doméstica no contexto rural e, conseqüentemente, sobre os hábitos de morar no campo.

Refletindo sobre o tema, Rodrigues (2017) aponta que, a partir de meados do Século XX, os modos de morar no campo são influenciados, de forma crescente, pelo processo de aproximação entre o campo e a cidade. Contudo, no início dos anos 2000, o processo de interiorização da indústria e a diversificação das atividades econômicas no campo têm acelerado a transformação das práticas cotidianas das famílias que vivem em sociedades rurais. Pode-se dizer que a incorporação desses elementos urbanos no ambiente rural não apenas altera as condições materiais e culturais de existência dessas populações, mas também reconfigura significativamente seus modos de vida, padrões de moradia, gerenciamento do tempo destinado às atividades cotidianas e as oportunidades de lazer disponíveis. Essa interseção entre o urbano e o rural, caracterizada pelo acesso e adoção de bens e serviços antes exclusivos das áreas urbanas, redefine o conceito de moradia, influenciando diretamente a qualidade de vida e as estruturas de convivência desses indivíduos.

O debate sobre o rural e o urbano revela uma realidade cada vez mais complexa e interconectada, em que as definições tradicionais são constantemente desafiadas e redefinidas. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais flexível e abrangente na literatura científica para capturar a essência das transformações sociais contemporâneas. Estabelecer critérios rígidos para diferenciar esses espaços pode ser impraticável e obscurecer as ricas dinâmicas que caracterizam as interações entre o rural e o urbano na modernidade.

Na literatura científica, podemos encontrar vários critérios para delimitar o urbano e o rural, desde aqueles que se remetem a uma análise ocupacional do espaço, ligado ao patamar demográfico de uma região (Endlich, 2010; Diniz, 1996). Outros, como propõe Rambaud (1973), focam a difusão de meios, atitudes e comportamentos originados na cidade. Esses meios, atitudes e comportamentos formam o modo de vida do qual os rurais buscam se aproximar, devido às facilidades para aquisição de renda e às maiores possibilidades de emprego, em comparação com o ambiente rural.

Segundo Rambaud (1973, p. 2), a influência do urbano sob o rural pode ser compreendida como a “invenção de um modo de vida em vias de se tornar universal e de realizar a unidade do homem social”, no qual tanto moradores urbanos quanto rurais desempenham papéis ativos nesse processo. Tal dinâmica não apenas evidencia a diluição das fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre o urbano e o rural, mas também aponta para a emergência de novas configurações sociais, nas quais as distinções entre esses dois espaços se tornam cada vez mais fluidas e permeáveis. A maior proximidade entre a cultura urbana e a rural revela um processo de aculturação, em que os moradores do campo e da cidade adquirem características culturais uns dos outros. Isso implica mudanças, geralmente influenciadas pelos elementos dominantes.

Canclini (1998) aborda um conceito semelhante, mas distinto, ao sugerir o termo “cultura híbrida” para descrever o fenômeno. Ele considera que essa cultura híbrida é criada tanto pela reorganização do público e do privado (casa) quanto pela desterritorialização dos processos simbólicos que permeiam as sociedades. A partir disso, surgem novos “processos socioculturais, nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinariam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 1998, p. 18). O autor destaca a hibridização como uma característica fundamental da modernidade e da globalização, em que as culturas não são diluídas ou, simplesmente, amalgamadas sob uma cultura dominante, mas reconfiguradas em novos formatos que refletem uma variedade de influências interativas.

O periurbano nesta tese implica áreas onde as características e processos urbanos e rurais se encontram, entrelaçam e interagem, geralmente em espaços entre a cidade e o campo. Nessa conceituação, periurbano refere-se "não apenas à periferia da cidade, mas a um contexto em que características rurais e urbanas tendem a coexistir, em termos ambientais, socioeconômicos e institucionais" (Allen; Dávila; Hofmann, 2006, p. 20-21). No campo, essas mudanças se tornaram mais pronunciadas na década de 1970 à medida que a agricultura se modernizava. Isso levou a mudanças na base tecnológica da produção agrícola no Brasil, e novos investimentos tecnológicos foram feitos para modernizar o setor agrícola (Rodrigues, 2017). Os estudos desses teóricos ajudam a compreender melhor as influências urbanas sobre o rural, sugerindo que essas interações são complexas, multifacetadas e reciprocamente constitutivas. Eles desafiam categorizações simples e apontam para uma realidade cada vez mais integrada, em que as identidades e modos de vida estão se tornando cada vez mais contínuos.

Como modos de vida, entendem-se as práticas cotidianas, recursos disponíveis, formas de trabalho, relações sociais, culturais e econômicas que caracterizam a existência de indivíduos e grupos em contextos sociais semelhantes (Braga; Fiúza; Pinto, 2015). Se considerar os modos de vida rural, essas práticas estão intimamente ligadas a estratégias de sobrevivência que incluem a relação com a terra, a produção agrícola e a transmissão de tradições que definem o cotidiano e a identidade dos indivíduos nesses espaços. Essas características criam forte interdependência entre o trabalho, a terra e a comunidade local. Em contrapartida, os modos de vida urbanos apresentam particularidades que se manifestam por meio de maior mobilidade espacial, a centralidade das atividades econômicas no mercado formal e as relações sociais mais individualizadas e setorializadas, que refletem a fragmentação típica das grandes cidades. Assim, tanto o contexto rural quanto o urbano delineiam formas distintas de organização do cotidiano, produção de identidade e inserção nas redes sociais e econômicas.

Embora os modos de vida no contexto rural possam ser entendidos como parte do *habitus* de um indivíduo ou grupo, eles não são completamente sinônimos. Os modos de vida são manifestações mais visíveis e imediatas das condições de existência em determinado contexto, incluindo práticas cotidianas e materiais. O *habitus*, em contraste, opera em um nível mais profundo e abstrato, influenciando nessas práticas de maneira menos evidente, mas fundamental, moldando as predisposições e percepções dos sujeitos. Estes não apenas delineiam as possibilidades materiais e as limitações enfrentadas pelos indivíduos rurais, mas também moldam as maneiras pelas quais eles respondem e se adaptam às transformações induzidas pela modernidade, reveladas no seu estilo de vida. Essas adaptações são evidentes, por exemplo, na forma como as tradições são mantidas ou alteradas, na aceitação ou resistência

a novos tipos de emprego e na renegociação das identidades diante das mudanças econômicas e culturais.

O conceito de estilo de vida enfatiza a escolha e a expressão individual dentro de determinados limites coletivos, socioeconômicos e culturais, refletindo tanto as disposições pessoais quanto as influências sociais de um grupo específico em detrimento de outro (Bourdieu, 2007). Estilos de vida são indicativos de identidades, pertencimentos sociais e posições dentro de estruturas de poder e classes sociais. Para Bourdieu (2007), os estilos de vida são “produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas dos *habitus*, se tornam sistemas sociais socialmente qualificados” (Bourdieu, 2007, p. 164), geradores de distinções.

O estilo de vida, uma vez alterado por esses novos hábitos constituintes do distrito, agora urbano, passa por um processo de reestruturação que afeta não apenas as condições materiais de existência, mas também a organização social e cultural das comunidades rurais. Assim, o padrão de moradia, com o tempo investido nas atividades diárias e práticas sociais e de lazer, não apenas reflete essas mudanças, mas também serve como indicador da crescente fusão entre os modos de vida rural e urbano. Isso sugere uma rearticulação das identidades locais em resposta aos fluxos globais de cultura e tecnologia, que se manifestam na adoção de um estilo de vida. O estilo de vida, portanto, possui valor histórico e distintivo da sociedade (Bourdieu, 2011).

Braga, Fiúza e Pinto (2015), com o objetivo de verificar as diferenças nos padrões de consumo entre a população que vive no campo e a que reside na cidade, fundamentaram seu estudo nos autores que discutem a “Cultura Urbana”, como Wirth, Lefebvre, Rambaud, Candido e outros. Eles criaram um enquadramento de tipos ideais emergentes dessas realidades, considerando uma ferramenta importante para compreender a realidade apresentada nesta tese. Quando interconectados, esses tipos ideais formam um híbrido que mistura elementos do rural no urbano e vice-versa.

Dessa forma, para a análise do cotidiano dos sujeitos reassentados em Nova Soberbo, será utilizado o Quadro 8, dos tipos ideais de modos de vida rural e urbano apresentados por Braga, Fiúza e Pinto (2015). Esse quadro ajudará a caracterizar como as identidades urbanas e rurais diferem entre si, reconhecendo que o modo de vida urbano tende a ser associado a uma maior racionalidade, independência e modernidade, enquanto o rural está ancorado em uma relação mais íntima com a natureza, no senso de coletividade e na preservação das tradições. No caso de Nova Soberbo, abordaremos o urbanismo como um estilo de vida, conforme sugerido por Bourdieu (2007), o qual molda profundamente a identidade dos indivíduos,

diferenciando-os, ainda que de maneira inconsciente, do modo de vida rural. A particularidade do reassentamento reside no fato de que, apesar de estarem inseridos em um ambiente urbano, muitos dos reassentados ainda carregam consigo um *habitus* rural, o qual continua a definir suas práticas cotidianas, revelando um vínculo persistente com seu antigo estilo de vida. Assim, a análise do cotidiano em Nova Soberbo será marcada pela tensão entre essas duas formas de habitar e experienciar o mundo.

Quadro 8 – Tipos ideais relativos aos modos de vida rural e urbano

Modos de vida	Modo de vida rural	Modo de vida urbano
Visão social de mundo	Voltado para o tempo passado e presente	Voltado para o planejamento do tempo futuro
Padrões de consumo		
Alimentação	Autoconsumo	Consumo externo
Vestuário	Dispêndio restrito ao vestuário habitual	Dispêndio frequente com vestuário habitual
Lazer	Gastos restritos	Gastos frequentes
Modos de morar		
Móveis	Predomínio de móveis artesanais e, ou, rústicos	Predomínio de móveis modulares industrializados
Artefatos domésticos	Artesanais	Industrializados
Estrutura produtiva		
Tipo de trabalho	Predomínio de famílias exclusivamente agrícolas	Predomínio de famílias pluriativas
Vínculo com a terra	Central	Periférico
Escolaridade	Acesso limitado à educação escolar	Não há limitações

Fonte: Braga, Fiúza e Pinto (2015).

6.2 O *habitus* do morar periurbano

Pierre Bourdieu, em sua obra **A Distinção** (2007), desdobra os conceitos de *habitus* e estilos de vida como componentes fundamentais na maneira pela qual os indivíduos percebem e interagem com o mundo social. O *habitus*, entendido como sistemas de esquemas geradores, molda as práticas e preferências dos indivíduos, operando tanto na produção quanto na percepção das formas sociais. Esses esquemas são adquiridos por meio da socialização e experiências passadas e funcionam quase que inconscientemente para gerar ações que são simultaneamente estruturadas e estruturantes. Os estilos de vida, por sua vez, representam a

materialização desses esquemas em práticas cotidianas, gostos e escolhas que, simultaneamente, distinguem e são distintos entre diferentes grupos sociais.

Ao aplicar essas noções à realidade dos sujeitos rurais reassentados em áreas periurbanas, observa-se que o reassentamento força esses sujeitos a se adaptarem a um espaço novo e fundamentalmente diferente. Esses processos desafiam e potencialmente transformam o seu *habitus* rural, além de questionar o esquema de tipos ideias de modos de vida rural e urbano proposto por Braga, Fiúza e Pinto (2015). Isso porque esses sujeitos trazem consigo esquemas de percepção e apreciação formados em um contexto rural, os quais são marcados por relações específicas com a terra, práticas agrícolas e certa autonomia e ritmo de vida. Ao se mudarem para um ambiente periurbano, os reassentados enfrentam uma nova lógica espacial e social que pode não se alinhar aos esquemas preexistentes.

As mudanças estruturais nas casas e nos equipamentos urbanos reveladas com o reassentamento, como ruas asfaltadas, grades de segurança e casas modernas, afetaram as relações de vizinhança e alteraram a organização espacial. A transformação do rural para o urbano resulta no remodelamento de toda uma lógica de vida, evidenciada pelas profundas mudanças que ocorrem quando famílias que, por gerações, viveram em áreas rurais e são deslocadas para reassentamentos urbanos. Esse processo de urbanização forçada não é apenas uma mudança de localização, mas uma transformação fundamental na maneira como essas famílias interagem entre si, com a comunidade mais ampla e com o ambiente.

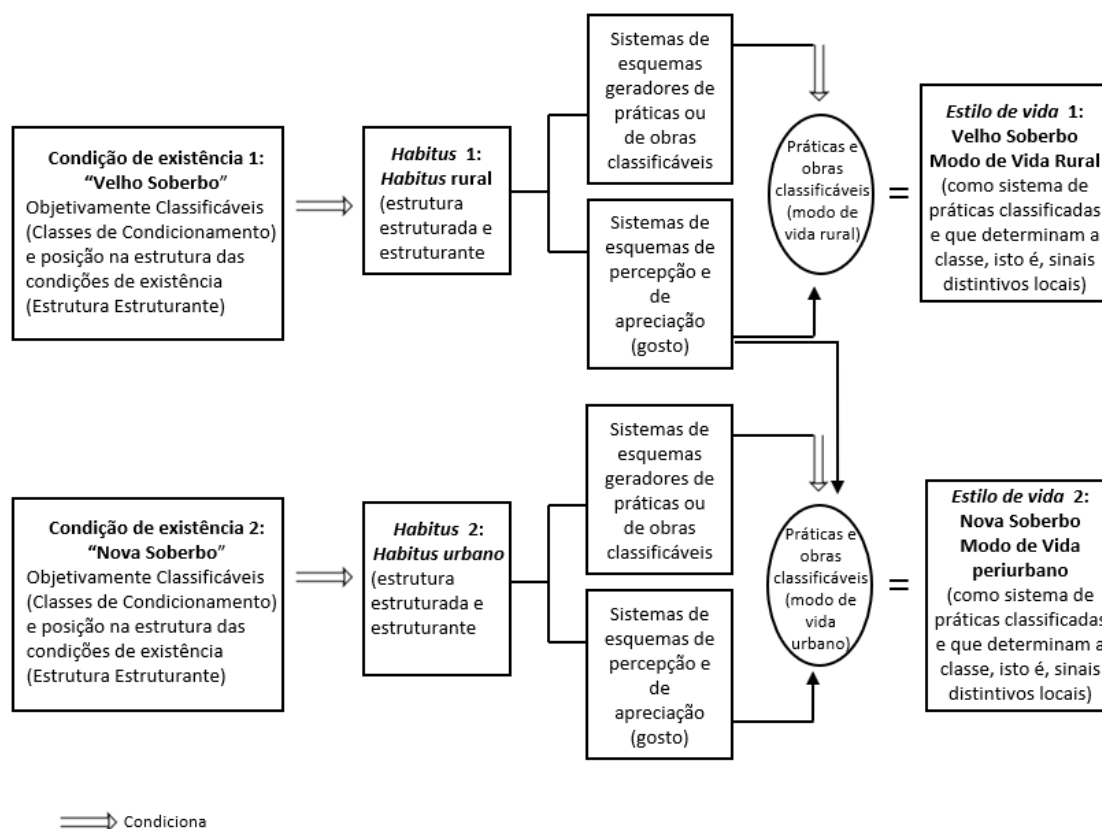
Ao mesmo tempo, essas transformações geram conflitos decorrentes de situações como desemprego, problemas estruturais nas casas, condições inadequadas de água e esgoto, além de questões relacionadas à indenização pela desapropriação das terras. Os conflitos existentes e, principalmente, a incerteza quanto à indenização pelo segundo impacto vivido são fatores que afetam a qualidade de vida no espaço urbano. Assim, o sentimento de pertencimento dos reassentados em Nova Soberbo, assim como sua identificação com o espaço urbano, tende a diminuir gradativamente devido à impossibilidade de manter tanto os modos de vidas rurais quanto urbanos vividos nas últimas duas décadas. As dificuldades em preservar o modo de vida rural e em se adaptar ao modo de vida urbano impactam negativamente o processo de apropriação do lugar.

Ao analisar as relações de sociabilidades, observa-se que, com o passar dos anos e o restabelecimento do contato social entre os moradores, a organização e realização de festas locais, as relações de reciprocidade, a gestão dos custos de vida, as condições de emprego, a satisfação com a casa e a vida no reassentamento e a ausência de intenção de mobilidade local ou regional são condições fundamentais para retomar os níveis de pertencimento local.

Nesse sentido, considerando essas condições mencionadas, o sentimento de pertencimento dos reassentados em Nova Soberbo poderia aumentar se sua identificação com o espaço urbano se manifestasse pela adaptação aos modos de vida impostos pela nova realidade. Todavia, o desafio para os reassentados é reconciliar seu *habitus rural* com as exigências e estruturas de um espaço urbano planejado para um estilo de vida citadino. Esse processo pode ser visto como a negociação entre as práticas rurais e as práticas urbanas. No contexto rural, o espaço pode ser entendido como um recurso para a produção agrícola e social, enquanto no urbano o espaço pode assumir novos significados ligados ao consumo de serviços diversificados, lazer e habitação, enquanto espaço individual. Já no contexto periurbano observado, verificou-se a adaptação das moradias com modelos híbridos de urbanização e ruralização, compondo novos hábitos de consumo. Um exemplo disso são as tecnologias de informação e comunicação e os novos arranjos na estrutura produtiva, como nichos específicos de geração de renda, os quartos para aluguel.

Assim, os estilos de vida que emergem nesse novo contexto são moldados por uma tentativa de adaptação ao espaço periurbano enquanto ainda se mantêm elementos do rural. Isso se evidencia na implantação de hortas e pomares nos quintais urbanos como uma forma de manter a ligação com as práticas agrícolas. Evidencia-se também na transformação de práticas sociais rurais para se adequarem às novas realidades urbanas, como a substituição do fogão a gás pela área de churrasqueira; ou nos mercados locais, substituindo as tradicionais trocas de produtos, conforme observado nos depoimentos apresentados no Capítulo 4. A Figura 24 fornece uma representação visual do modelo de Bourdieu (2007) sobre como o *habitus* e as condições de existência interagem para gerar práticas e estilos de vida específicos. Utilizando esse modelo, podemos analisar a transição dos rurais de “Velho Soberbo” para a “Nova Soberbo”, dentro do contexto de reassentamento periurbano. A Figura 24 também propõe uma adaptação ao conceito de Certeau (1998) sobre como as táticas cotidianas emergem inventivamente, com o objetivo de escapar da ordem dominante imposta pelo espaço social da mercantilização.

Figura 24 – Modelo esquemático do *habitus* para compreensão do processo de reassentamento em Nova Soberbo



Fonte: Elaboração da autora, a partir de Bourdieu (2007).

A Figura 24 fornece uma visão dos dados coletados, mostrando as “condições de existência 1” na Velha Soberbo e os “*habitus* 1”, que correspondem ao espaço social rural, onde as práticas e estilos de vida são gerados por um sistema de esquemas que inclui a percepção e apreciação (gosto) pelo mundo rural. Essas práticas, conforme propuseram Braga, Fiúza e Pinto (2015), são representadas no Quadro 8 e visualizadas na Figura 24, conectadas ao estilo de vida 1, caracterizado pelas típicas características rurais da vida na “Velha Soberbo”. Em contraste, as “condições de existência 2” na Nova Soberbo e os “*habitus* 2” refletem a nova realidade urbana, que surge trazendo consigo muitos aspectos da vida que existia na Velha Soberbo. Aqui, um novo sistema de esquemas geradores de práticas faz-se necessário, refletindo a mudança nos valores, necessidades e oportunidades que se constituem no espaço social. Esse novo *habitus* pode gerar práticas que inicialmente podem parecer deslocadas ou reconfiguradas das antigas práticas rurais, agora adaptadas ao contexto urbano. O estilo de vida 2 pode

incorporar elementos tanto urbanos quanto rurais, refletindo uma síntese ou uma tensão entre os dois estilos de vida, aqui caracterizados como rurbanos.¹⁴

A mudança de *habitus* e a adaptação de estilos de vida não são apenas indicativos de estratégias de sobrevivência. Na interpretação de Certeau (1998), mesmo os “sujeitos ordinários mais fracos” operam sob condições de poder e suas táticas emergem desses processos, revelando-se em “mil maneiras de fazer”. Esses atos de resistência ou de transformação da realidade atuam na afirmação identitária desses sujeitos. Os reassentados usam esses atos para negociar sua posição dentro de uma nova estrutura social, transformando seus estilos de vida e práticas cotidianas ou afirmando sua identidade cultural. Isso ocorre em face de processos que, de outra forma, os levariam a se adaptação às demandas presentes, reconfigurando sua identidade. Os estilos de vida, portanto, não apenas categorizam indivíduos dentro das estruturas sociais preexistentes, como "mais urbanizados", ou "ainda rurais", mas também são meios pelos quais os reassentados expressam suas identidades e aspirações, com os *habitus* e táticas agindo ativamente na reconfiguração social e espacial. Isso se evidencia a partir dos recursos disponíveis, navegando e negociando suas posições dentro do novo contexto social.

6.3 A dinâmica habitacional do reassentamento de Nova Soberbo

O reassentamento de Nova Soberbo propôs a realização do homem moderno que, ao "habitar" o espaço social, se revelaria apto à vida urbana individualizada e acelerada, abandonando aqueles sujeitos imersos no mundo da natureza e no tempo. Do mesmo modo, ao “habitar” a casa, ele revelaria os anseios de uma vida moderna e prática, tão almejada em comparação à vida rural. Contudo, muito dessa realidade se apresenta no que se consegue manter da vida na Velha Soberbo em contraposição ao que precisa ser reconfigurado na Nova Soberbo. A apresentação do distrito como um todo, suas disposições, moradias e tipologias evidenciam um padrão que foi proposto para a construção das casas e lógica de funcionamento do distrito, agora citadino. Na Figura 25, é possível observar a lógica habitacional homogeneizante, que foi pensada e planejada para o distrito.

¹⁴O emprego do conceito de rurbarano se apoia aqui na definição de Freyre (1982), que entende o rurbarano como a conjugação entre os modos de vida rural e urbano.

Mapa da Comunidade do Soberbo

LEGENDA

- Área Construída = 91,73
- Área Construída = 68,4
- Área Construída = 60,27
- Área Construída = 157,22
- Área Construída = 120,79
- Não possuem informação da área construída

0 75 150 m

Fonte: Google Satellite
Datum: SIRGAS 2000
Projeção: UTM 23S
Data: Abril/2024

Fonte: Elaboração pela autora (2024).

A partir da configuração habitacional do distrito, foi possível identificar tipologias de moradias. Esse tipo de arquitetura é valorizado para dela extrair lições, nomeadamente nas questões relacionadas com os processos de adaptação. Isso porque elas foram geradas por pessoas comuns e revelam muito conhecimento baseado na experiência e no “saber-fazer”, que foi passado de geração em geração, denotando forte capacidade identitária e profundas raízes históricas (Anileiro, 2017). As análises aqui tiveram o intuito de esclarecer a diferenciação entre os moradores que se agruparam em lotes do mesmo tamanho, diferenciando-se apenas no tamanho da casa construída. Se na Velha Soberbo a estrutura espacial possibilitava a diferenciação de classe entre os “ricos” – aqueles que possuíam as maiores propriedades, eram proprietários do comércio local, ou ocupavam cargos políticos, como o de vereador, conforme identificado na fala dos entrevistados –; e os mais “pobres”, aqueles que viviam de terras arrendadas, pagavam aluguéis ou, como relatado a seguir, mães solteiras que moravam na casa de seus pais:

Pra quem não tinha nada, ganhou muita coisa. Agora quem tinha as coisa perdeu muito. Eu tinha um terreno de 71 metros só de largura e hoje eu tenho esse de 360 metros. Hoje pensa bem, a casa minha num coube nem as mudança né, e ainda na época me pago só 10 mil nas minhas terra. Fez a gente de palhaço (E16, 83 anos, 2023).

Lá no Velho Soberbo, morava eu, minha esposa e minha filha solteira. Hoje moramos em quatro porque minha filha é mãe solteira e minha neta que hoje tem 18 anos. Minha filha também ganhou uma casa do consórcio ali na rua de cima, que está alugada, e nois ficamos com essa aqui embaixo do mesmo tamanho. Isso porque lá no Soberbo Velho eu morava de aluguel. Então pra mim foi muito bom (E3, 75 anos, 2023).

Tem gente que num tinha nada, as vezes nunca ia te condição de construir uma casa dessa, aí. Aí num reconhece e ainda recrama. Mas, pra quem já tinha, tomo muito prejuízo. Não foi muito prejuízo assim não, mas num ficou satisfeito, porque tem gente que fico muito mió. Eu fui um que fiquei com isso aí ó (mostrou a casa). As mãe solteira, pra elas foi bom, agora eu já tinha casa e a minha casas foi a mais pequena, porque na época eu não sabia conversa. Pra que tinha saiu pió (E5, 78 anos, 2023).

Nesse contexto, observa-se que a implantação do reassentamento no pós-ocupação e mecanismos de conformismo e resistência da população são evidenciados em complexas redes de relações sociais. A diferenciação é um dos primeiros mecanismos de distinção social. Embora os lotes habitacionais tenham uma área aproximada de 360 metros quadrados, conforme o parcelamento dos terrenos destacados no mapa, a disposição espacial das residências é notavelmente influenciada pela configuração dos terrenos, que geralmente orientam as casas de forma longitudinal. A área construída das residências varia entre 60 e 158 metros quadrados, sendo as maiores áreas atribuídas às residências dos moradores que possuíam os maiores lotes em Velha Soberbo. Essa diferenciação está relacionada ao fato de que famílias em diferentes contextos geracionais e numerosas, que viviam em uma mesma casa no local

anterior, receberam mais de uma unidade habitacional, desmembrando, assim, os vínculos familiares desses moradores, conforme reforça a Entrevistada E15 (41 anos, 2023):

Aqui tem muito mais casa que no Velho Soberbo, mais do que o tanto de gente que morava no lá e quem tinha casa grande, ganhou uma casa grande. Agora, quem não tinha nenhuma, por exemplo, minha sogra morava comigo ela ganhou uma casa e quando ela faleceu a casa ficou livre, o filho dela mais velho depois vendeu a casa e dividiu com os irmãos. Quem pagava aluguel ganhou casa, as mães solteiras tudo ganhou casa. Dois quartos, uma sala, cozinha e banheiro. Bonitinha como essa casa. Bonitinha né? Mas Novo Soberbo aqui ficou muito bonito, ficou muito bom (E15, 41 anos, 2023).

Ao analisar a condição habitacional das moradias, observou-se que os cômodos destinados à área de serviço ficam voltados para os fundos, enquanto aqueles para uso social ou íntimo são posicionados na frente do lote. Embora isso não se aplique a todas as casas, tal disposição gerou, por muito tempo, descontentamento e exigências do Consórcio Candonga, como mostrado mais na frente. Já os espaços nos fundos dos lotes abrigam os quintais e, geralmente, são utilizados para o cultivo de hortas, atividades de lazer e armazenamento de utensílios. Tais espaços, quando comparados com os dos antigos quintais, são tidos como pequenos. A maior parte das casas mantém afastamentos laterais. Contudo, em algumas situações, as construções se expandem até as divisas do lote, o que, muitas vezes, acontece por sugestão dos pedreiros, com o objetivo de maximizar a área útil disponível.

Em relação às características construtivas, notou-se que 100% das casas foram propostas para serem térreas, com telhados em águas ou embutidos e garagens, características que se repetem por toda a extensão do distrito. Contudo, em função da tipologia do terreno, algumas casas tiveram que ser construídas acima do nível da rua, exigindo degraus na entrada, bem como a colocação de rampa na área das garagens. Somente em algumas situações se observou que algumas casas foram construídas abaixo do nível da rua, exigindo reparos ainda na fase de construção, tal como destacado nas falas dos entrevistados E5 e E16, com idades de 81 e 63 anos, respectivamente:

Isso aqui, que eles fizeram essa casa, 1,20m de altura, para baixo aqui, para baixo da altura da rua. Então, eu disse para o engenheiro, como é que vocês, como é que a gente vai descer com um carro aqui? Como é que vai entrar com um carro aqui dentro? E aí tiveram de derrubar essas casa tudo, daqui pra frente, e fazer de novo, com as coluna, com as viga. Mas só na vinda nossa aqui que viro isso. As casa tudo subida abaixo da rua e nenhum engenheiro viu! Agora, hoje, a casa tem viga agora, aguenta até outra em cima, mas naquela época não tinha era nada (E5, 81 anos, 2023).

Eles que fizeram errado de botar carro, caminhão para carregar terra, essas casas para frente, inclusive para trás aqui, você podia pular lá para cima da casa, aquela casa da ponta, aquela que está ali, era azul, agora acho que não é azul, então daqui para cá, você podia pular por cima do telhado, eles tirou, fez o aterro, está lá, agora aqui ficou bem socadinho, bem bonitinho, ficou socadinho, para frente aí também, mas antes você podia pular em cima das casas. E quando a gente teve aqui na obra, **a gente falou que não gostou e aí foi outra briga** (E16, 63 anos, 2023).

No documento do acordo de Candonga, publicado no ano 2014, fica evidente que grande parte da insatisfação com o reassentamento se deveu às disparidades na estrutura da casa, uma pendência que até aquele ano ainda não havia sido resolvida. O mesmo documento obriga o consórcio a executar obras de adequação das cozinhas nos imóveis, em função das queixas dos moradores em relação ao seu posicionamento, pois ficaram na parte da frente viradas para a rua. O documento também obriga a aquisição e instalação de equipamento solar em todos os imóveis. Apesar disso, tais reparos só foram realizados em passado recente, revelando os anos de luta e de espera com relação à insatisfação dos reassentados quanto às moradias, conforme relata a entrevistada E4 (37 anos, 2023):

Porque o consórcio um tempo atrás eles reformaram as casas, as trincas, pintaram as casas, sabe? Há uns 10 anos atrás eu acho, eles fizeram um CEPAT na nas casas. Mas eh aqui, olha pra você ver, é **bonitinha, né?** (E4, 37 anos, 2023).

Portanto, muitas vezes, as negociações e as reivindicações levaram anos para serem resolvidas, refletindo a falta de participação dos moradores no planejamento habitacional, que impôs um estilo de vida e moradia urbanos. Nos trechos das entrevistas a seguir, diversos pontos de divergência apresentados no documento do acordo de Candonga são destacados e sinalizados:

E tem muitas coisas aqui também que o consórcio candonga deixou de fazer, porque eles pegaram e assentaram o povo aqui, mas **muita coisa ficou sem fazer** (E17, 39 anos, 2023).

Por isso nessa época do Consórcio, **nós juntamos na comunidade aqui e brigamos** por causa disso porque a primeira coisa que eles tinham dado é o fogão de lenha com serpentina, mas aí depois veio e falou que não podia ficar tirando lenha na mata mais. Aí por isso eles colocaram isso aqui, ó, aquecedor solar pra nós, aí em todas as casas têm (E12, 45 anos, 2023)

Na realidade a gente já sabia disso desde o primeiro tijolo que a cozinha estava no local indesejado, eu lembro, eu tenho fotos da visita que a gente veio que no início eles permitiam vir ver a casa. Então assim, desde o primeiro tijolo eu já falei “a cozinha tá virada pra rua”, só que eles não mudaram, eles continuaram com a cozinha, então assim, a gente viu desde o início, **a gente reclamou desde o início**. Ai depois de pronto teve de mudar (E9, 25 anos, 2007).

Esses registros mostram quanto os aspectos materiais e arquitetônicos impactam a expectativa dos reassentados em relação às novas casas. Segundo Vidal e Musset (2011), o período de espera envolve vários sentimentos, como o da imobilidade e incapacidade de resolução, de um lado; e, de outro, a esperança de uma vida que virá. Essa espera envolve a vida deixada para trás, submersa nas águas da UHE e irrecuperável, os referenciais simbólicos e espaciais perdidos e o futuro moldado pelas projeções da conquista da nova casa.

O que se percebe é que as condições de habitabilidade da casa ao chegarem frequentemente apresentam falta de funcionalidades, evidenciando fragilidades em oferecer boas condições para as famílias viverem. Essas inadequações demandaram uma série de melhorias e adequações para acomodar e atender às necessidades das famílias (Almeida, 2015). Contudo, o sofrimento àquela época que perdura até hoje, quase duas décadas após o reassentamento, ainda levanta como questão social a modernização imposta pelos novos modos de viver e morar. De forma invasiva, abrupta, violenta e pouco participativa, os atingidos viram a casa no distrito de Nova Soberbo ser construída e a antiga casa ser destruída. Ao recontarem suas histórias, percebe-se que os sentimentos envolvidos muitas vezes se tornam cada vez mais invisíveis. Para Martins (1993, p. 63), isso enfatiza uma profunda negligência ou invisibilidade social e institucional em relação a determinados grupos ou indivíduos.

As análises de Martins ainda são atuais para a compreensão das expressões emergidas nos depoimentos dos reassentados de Nova Soberbo. Na afirmação da entrevistada E11 (52 anos, 2023), “é como se a gente não existisse ou, mesmo que vivo e existino, não tivéssemos direito ao reconhecimento das nossas vontades”. Essa declaração crítica destaca uma condição de marginalização e desumanização, em que os direitos fundamentais e a dignidade dos reassentados são sistematicamente ignorados ou negados. Isso ocorre em relação a quem perpetua e detém o poder, violando os direitos humanos das pessoas reassentadas, conforme o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2018), que instituiu princípios e diretrizes de forma a orientar os procedimentos de reassentamento. Nesse contexto, observa-se que as expectativas prometidas e “um mundo de possibilidades” emergidos a partir da mudança de vida e de trabalho para o novo distrito não se efetivaram. Os relatos realizados em 2007 já prenunciavam a realidade que estava por vir e que se acentuou com o rompimento da barragem do Fundão: comparações, expectativas de futuro e de ganhos, promessas não cumpridas, além de muita incerteza e dúvida local. Em 2007, o relato oral de E2, 28 anos, já denunciava as divergências nas negociações:

As pessoas que vieram pra cá, eu vou ser sincera, elas vieram com uma expectativa diferente do que ia realmente acontecer, Primeiro, o dinheiro, e aí começou a cada um assim, os que conseguia alguma coisa e que hoje (2007) infelizmente já, de repente, nem tem nada mais, começaram a olhar pro próprio umbigo, esqueceram os verdadeiros valores, que nós tínhamos antes e não temos mais (os valores que ela se refere é a solidariedade, as trocas e relações de vizinhança). Por que pra você ter ideiam quando você leva uma vida simples e as pessoas te oferecem, R\$1.000,00 (mil reais) e você tá acostumado a viver com R\$200,00 (duzentos reais), os mil **reais parece uma fortuna, então você começa a viver em função daquele dinheiro que você tem e esquece: ah, poxa! Vou gastar um tempo com isso não, não to ganhando nada. Você perde esses valores e começa a dar prioridade a outras coisas!** (E2, 28 anos, 2007).

O relato dessa entrevistada ilustra a complexidade dos processos de reassentamento, que não apenas reconfiguram o espaço físico, mas também transformam profundamente as estruturas sociais e culturais das comunidades afetadas. Isso aponta para uma erosão dos valores comunitários, como a solidariedade e as relações de vizinhança, que são substituídos por uma orientação mais individualista. O lapso temporal e o contínuo deslocamento se refletem na vida das famílias e na perda dos vínculos vicinais e familiares. Esse aspecto pode ser analisado à luz da teoria de Bourdieu (2007) sobre o capital social. Esse autor enfatiza como os laços sociais e a reciprocidade funcionam como recursos que as pessoas mobilizam para garantir benefícios mútuos. A maneira como as negociações foram realizadas – de forma individualizada e diferenciada entre os moradores, a mudança para um ambiente mais urbanizado e individualizado e a quebra da expectativa com relação ao futuro imaginado – sugere uma diminuição desse capital social, manifestado nas relações mais transacionais e cada vez menos pessoais.

Em relação às unidades habitacionais, a problemática do reassentamento de Nova Soberbo é um exemplo emblemático sobre como o *design* e a concepção dos espaços habitacionais não emergem das necessidades, práticas, ou dos ideais dos residentes deslocados. Em vez disso, eles refletem uma imposição dos valores e interesses de agentes dominantes; neste caso, os empreendedores do projeto. Assim, o processo de planejamento e construção, desconsiderando o *habitus* dos futuros moradores, exemplifica uma forma de objetificação que vai além da materialidade física, como a casa construída e concebida, impactando diretamente a identidade e o modo de vida das pessoas afetadas pelo reassentamento.

Essas reflexões nos aproximam das análises de Certeau (1998) sobre a capacidade de resistência e transgressão em face das estruturas dominantes de poder da cidade. Retomando o termo cidade, o autor discorre sobre a dinâmica de poder, nomeada por ele como a “cidade-conceito”. A partir dessa expressão, esse autor sugere uma abordagem teórica que enxerga a cidade sob uma ótica dominada por uma linguagem de poder que é panóptica, isto é, uma visão onisciente e abrangente que busca monitorar e controlar tudo dentro de seu alcance. A referência ao panóptico remete à ideia de Foucault (2010) sobre a vigilância constante como uma forma de exercício de poder que disciplina os sujeitos, fazendo-os conformar-se às normas estabelecidas sem a necessidade de uma coerção física direta.

No entanto, Certeau (1998) adverte contra a simplificação de acreditar que essas estruturas de poder visíveis e dominantes na “cidade-conceito” são os únicos locais de exercício de poder. Ele argumenta que, ao contrário dessa visão, a cidade é um espaço muito mais complexo e menos regulamentado do que as narrativas dominantes sugerem. Nas suas palavras,

a cidade vai além de ser apenas um “campo de programação e operações regulamentadas” (p. 175). Em vez de ser um espaço onde tudo é rigorosamente planejado e controlado, a cidade também se apresenta como um palco de “artimanhas e combinações de poderes” (p. 176), que são difíceis de identificar e categorizar. Esses jogos de poder são descritos como possuindo “nenhuma identidade legível” e se proliferam por trás dos discursos que buscam ideologizar a cidade, ou seja, aqueles que tentam impor uma visão unificada e homogeneizante da urbanidade.

Nesse contexto, Certeau (1998) propõe observar o processo de produção do espaço, a organização da vida cotidiana e a disposição das necessidades a partir das astúcias dos seus moradores e dos diferentes alinhamentos espaciais. Os relacionamentos dos sujeitos reassentados com o espaço, entre si, e as rotas daqueles que transitam e interagem revelam alterações diárias, transformando o local em palco de negociações, tensões, apreciações e ações. O cotidiano da vida no espaço social dá sentido e significado para além da ordem proposta e imposta.

Antes do deslocamento, os sujeitos reassentados viviam em habitações próprias e vernaculares, geralmente herdadas pelas gerações anteriores e que se encontravam desgastadas com o tempo e com o pouco recurso financeiro para manutenção e reformas. Após o deslocamento para Nova Soberbo, as funções materiais e sociais do espaço social e da casa adquirem novos significados, devido à sua nova configuração. A casa passa a ser vista essencialmente como um abrigo e um local de segurança individual, deixando de lado suas funções econômicas e sociais do passado. Isso impacta diretamente a experiência entre o emocional e o material, assim como a vivência social e o imaginário dos reassentados.

Apreende-se que as casas não são espaços estanques e fixos, mas reflexos de uma esfera privada e impactada pelo seu exterior. Nesse contexto, a casa revela o espaço de realizações, de aconchego e de projeção de vida dos sujeitos. É dentro da casa que as pessoas se desnudam, se mostram, se tomam evidentes no mais profundo da sua intimidade. É nesse espaço que se aliviam da representação de papéis sociais que a sociedade espera que se assumam para, então, se vestir de outros papéis, mais próximos da individualidade, menos sujeitos aos controles externos. A casa, portanto, como símbolo, pode representar uma série de particularidades referentes ao indivíduo (Almeida, 2015).

Assim, ainda que haja reclamações em relação a alguns aspectos do reassentamento e das casas como sinalizado no acordo Candonga de 2014 e retratado nas falas dos entrevistados, a grande maioria tende a ressaltar seus pontos positivos, visto que “a outra casa lá era feia, não vô fala que era bonita, era casa feia” (E12, 65 anos, 2023). Ainda: “no Soberbo velho eu vô te

contá, muitas pessoa tinha casa boa lá, mais lá não era bom pra morá, não. Lá a vida era complicada, não tinha água, tudo era no rio. O lugar era feio demais, né, lá era muito ruim, muito feio” (E12, 45 anos, 2007). Percebe-se que a aparência física do novo local, frequentemente enaltecida em comparação com o passado, sofre alterações diárias no cotidiano. À medida que a vida se refaz e os modos de vida são reproduzidos, os moradores reafirmam a necessidade de impor-se às normas vigentes, preservando, consciente ou inconscientemente, uma forma de viver que não desejam ou não conseguem abandonar.

O passado e o futuro não podem ser separados do presente, mas é a atenção, composta de mil gestos, afetos e expressões, que possibilita a recriação e a expectativa de vivência. Na perspectiva de Certeau (1998), isso se manifesta no caminhar da vida cotidiana. Comparado com a realidade desta tese, o caminhar se manifesta de mil formas, divergindo da proposta local. Por exemplo, no caso dos espaços públicos do reassentamento, os locais de convivência foram projetados para refletir a vivência passada, com a praça servindo como ponto de encontro próximo ao distrito comercial, local de compras e destino comum para todos os moradores. Contudo, conforme observado no capítulo anterior, os moradores adotaram outros espaços de sociabilidade, excluindo aqueles planejados. Na realidade cotidiana dos reassentados da Nova Soberbo, os espaços de sociabilidade e de convivência são as frentes das casas, onde as pessoas se encontram e conversam. A praça, devido à sua localização e configuração espacial, não reflete o mesmo sentido social que possuía na Velha Soberbo.

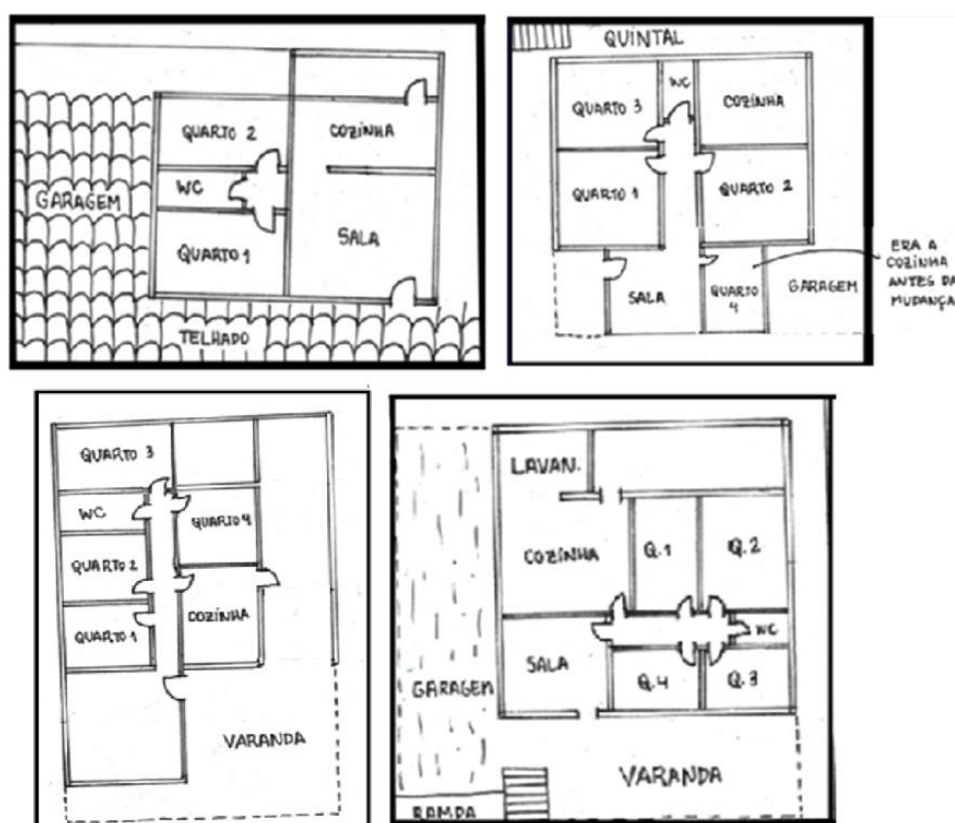
As mudanças estruturais do reassentamento refletem-se nas condutas dos indivíduos e na maneira como interagem entre si. Essas mudanças estão associadas tanto às dificuldades causadas pelo aumento da mobilidade decorrente da tipologia e configuração setorizada do local, que distanciou os espaços, quanto à maior facilidade de ir e vir a outros lugares, internos e externos. Nesse sentido, diversificam as relações e os papéis sociais desempenhados, indicando uma característica da urbanização, como evidencia Wirth (1979).

6.4 Tipologias das casas periurbanas do distrito de Nova Soberbo

As casas destinadas ao reassentamento seguem padrões arquitetônicos de casas térreas, sendo todas bastante semelhantes: possuem entre 60 e 157 m² de área útil, variando na tipologia pela quantidade de quartos que a casa possui: casa 1 (2 quartos, sala, cozinha e banheiro), casa 2 (3 quartos, sala, cozinha e banheiro), casa 3 (4 quartos, cozinha, banheiro, dispensa e varanda) e casa 4 (4 quartos, sala, cozinha e banheiro). Outras duas tipologias são encontradas no reassentamento, porém não foi possível visitá-las. Segundo relato dos moradores, essas

tipologias se destacam pela quantidade de quartos, apresentando em sua configuração quatro quartos, com ou sem a presença de um cômodo para a copa e dois banheiros. A Figura 26, elaborada a partir da observação e das visitas domiciliares, teve por objetivo retratar a planta recebida e planejada pelo consórcio, duas décadas após a construção. As (re)configurações habitacionais realizadas pelos moradores evidenciam como os moradores adaptaram seus *habitus* de morar. Isso ajuda a compreender a produção do espaço, a organização da vida cotidiana e a disposição das suas necessidades, nos termos de Certeau (1998).

Figura 26 – Planta-baixa das unidades habitacionais, Nova Soberbo (sem escala)



Fonte: Elaboração da autora (2024).

Projetadas com base em diferentes tipologias, as casas incorporam vários conceitos arquitetônicos da modernidade relacionados ao que se conceitua como projeto de habitação social, segundo Marques Pereira (2008, 2015). Essas são unidades habitacionais unifamiliares de tipologias fixas, isoladas umas das outras, de dois a quatro quartos, com a seguinte repartição doméstica: área de recepção, área íntima e de serviços. A casa a partir dessa configuração passa a ser definida como uma unidade física onde as pessoas têm endereço fixo e passam parte do seu tempo. Isso ocorre especialmente à noite, quando não estão trabalhando, o que revela uma coerência com a visão moderna de sociedade e de mercado. Essa configuração reflete uma

coerência com a lógica moderna de organização social e econômica, priorizando a eficiência e a funcionalidade, encapsulando o indivíduo dentro de uma estrutura mínima que favorece a regulamentação de seu tempo e movimentos, em consonância com as demandas do mercado de trabalho e da urbanização (Marques Pereira, 2008). Quanto à distribuição setorial, uma descrição simplificada das casas indica que elas possuem entradas frontais que chegam à sala. Essa porta faz parte de um pequeno *hall* de entrada, geralmente posicionado para a rua. As casas que não possuem o *hall* de entrada têm a garagem na parte da frente, que serve igualmente para distanciá-las da rua. Quando a entrada não acontece pela porta da frente, ao fundo da moradia tem-se a porta da cozinha. A maior parte possui um corredor lateral que confere passagem entre o muro de divisa e as paredes das casas.

Em relação à construção, incluindo materiais e técnicas construtivas, as edificações estudadas apresentam um estilo de alvenaria, com muros ou grades de segurança pintados em cores diferenciadas, que caracterizam as casas localizadas no distrito. As janelas das casas menores são sempre de metal, enquanto as janelas de madeira, no estilo colonial e consideradas um “luxo” pelos moradores, são utilizadas nas casas maiores.

Observações e relatos indicam que a adaptação das casas com características mais urbanas revela, mesmo que inconscientemente, um modelo-padrão vigente. Isso inclui a construção de varandas ao redor e, ou, nos fundos da casa, a transformação dessas varandas em áreas *gourmet*¹⁵, com a churrasqueira e espaços de lazer, instalação de câmeras de segurança, calçadas com paisagismo, portões eletrônicos e uma organização material mais limpa e moderna.¹⁶ Entretanto, as casas com características mais rurais se destacam por jardins de crescimento mais natural, decoração e organização material mais acumuladas e dispersas, além da presença de itens como fogão a lenha e materiais de trabalho rural armazenados no quintal.

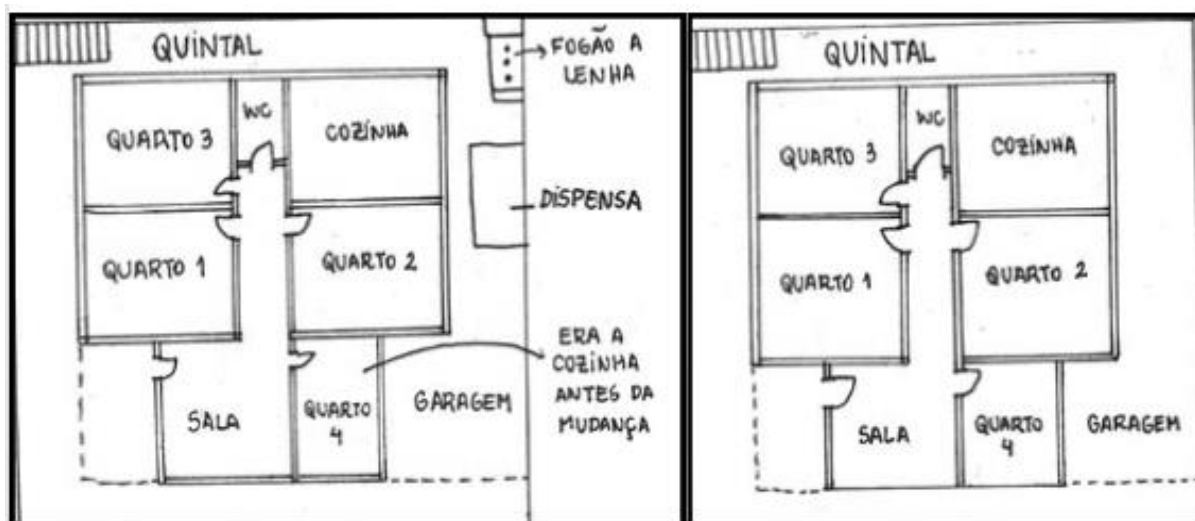
Embora as casas planejadas e as casas periurbanas investigadas apresentem características comuns entre si, sobretudo no seu exterior, elas apresentam também maior diversidade em termos de plantas e alterações no pós-ocupação (Feijó, 2015). A maneira como o espaço da casa é estruturada e as modificações feitas pelos moradores são essenciais para o processo de apropriação e para a compreensão das práticas cotidianas. O depoimento da

¹⁵ Na morada brasileira, o espaço gourmet passou a ocupar o setor social a partir da década de 2010, que coincide com um *boom* imobiliário nacional e com uma legislação mais permissiva ao acréscimo de varandas. O espaço *gourmet* tem a função de preparo de alimentos a partir da demonstração de um capital social promovido pela espetacularização do cozinhar, num contexto de lazer e recebimento social.

¹⁶ Nas últimas décadas, muito se falou em uma filosofia minimalista que surgiu como uma forma de oposição ao modernismo e seus exageros. Esse estilo arquitetônico tem como foco as necessidades humanas, espaços desobstruídos e uma paleta de cores neutras, buscando criar ambientes que sejam mais “clean”, ou seja, mais limpo, claro, iluminado, básico.

entrevistada E9 (46 anos) destaca a ampliação e a reforma realizada pelo marido, indicando a importância da personalização do espaço enquanto um local de lazer, com a implementação da churrasqueira, unindo parte do quintal à varanda interligada à cozinha. Para Certeau (1998), as práticas espaciais cotidianas dos indivíduos contribuem para a criação de significados. Os reassentados não apenas ocupam fisicamente a casa, mas, também, a reconfiguram refletindo as suas identidades e necessidades, transformando-a em uma extensão de si mesmos. Algumas modificações da casa apresentada aos reassentados mostraram a sua resistência em descaracterizar as referências da funcionalidade presente nas casas rurais. Assim, eles propuseram o aumento da área de serviços, da varanda e da cozinha, que passou a se estender até o quintal. Na tipologia original, a cozinha ficava ao lado da sala, o que levou as famílias a exigirem a mudança junto ao Consórcio: “Que absurdo, onde já se viu cozinha na frente da casa?”, indagou a entrevistada E16, de 83 anos. Com a reforma, a cozinha foi recolocada nos fundos da moradia, enquanto o quarto foi reposicionado próximo à sala, conforme mostrado na Figura 27.

Figura 27 – Planta-baixa alterada após a ocupação, Nova Soberbo, MG (sem escala)



Fonte: Elaboração da autora (2024).

A imagem à esquerda mostra a casa com a cozinha originalmente posicionada na frente, antes de a mudança solicitada pelos moradores ao consórcio Candonga ser executada. A reforma transformou a cozinha que estava de frente para a entrada, em um pequeno quarto, integrando-o à parte íntima da casa. Embora não se saiba exatamente como a alteração foi planejada ou quem supervisionou a reforma, o resultado foi um pequeno quarto, capaz de acomodar apenas uma cama de solteiro, o que compromete a abertura da porta do cômodo. Essa condição levanta

questões sobre as intenções do consórcio ao realizar um serviço com esse resultado. Em geral, as cozinhas têm passado por reformas por vários motivos, principalmente por terem sido construídas na parte da frente, o que afeta a sua funcionalidade, e, em alguns casos, com outras modificações (Feijó, 2015).

Analizando as plantas das casas apresentadas sob as lentes dos conceitos de “Casa” e “Cotidiano” de Heidegger (2002) e Certeau (1998), é possível compreender como a arquitetura e a disposição espacial refletem e moldam as experiências diárias dos moradores, bem como suas relações com o espaço habitado. As plantas dessas casas mostram uma distribuição funcional moderna dos espaços que visa não só atender às necessidades básicas, mas também potencializar a vivência e o sentimento de pertencimento ao lugar. A separação clara entre espaços íntimos (quartos), sociais (sala) e serviços (cozinha e lavanderia) pode ser vista como uma materialização do pensamento de Heidegger sobre o espaço que serve ao propósito de habitar autenticamente, permitindo que os reassentados estabeleçam um sentido de “lar”, essencial à existência. Em geral, observa-se nas casas periurbanas e urbanas a existência da mesma relação frente e fundo na distribuição dos cômodos, as quais apresentam os setores social, íntimo e de serviço, respectivamente, na frente, no miolo e no fundo das residências, não importando que a orientação tenha sua implantação, como destaca Feijó (2015).

Segundo Marques Pereira (2008), este *layout* reflete um *design* influenciado por princípios da arquitetura moderna, que busca maximizar a eficiência do espaço e promover uma vivência organizada, características valorizadas nas teorias urbanísticas contemporâneas. Aqui entra o conceito de universalidade, discutido por essa mesma autora, o qual tem como pressuposto a formação de um Homem Novo Moderno enquanto tipo ideal reproduzível. Contudo, conforme descrito por Marques Pereira (2008), a vivência no espaço revela que a produção material humana materializa algumas intenções que dão alguma força às culturas técnicas daqueles que estão envolvidos no processo. Esse conceito se torna evidente ao considerarmos como os reassentados adaptam características do rural no contexto urbano, usando o espaço doméstico para preservar práticas e relações que eram centrais em seus antigos modos de vida.

A autora também enfatiza que toda produção material humana, como a arquitetura doméstica, materializa as intenções de uma cultura material que reforça a expressão material do sistema de valores e normas de uma sociedade específica. Ao examinarmos essa produção, podemos identificar um sistema espacial doméstico, que é uma combinação de ambientes distintos ou compartimentos designados para atender à prática de diferentes atividades domésticas. Esses arranjos não apenas respondem às necessidades práticas, materiais,

normativas e funcionais, mas também refletem como os sujeitos reinterpretam e se adaptam ao novo ambiente urbano, mantendo os laços com suas origens e transformando a casa urbana em uma casa rurbana.

O espaço de moradia, ao ser projetado pelo consórcio, reflete as normas e valores da sociedade, suas regras e projeções, mas a ocupação desse espaço pelos reassentados rurais, frequentemente, desafia e expande essas normativas. Por exemplo, o uso e, ou, a presença do fogão de lenha, a manutenção de quintais para cultivo e a incorporação de áreas para atividades relacionadas à manutenção de pequenos animais são práticas que refletem uma continuidade das suas raízes rurais. Essa reconfiguração do espaço não apenas atende a uma funcionalidade prática, mas também comunica valores e identidades, reafirmando a cultura material enquanto um pilar na construção da vida diária dos indivíduos. A capacidade de resistência e permanência de valores tradicionais é maior, muitas vezes, do que se imagina (Teixeira, 2015). A capacidade do sujeito em adaptar o espaço também é revelada na forma como este imprime o seu poder. A Figura 28 mostra uma casa com menor área construída, de 60,28 m², onde o morador a transformou em uma casa de dois andares, aumentando o número de quartos e criando ambientes na unidade doméstica.

A reforma da casa térrea para uma estrutura duplex pode ser vista como uma manifestação de poder e agência, elementos que Freyre (1982) aborda ao examinar como as moradias no Brasil encapsulam as relações de poder dentro de sua estrutura social e cultural. Nessa obra, Freyre (1982) destaca que as configurações residenciais não são apenas espaços físicos, mas refletem a dinâmica social e as hierarquias presentes na sociedade brasileira. Ao transformar uma casa térrea em duplex, o proprietário não somente otimiza o uso do espaço, como também altera sua posição e identidade social, reconfigurando percepções de *status*. Essa ação de reconfiguração do espaço pessoal ressoa com as ideias de Miller (2013), que em suas discussões sobre a cultura material propõe que as alterações no ambiente construído expressam a agência do indivíduo sobre o objeto, além de moldar as identidades sociais e pessoais dos indivíduos. Assim, ao modificar sua casa, o morador não apenas altera um objeto físico, mas engaja ativamente com as estruturas de poder e identidade, exercendo sua agência de maneira visível e material.

Figura 28 – Planta-baixa da unidade habitacional com dois pavimentos, Distrito de Nova Soberbo, 2023



Fonte: Elaboração da autora (2024).

Para esse autor, os objetos e espaços que as pessoas escolhem e modificam são manifestações tangíveis de suas identidades pessoais e culturais, uma afirmação visível de autonomia e uma reivindicação de *status* dentro do reassentamento urbano. A casa reformada apresenta como uma declaração material da capacidade do indivíduo de transcender as condições originais impostas pelo reassentamento. Isso reflete uma interação dinâmica entre o indivíduo e seu ambiente, em que a agência pessoal remodela continuamente o espaço para refletir e atender às suas necessidades e aspirações. Esse conceito é particularmente relevante no contexto do reassentamento, ilustrando como as modificações no espaço habitacional podem ser utilizadas para negociar e reafirmar a posição social em um novo contexto urbano.

A tradição e a mudança na forma habitacional podem ser vistas como uma forma de resistência e afirmação de identidade, em que o morador, ao reformar e expandir sua residência, desafia a padronagem homogeneizadora estabelecida no reassentamento e articula uma nova narrativa pessoal e familiar, conforme pode ser apresentado pela fala da moradora adiante. Esse novo pavimento, portanto, transcende a funcionalidade ao se tornar um símbolo de ascensão e autodeterminação, refletindo uma reivindicação do indivíduo sobre seu lugar tanto na comunidade quanto na estrutura social mais ampla.

Olha, essa casa é boa demais. Nesses anos a gente melhora né. Ficou um casão danado. Meu marido gosta de casa grande, mas aí os outros já começou a falar que já tava melhor, que ta bonita, aí os outros falou que eu que fui indenizado, que eu tenho o AFE que eu tinha dinheiro, porque eu tinha condição. É igual a minha família, a minha família acha que a gente..., a gente junta dinheiro pra investir na nossa casa, mas aí minha família acha que só por isso a gente tem condição, que somos melhor do que os outros... por isso que eu não gosto é de fica pro meio da rua, porque esse AFE já deu muita confusão. Tem muita gente inimiga aqui hoje (E15, 41 anos, 2023).

Pela fala, constata-se que a casa periurbana resume bem os resultados gerais encontrados nesta pesquisa. O estudo comparativo tanto dos usos quanto das características físicas das habitações estudadas, principalmente quando colocados num amplo contexto sociocultural, atestou sinais tanto da permanência da tradição, aqui associada ao mundo rural e às pequenas cidades do interior de Minas Gerais, quanto da mudança, típica de um ambiente mais urbano (Teixeira, 2015). Assim, as disposições duradouras, as práticas cotidianas e as predisposições culturais que caracterizam os *habitus* do grupo ou a comunidade evidenciam a incompatibilidade entre o *design* das novas habitações e ressalta a desconsideração no caráter físico das dimensões sociais, culturais e emocionais inerentes à transformação da moradia à noção de lar e de morar do trabalhador.

A crítica reside na ideia de que as casas no reassentamento de Nova Soberbo foram projetadas não para acomodar a vida e os valores daqueles que nelas habitariam, mas para materializar uma visão de mundo particular dos planejadores – uma visão alinhada com ideais progressistas e modernizantes que contrastam com as formas de viver tradicionais dos residentes originais. O que se pode afirmar, com certa segurança, é que o processo de desenvolvimento com elevados acontecimentos de deslocamentos compulsórios tem afetado profundamente os tipos de habitação tradicional ou vernácula e as novas formas de habitar no Brasil e nem todas as consequências desse processo, são necessariamente boas, desejáveis ou positivas. O morar e o cotidiano desses lugares e o reassentamento de Nova Soberbo em particular prometem resistir ainda por muito tempo e ainda têm muito a nos ensinar (Teixeira, 2015).

Por fim, a tese focou na casa do ponto de vista sociocultural, conforme Giddens (2000), ao discutir o papel dos “sistemas peritos” – engenheiros, médicos, cientistas sociais e outros profissionais – cuja autoridade é construída sobre o conhecimento técnico especializado. Embora esses peritos possam ganhar a confiança dos atingidos por reassentamentos por meio de sua competência profissional, o uso desse conhecimento técnico também pode impor decisões que não necessariamente refletem as necessidades, desejos e valores dos moradores afetados. Nesse contexto, os “sistemas peritos” podem inadvertidamente perpetuar a lógica da classe dominante, ao determinar as características das novas habitações sem uma participação genuína e democrática dos moradores.

Essas imposições não apenas desconsideram as necessidades reais e as identidades dos moradores, mas também atuam como um mecanismo de poder e controle que reforçam as relações de dominação. Ao impor um novo conjunto de valores e uma nova ordem espacial, essas ações subjugam as práticas culturais e os modos de vida preexistentes. Em outras palavras,

o projeto de reassentamento, em vez de ser uma oportunidade para a recriação de um senso de pertencimento e comunidade, torna-se um veículo para a objetificação de ideologias específicas, manifestando-se na erosão das tradições e na alienação dos indivíduos de seus próprios espaços de vida. Esses, como resposta às imposições, reconfiguram e transformam cotidiana e estrategicamente as casas urbanas em rurbanas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa materializa escolhas, valores e usos econômicos, mas, também, uma dimensão simbólica e cultural. Materializa a forma como o espaço é pensado, sentido e vivido. A presente pesquisa buscou compreender o processo de reconstrução da cotidianidade de uma população reassentada, em decorrência da construção de uma hidrelétrica. Com base na análise das relações das pessoas com a casa e o seu entorno, buscou-se compreender o significado que a casa e o reassentamento assumiram para essa população. Após 20 anos do deslocamento compulsório, retornou-se a Nova Soberbo e examinou-se a dinâmica da reconstrução do cotidiano dessas famílias rurais reassentadas em áreas periurbanas, com foco na relação entre a ocupação física da casa e a expressão de suas necessidades e desejos. A casa foi, enfim, concebida como uma extensão da identidade dos próprios assentados.

Ao voltar na mesma comunidade científica do mestrado, agora duas décadas depois, constatou-se um processo de transformação que se desenvolveu ao longo dos anos, evidenciado tanto na capacidade de resiliência quanto na resistência e nas inovações à prática de reassentar, de viver, de morar. No estudo anterior, foram observadas as adaptações iniciais e as dificuldades enfrentadas pelas famílias ao vivenciarem a mudança compulsória, em que o desafio de habitar novos espaços urbanos se colocava em contraste com valores e práticas culturais do universo rural. A análise preliminar sublinhou uma ruptura simbólica ocasionada pela perda de referenciais e a dificuldade de conciliar os costumes enraizados com as estruturas habitacionais padronizadas do reassentamento.

Quase duas décadas depois, o atual trabalho de doutorado investigou como essas mudanças se sedimentaram no cotidiano dessas famílias, lançando nova luz sobre a forma como elas realizam suas estratégias de apropriação e domesticação do espaço habitacional. Foi possível perceber que a casa, aqui concebida não apenas em sua dimensão física, mas como lugar simbólico de (re)construção das identidades, manteve e ainda mantém traços de um passado rural, mesmo quando confrontada com os padrões próprios de um ambiente urbano. Essa dinâmica evidencia um hibridismo peculiar aos processos contemporâneos de transição entre o rural e o urbano, em que elementos de ambas as esferas coexistem e se entrelaçam, refletindo as negociações cotidianas e a resiliência cultural dos reassentados diante das imposições do reassentamento. Tais evidências reforçam a tese de que o habitar não se restringe ao abrigo funcional ou às convenções de um planejamento imposto, mas emerge como palco de resistência silenciosa, onde os sujeitos negociam significados e asseguram, de forma contínua, elementos específicos de suas origens rurais.

Desse modo, ao se considerar a domesticação da casa enquanto um espaço de liberdade para habitar, reafirma-se a ideia de que a imposição de um cotidiano tipicamente urbano, observada e descrita durante o mestrado, não foi comprovada na supressão completa dos valores e das práticas rurais. Pelo contrário, a vivência de duas décadas indica uma manifestação de técnicas de adaptação e apropriação que subvertem os limites estruturais do reassentamento. Assim, a casa se consolida como um núcleo significativo de resistência, em que as famílias expressam e perpetuam seus modos de vida, ressignificando o que lhes foi imposto e projetando no presente as marcas de uma herança cultural que resiste às pressões da modernidade urbana.

O conceito de domesticação da casa traduz então o processo pelo qual os reassentados ressignificam o espaço urbano imposto, imprimindo nele suas marcas identitárias, preservando valores e práticas oriundas do universo rural. Assim, ao invés de uma adaptação passiva às novas condições habitacionais, observe-se uma apropriação ativa do ambiente doméstico, em que a reconstrução da identidade ocorre por meio da residência simbólica do lar. Esse processo evidencia que a imposição de um cotidiano tipicamente urbano, identificada no mestrado, não resultou na supressão completa das referências rurais, mas sim na criação de um espaço híbrido, onde o rural e o urbano se entrelaçam em um novo cotidiano vívido.

O *habitus domiciliar* e as artes de fazer o cotidiano empregadas, mesmo consideradas subalternas em face das estratégias de poder institucionalizadas, revelaram tanto o esforço de preservação de identidades e memórias rurais em um contexto periurbano, como também um processo contínuo de hibridização onde silenciosamente se revelam a negociação e a busca pela reconstrução de um sentido de pertencimento. As análises mostraram que, embora as casas tenham sido projetadas segundo modelos habitacionais urbanos, ao longo do tempo essas moradias foram gradualmente domesticadas e adaptadas pelos seus moradores. Essas modificações refletem, principalmente para os mais velhos, práticas culturais e valores oriundos de suas vivências rurais. As modificações realizadas nas novas residências mantiveram vivas práticas culturais rurais e reafirmaram a existência passada, sem, contudo, desconsiderar as influências e percepções modernas. Já para os mais jovens, ainda que a herança rural permaneça como um elemento presente em seus lares e cotidianos, observa-se um movimento de maior abertura e adaptação às dinâmicas, práticas, valores e estéticas urbanas.

Estas intervenções no espaço habitacional destacam a casa não apenas como um abrigo funcional, mas como um cenário essencial para a manifestação e reafirmação da identidade, mesmo em um ambiente profundamente transformado. Elas revelam o caráter híbrido que se constrói na interseção entre o rural e o urbano, permitindo que elementos de um permeiem o

outro. Essa coexistência dinâmica reflete tanto a resiliência das práticas e valores rurais quanto a adaptação criativa às exigências impostas pelo contexto urbano, criando um espaço único onde identidades são continuamente negociadas e ressignificadas.

Assim, as estruturas físicas oferecidas na configuração das casas, pensadas dentro de uma lógica urbanizada, foram domesticadas segundo as necessidades e o **habitus de moradia** típico de agentes rurais. O cultivo de hortas, a criação de pequenos animais, a reorganização do interior para atender às dinâmicas familiares tradicionais, apontam para um processo de instauração de **habitus domiciliar rurbanizado**, no qual as referências rurais se mantêm imperativas. Esse movimento de apropriação evidencia a persistência dos esquemas de ação dos reassentados, cujas práticas cotidianas refletem disposições para agir internalizadas ao longo da vida em um contexto rural. Os reassentados utilizam, assim, as suas **táticas** para subverter e adaptar os modelos habitacionais urbanos recebidos, revelando uma resistência criativa às imposições presentes no novo espaço.

Ao buscar identificar as práticas cotidianas das famílias rurais, pode-se inferir que o processo de deslocamento impacta sobremaneira a forma como os reassentados se posicionam no novo espaço social. A vida que se fez e que se faz importante para a construção de um sentido do reassentamento: a reapropriação do cotidiano a partir do que foi e do que tem sido ofertado e que se vive a contragosto; ou a condição de diariamente reinventar o cotidiano e dar sentido às condições que nesse momento lhes foram ofertadas. Diante da análise dos depoimentos, o sentido de pertencimento e apropriação da casa e do reassentamento revelam a intenção de preservar alguns *habitus* rurais.

Aqueles que viveram o deslocamento compulsório e ainda têm no presente os impasses das contradições de vida impostas pelo reassentamento revelam a identificação com uma vida mais rural ainda que permeada de urbanidades, representada pela casa rurvana. A transformação das práticas cotidianas revela também a existência de táticas cotidianas, enquanto uma forma astuciosa de adaptação ao contexto urbano. Observou-se que, apesar das dificuldades iniciais e da nostalgia do passado rural, muitos reassentados reconhecem melhorias em aspectos como infraestrutura, acesso a serviços e as possibilidades de emprego, o que contribui para uma percepção positiva de aumento na qualidade de vida. Contudo, essas vantagens vêm acompanhadas de desafios, incluindo a erosão de laços comunitários e práticas culturais tradicionais. Esse cenário complexo de trocas e negociações reflete um processo de reconfiguração identitária e social, em que os reassentados buscam equilibrar as heranças rurais com as demandas da vida urbana, navegando pelas novidades e contradições que esse novo ambiente impõe à sua existência diária.

A modificação da "casa urbana" recebida pelos reassentados em uma "casa rurbana" revela significativamente a força dos esquemas de ação dos sujeitos à invenção de um novo cotidiano. Essa adaptação, mais do que uma mera resposta física às necessidades imediatas, representa uma resistência cultural e uma reafirmação das identidades rurais diante das imposições e impossibilidades de um ambiente urbano. A persistência de práticas rurais e a reconstrução de um espaço que reflete a vida rural pregressa são evidências claras de que os reassentados não apenas sobrevivem, mas ativamente recriam seus mundos em resposta às estruturas de poder e planejamento urbano impostas por entidades como o Consórcio Candonga. Por meio dessas ações, os reassentados demonstram uma habilidade notável de manipular e reinterpretar o espaço urbano para servir às suas tradições e necessidades, consolidando a "casa rurbana" como um espaço de continuidade cultural, segurança e pertencimento, desafiando, assim, as expectativas e limitações de seu novo contexto urbano.

Por fim, é importante aprofundar a compreensão do conceito de casa como lar e espaço vivido, para auxiliar no entendimento do processo de apropriação da casa, do reassentamento e do sentido de identidade e pertencimento. Isso é especialmente relevante ao considerar a história, o social e o cultural, explorados por meio das relações, dos objetos, das coisas da casa e da inserção do sujeito como alguém capaz de exercer poder e de se sentir parte desse ambiente físico. Os significados elaborados sobre a cotidianidade da casa e do reassentamento não são neutros, pois simbolizam e evocam as condutas e reações sobre si mesmo, o espaço e as experiências vividas tanto no ambiente micro quanto macro. Essas vivências individuais e coletivas ressoam na casa, nos objetos da casa e no reassentamento enquanto precursoras de sentidos e significados. Nesse processo, é importante destacar que, mesmo vitimizados e reimpactados, esses sujeitos ao agirem no cotidiano se tornam agentes das suas próprias vidas. A ação e a linguagem utilizadas são instituídas, intencionais e compostas pelas perspectivas e condutas da vivência desses sujeitos no mundo.

Diante disso, recomenda-se a necessidade da participação social e da compensação adequada que não se limita apenas aos aspectos materiais, mas que também se consideram as perdas imateriais, como o acesso aos recursos naturais, a manutenção das relações sociais locais e o cuidado com as questões culturais e espaciais que moldam o imaginário dos sujeitos reassentados. Espera-se que esta tese ofereça contribuições significativas para a análise dos impactos dos reassentamentos, considerando-os também como parte do processo do deslocamento e como espaço de vida, que carrega experiências e identidades das pessoas que foram "obrigadas" a habitar esses espaços.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Los derechos de la naturaleza: una lectura sobre el derecho a la existencia. *In*: ACOSTA, A.; MARINEZ, E. (orgs.). **La naturaleza con derechos de la filosofía a la política**. Quito: Universidade Politécnica Salesiana, 2011. 377 p.
- ALLEN, A.; DÁVILA, J. D.; HOFMANN, P. **Governance of water and sanitation services for the peri-urban poor**: a framework for understanding and action in metropolitan regions. London: Development Planning Unit, 2006.
- ALMEIDA, D. L. **A Casa Almada**: a experiência do reassentamento involuntário. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002755163>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- ANILEIRO, A. D. L. A casa rural em Penafiel, entre meio de produção agrícola e espaço ritualizado. *In*: ROSAS, L.; SOUSA, A. C.; BARREIRA, H. (coords.). **Genius Loci**: lugares e significados. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2017.
- ARÉVALO PEÑA, M. L. La reubicación como proceso de desterritorialización. **Política y Cultura**, n. 45, p. 153-180, 2016.
- ATIQUE, F. Sobre modos de morar e modos de administrar a moradia: Edifício Esther, 1932-1962. *In*: NASCIMENTO, F. B.; SILVA, J. M. C.; LIRA, J. T. C.; RUBINO, S. B. (orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Edusp/CPC, 2017. p. 219-240. (Estudos CPC, 5).
- AZEREDO, V. G. Bairro como lugar do vivido. **Geosaberes**, v. 7, n. 13, p. 40-50, 2016.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1969. 242 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BARROS, J. N.; SYLVESTRE, M. -E. (orgs.). **Atingidos e barrados**: as violações e direitos humanos na Hidrelétrica Candonga. Rio de Janeiro: Centro de Justiça Global; Barbacena: CPT; Ponte Nova: MAB/NACAB, 2004. 110 p.
- BARTOLOMÉ, L. J. Las relocalizaciones masivas como fenómeno social multidimensional. *In*: BARTOLOMÉ, L. J. (org.). **Relocalizados**: antropología social de las poblaciones desplazadas. Buenos Aires: Ediciones del Ides, 1985. p. 7-22. (Ediciones del IDES, 3).
- BATISTA, R. S. **Em asfalto não nasce feijão**: barragem enquanto acontecimento social e os meios de vida do reassentamento de Nova Soberbo. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4197>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDO, C. P. **O processo decisório em reassentamentos forçados de atingidos por barragens**: o caso de Nova Mutum, Paraná. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3023>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BISHT, T. C. Development-induced displacement and women: the case of the Tehri Dam, India. **Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 10, n. 4, p. 301-317, 2009. <https://doi.org/10.1080/14442210903271312>.

BLUNT, A.; DOWLING, R. **Home**. London: Routledge, 2006. <https://doi.org/10.4324/9780203401354>.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORTONE, F. A. S. **Da antiga à nova Soberbo**: contradições da modernidade no processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas pela UHE Candonga. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3311>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. por Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Livro 1).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOWLBY, S.; GREGORY, S.; McKIE, L. “Doing home”: patriarchy, caring, and space, **Women's Studies International Forum**, v. 20, n. 3, p. 343-350, 1997. [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(97\)00018-6](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(97)00018-6).

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. Padrões de consumo no campo: o modo de vida dos rurais brasileiros. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 4, n. 1, p. 56-73, 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: SDH/PR, 2013. (Por uma cultura de direitos humanos). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRESSAN, S.; LAJÚS, M. L. S. A casa que habito: relatos de um reassentamento urbano. **Rua**, v. 23, n. 1, p. 98-115, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8649800>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRICKELL, K. “Mapping” and “doing” critical geographies of home. **Progress in Human Geography**, v. 36, n. 2, p. 225-244, 2012.

CAMARGO, E. N. **Casa, doce lar**: o habitar doméstico percebido e vivenciado. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=123823. Acesso em: 1^o maio 2016.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. Tradução de Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1998. 392 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R.; SILVA, C. A. M. A necessidade de se discutir um marco regulatório para os reassentamentos involuntários no Brasil. **Alemur**, v. 5, n. 1, p. 43-53, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4190>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CARVALHO, A. W. B.; PAULA, N. E. S.; PEREIRA, D. A. G. Programa Nacional de Habitação Rural e modo de morar no campo: reflexões a partir da casa rural na Zona da Mata mineira. **Paranoá**, n. 17, p. 1-10, 2016.

CARVALHO, N. F. **A mediação na reparação de danos provados pelo rompimento da barragem de Fundão aos fiscoadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG**. 2019. 200 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/218096>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CASTRO-BUITRAGO, E.; VÉLEZ ECHEVERRI, J. Procesos de reasentamiento en Colombia: ¿una medida de adaptación y protección de derechos humanos de las víctimas del cambio climático? **Vniversitas**, n. 136, p. 1-23, 2018. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.vj136.prcm>.

CAVALHEIRO, D. C.; ABIKO, A. Evaluating slum (favela) resettlements: the case of the Serra do Mar Project, São Paulo, Brazil. **Habitat International**, v. 49, p. 340-348, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.05.014>.

CERNEA, M. M. **The urban environment and the population relocation**. Washington: The World Bank, 1993.

CERNEA, M. M. For a new economics of resettlement: a sociological critique of the compensation principle. **International Social Science Journal**, v. 55, n. 175, p. 37-45, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.5501004>.

CERNEA, M. M. Re-examining "displacement": a redefinition of concepts in development and conservation policies. **Social Change**, v. 36, n. 1, p. 8-35, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004908570603600102>.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Artes de fazer, 1).

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. (Morar, cozinhar, 2).

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Morar, cozinhar, 2).

CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 2, e1913, 2019.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Comissão especial "atingidos por barragens" – Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília: CDDPH, 2010. 107 p. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/18/91/40/A4/F844A7109CEB34A7760849A8/Relat_rio%20Final%20CDDPH.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018**. Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/outubro/resolucao-para-garantia-de-direitos-humanos-em-situacoes-de-conflitos-por-terra-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-dos-direitos-humanos/copy_of_Resoluon10Resoluosobreconflitospossessriosruraiseurbanos.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMONTE, G.; GLAVE, M. Reasentamiento involuntario: políticas y prácticas en los Andes. **Mundo Agrario**, v. 20, n. 45, p. 123, 2019.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 48 f. Monografia (Graduação em Estatística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DIAGNÓSTICO Rápido Participativo Emancipador (DRPE) da comunidade de São Sebastião do Soberbo, município de Santa Cruz do Escalvado, MG. Viçosa MG: Ambiente Brasil Centro de Estudos, 2004. 84 p. (Relatório).

DINIZ, F. Um índice de ruralidade para as Nuts do Alto Trás-os-Montes e Douro. In: CONGRESO DESARROLLO RURAL, 1996, Ávila. **Anais...** Ávila, 1996. p. 903-916. Disponível em: http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/52903.PDF. Acesso em: 04 jun. 2020.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (eds.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

FEIJÓ, P. H. F. Considerações sobre a habitação vernácula do Seridó: a casa-grande de fazenda e a casa urbana. In: MARQUES, S. **Casas e casos**: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014. <https://doi.org/10.14393/RCT91719883>.

FISCHER, G. N. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: repensar a política. Trad. por Ana Lúcia Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. v. 6.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

FUJIKURA, R.; NAKAYAMA, M. The long-term impacts of resettlement programmes resulting from dam construction projects in Indonesia, Japan, Laos, Sri Lanka and Turkey: a comparison of land-for-land and cash compensation schemes. **International Journal of Water Resources Development**, v. 29, n. 1, p. 4-13, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07900627.2012.741032>.

GALIZA, H. R. S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E A CIDADE, 2., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Artes de fazer, 1).

GIDDENS, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. por Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, T. M. A casa como contingência da condição humana. **Revista Invi**, v. 29, n. 80, p. 83-108, 2014.

GORDON JR., C. About the house: Lévi-Strauss and Beyond. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 192-195, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200010>.

GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, G.; MONTEIRO, J. V.; FERNANDES, L. S. G.; FARIAS, L. C. S.; PEREIRA, M. F. L.; ROLAND, M. C.; OLIVEIRA, M.; SANTOS, R. R.; PINHEIRO, S. M.; SILVA, T. R. Um retrato do padrão de violação de direitos humanos por transnacionais no Brasil. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 16, p. 3-23, 2013.

GUIMARÃES, E. P.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os reflexos da urbanização do campo nos modos de moradia das famílias residentes na zona rural do município de Araponga – MG. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, n. 2, p. 163-184, 2013.

GUKURUME, S.; TOMBINDO, F. Post-displacement livelihoods in mining communities: The politics of precarity and everyday uncertainty in Marange, Zimbabwe. **Extractive Industries and Society**, v. 8, n. 4, 100992, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2021.100992>.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. 2. ed. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200010>.

IACOVINI, V. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE)**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Cruz do Escalvado, MG**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-cruz-do-escalvado/panorama>. Acesso em: 04 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**: Santa Cruz do Escalvado. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-cruz-do-escalvado.html>. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Observatório de migrações forçadas**. 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-factsheet-migracoes.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2018.

JANSEN, S.; LÖFVING, S. (eds.). **Struggles for home**: violence, hope and the movement of people. New York: Berghahn Books, 2008.

JIBOWO, A. A.; MNCINA, M. Benefits and challenges of maguga dam resettlement scheme to displaced people in Hhohho region of Eswatini. **South African Journal of Agricultural Extension**, v. 47, n. 4, p. 18-28, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17159/2413-3221/2019/v47n4a523>.

KOKKE, M.; CUREAU, S. Populações tradicionais: marco legal aplicado. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, e20200228, 2020.

LACAZ, F. A. C.; PORTO, M. F. S.; PINHEIRO, T. M. M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 42, n. 9, p. 1-12, 2017.

LACERDA, P. Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil. **Etnográfica**, v. 25, n. 3, p. 729-749, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.10328>.

LACOMBE, M. S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu, MG. **Trabalhos apresentados...** São Paulo: ANPOCS, 2008. p. 145-172.

LAGE, G. C. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 97, p. 3-7, 2009.

LASCHEFSKI, K. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, p. 98-143, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/MNsrr>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LE CORBUSIER. **Conversa com estudantes de Arquitetura**. Lisboa: Cotovia, 2003.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LETURCQ, G. Differences and similarities in impacts of hydroelectric dams between north and south of Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 265-286, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0254R1V1922016>.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa do texto: imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 6, p. 137-155.

LUDWIG, M. P. **Morar no que é dos outros, morar no que é da gente: uma análise da habitação de pequenos produtores rurais**. 1994. 165 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1994.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso (On-line)**, v. 4, p. 149-171, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49548>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARQUES PEREIRA, S. Novos tipos de habitação: o caso de Lisboa. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008.

MARQUES PEREIRA, S. **Casas e casos: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil**. Natal: EDUFRN, 2015.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

McDOWELL, C.; DE HAAN, A. **Migration and sustainable livelihoods: a critical review of the literature**. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1997. (IDS Working Paper, 65).

MEJÍA-ESCALANTE, M. Habitabilidad en la vivienda social en edificios para población reasentada: el caso de Medellín, Colombia. **EURE (Santiago)**, v. 38, n. 114, p. 203-227, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612012000200008>.

MILANEZ, B.; MAGNO, L.; PINTO, R. G. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dvHRW8>. Acesso em: 23 set. 2020.

MILLER, D. **Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, MG: Vozes, 2002.

MOREIRA, U. A. Adélia Prado: uma poética da casa. **UniLetras**, v. 22, n. 1, p. 82-103, 2000.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 208-216.

MUÑOZ GAVIRIA, G. A. Formas de resistencia en la construcción de proyectos hidroeléctricos. **Hallazgos**, v. 14, n. 28, p. 39-60, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15332/s1794-3841.2017.0028.02>.

NASCIMENTO, F. B.; SILVA, J. M. C.; LIRA, J. T. C.; RUBINO, S. B. (orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Edusp/CPC, 2017. (Estudos CPC, 5).

OLIVER-SMITH, A. **Development and dispossession**: the crisis of forced displacement and resettlement. New Mexico: School for Advanced Research Advanced Seminar, 2009.

PACHECO, T.; PORTO, M. F.; ROCHA, D. Metodologia e resultados do mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 35-71.

PARENTE, T. G.; MIRANDA, C. M. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luís Eduardo Magalhães - TO. **Varia Historia**, v. 30, n. 53, p. 557-570, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200011>.

PARREIRAS, M. **Diques para conter lama da Samarco são insuficientes e rejeito segue poluindo Rio Doce**. 30 mar. 2016. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/30/interna_gerais,748386/diques-para-conter-lama-da-samarco-sao-insuficientes-e-rejeito-segue-p.shtml. Acesso em: 27 maio 2024.

PEDRO, J. J. C. **Reassentamentos forçados**: dos impactes às oportunidades. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2011. Disponível em: <https://www.iscte-iul.pt/tese/4313>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PENIDO, M. A hidrelétrica de Candonga/MG e a produção capitalista do espaço: conflitos, resistências e re-existência do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

PEREIRA, A. S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Terra Plural**, v. 7, n. 2, p. 287-304, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/4345>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PINTO, V. F. S.; PEREIRA, D. B. Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

PITOMBEIRA CARVALHO, G. A.; SIEBEN, A. Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão em Babaçulândia: efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 175-191, 2019. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n1.73572>.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.

PORTEOUS, D.; SMITH, S. **Domicide: the global destruction of home**. Montreal: McGill Queen's University Press, 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Campo Bom, RS: Feevale, 2013.

PROJETO RIO DOCE. **Parâmetros e subsídios para a reparação dos danos socioeconômicos nos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó**. Rio de Janeiro: São Paulo: FGV, 2020.

PRUDÊNCIO DE MERA, C. M.; SOARES, D.; SPECHT, S.; BLUME, R. Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens. **Nera**, n. 41, p. 62-84, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Seuil, 1973.

REDDY, G.; SMYTH, E.; STEYN, M. **Land access and resettlement: a guide to best practice**. London: Routledge, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781351285605>.

RIBEIRO, A. M.; ANDRADE, L. C.; MORET, A. S. Os estabelecidos e os outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. **Territórios & Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 275-290, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rt-f.v8i2.273>.

RIBEIRO, G. M. C. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16308>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RODRIGUES, E. C. **Transformações na casa e nos modos de morar no rural mineiro: uma análise das décadas de 1960 a 2010**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.

ROQUETTI, D. R.; MORETTO, E. M.; PULICE, S. M. P. Dam-forced displacement and social-ecological resilience: the Barra Grande hydropower plant in Southern Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 115-134, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC153R2V2032017>.

RUIZ LÓPEZ, C. F. Las respuestas de los habitantes al proyecto ciudades rurales sustentables en Chiapas (México). **Cuadernos de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 119-139, 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n1.56025>.

SANCHES, T. Reconhecimento espacial: por uma gramática social do conflito urbano **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 24, n. 2, p. 301-325, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2022.70835>.

SAVI, A. E.; DISCHINGER, M.; HESPANHOL, L. J. Casa, doce lar? Revisão Teórica sobre as representações materiais e imateriais do habitar doméstico. **In book: Revista Iniciação Científica**, v. 13, n. 1, 2015.

SCOTT, P. Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 74-89, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000300007>.

SCUDDER, T. Resettlement theory and the Kariba case: an anthropology of resettlement. *In: OLIVER-SMITH, A. **Development & dispossession**: the crisis of forced displacement and resettlement*. Tucson, AZ: The International Network on Displacement and Resettlement, 2009. p. 25-47. (School for Advanced Research Advanced Seminar Series).

SILVA, M.; SILVEIRA, T. A luta por participação em situações de conflitos de conflitos socioambientais: o caso do desastre da barragem da Samarco em Fundão-MG. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 4., 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: URFGS, 2019.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TAKANO, G. Reasentamiento por un megaproyecto de infraestructura en Lima, Perú. Un análisis desde la habitabilidad y las relaciones sociales. **Revista INVI**, v. 33, n. 94, p. 135-159, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582018000300135>.

TEIXEIRA, R. B. Forma, tradição e mudança: a habitação como expressão sociocultural. *In: MARQUES, S. **Casas e casos**: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil*. Natal: EDUFRN, 2015.

TEIXEIRA, R. O. S.; LIMA, M. M. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, e202201pt, 2022. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202201pt>.

TERMINSKI, B. Kilka refleksji na temat związków migracji międzynarodowych z problematyką międzynarodowej ochrony praw człowieka i przestrzenią polityki społecznej. **Revista Crítica de Historia de las Relaciones Laborales y de la Política Social**, n. 9, p. 15-42, 2014.

THE WORLD BANK. **BR Municipal APL**: Sao Luis enhancing municipal governance and quality of life project (P094315). 2015. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/766881468021276159/pdf/ISR-Disclosable-P094315-04-01-2015-1427944388635.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

TOZONI-REIS, M. F. C. **O capitalismo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 12-29. (Caderno de Formação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento, 3).

TREVISAN, R. **Cidades novas**. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11454>. Acesso em: 14 nov. 2022.

VANCLAY, F. Project-induced displacement and resettlement: from impoverishment risks to an opportunity for development)? **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 35, n. 1, p. 3-21, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2017.1278671>.

VIDAL, L.; MUSSET, A. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 13, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.7274>.

VIÉGAS, R. N. O campo da resolução negociada de conflito: o apelo ao consenso e o risco do esvaziamento do debate político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 7-44, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162101>.

WEBBER, M.; McDONALD, B. Involuntary resettlement, production and income: evidence from Xiaolangdi, PRC. **World Development**, v. 32, n. 4, p. 673-690, 2004. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2003.10.010>.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (ed.). **Fenômeno urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.

ZHOURI, A. (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2017.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0009-67252016000300012. Acesso em: 31 mar. 2024.

ZUCARELLI, M. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista

PROJETO: A DOMESTICAÇÃO DA CASA NO PÓS-REASSENTAMENTO: O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO NOVO COTIDIANO VIVIDO EM NOVA SOBERBO - MG

Tempo previsto para o preenchimento: máximo de 30 minutos.

DATA: ____/____/____

O roteiro semiestruturado de entrevista tem como objetivo principal, mapear a realidade socioespacial do reassentamento. Para tanto, ressaltamos que as informações coletadas serão utilizadas estritamente para este estudo e que o anonimato dos participantes será preservado em todas as etapas da pesquisa. Agradecemos antecipadamente e contamos com sua participação, respondendo às questões propostas.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

- 1) Você mudou para Nova soberbo de livre e espontânea vontade? Por que?
- 2) Você viu alguma possibilidade de melhoria de vida com a instalação da Usina Candonga e a mudança para o Reassentamento?
- 3) Qual foi a impressão a primeira vez que esteve em Nova Soberbo?
- 4) Como foi a experiência de entrar a primeira vez na casa em Nova Soberbo?
- 5) Como foi a decisão de organizar os móveis e utensílios vindos do antigo Soberbo?
- 6) Foi feita alguma adaptação na casa? Qual era a necessidade com relação a essa adaptação?
- 7) Como você organiza o seu dia? Tanto dentro da casa, na organização e na manutenção da sua rotina doméstica quanto com relação às atividades profissionais, caso trabalhe fora de casa.
- 8) Por quais dificuldades passou durante o processo de adaptação? Por que?
- 9) Ao longo destes anos de moradia em Nova Soberbo, como é a sua relação com os vizinhos?
- 10) Poderia citar alguma atividade de lazer que acontece no distrito?
- 11) Você e sua família participa dos encontros ou atividades que acontecem no distrito? Porque?
- 12) Quais as vantagens de viver em Nova Soberbo? E as desvantagens?

- 13) Como você compararia a casa de Nova Soberbo com as outras casas do município?
- 14) Alguma pessoa reassentada abandonou o reassentamento? O que você acha que a fez tomar essa decisão?
- 15) Em algum momento você quis abandonar o reassentamento? Por que isso aconteceu? Como superou?
- 16) Na sua opinião, como seria o reassentamento ideal?
- 17) O que você pensa do futuro das pessoas que foram reassentadas?
- 18) Atualmente qual ou quais principais problemas (desafios) enfrentados pela população de Nova Soberbo?
- 19) Quem você acha que é responsável a solucioná-los? A própria comunidade, o Estado/prefeitura, o consórcio Candonga. Por que?
- 20) Na sua opinião, por que os programas de geração de renda antes oferecidos pelo consórcio não foram para frente, não se desenvolveram?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) participante,

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa: **A domesticação da casa no pós-reassentamento: o processo de reconstrução da identidade no novo cotidiano vivido em Nova Soberbo - MG** sob a orientação da professora Dra. Ana Louise de Carvalho Fiúza. O objetivo principal deste estudo é analisar na cotidianidade dos modos de morar e de viver no reassentamento as experiências e expectativas das famílias reassentadas.

A presente pesquisa será realizada com as famílias e sujeitos atingidos pela construção da Hidrelétrica Candonga e residentes no reassentamento de Nova Soberbo, no município de Santa Cruz do Escalvado. A participação é voluntária e consistirá em responder um questionário semiestruturado e, posteriormente uma entrevista, ambos com tempo de resposta previsto de no máximo 30 minutos, momento em que será necessária à sua identificação. Ressalta-se que somente as pesquisadoras terão acesso aos dados disponibilizados no questionário, que serão utilizados para posterior contato com os selecionados para responder às perguntas do roteiro de entrevista junto à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada e transcrita, mediante autorização prévia do entrevistado, evitando assim perdas de informação e minimizando distorções. Serão resguardados em total sigilo, os dados provenientes da gravação e transcrição dos depoimentos.

O risco decorrente da pesquisa refere-se a possível constrangimento e/ou desconforto ao responder determinada questão da entrevista. Através da orientação da pesquisadora e esclarecimentos a respeito das questões do questionário e/ou da entrevista, espera-se minimizar este risco. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

A participação nesta pesquisa é voluntária e o(a) senhor(a) não terá nenhum custo ou receberá qualquer vantagem financeira, possuindo plena liberdade para recusar-se a participar, bem como, para retirar sua participação a qualquer fase da pesquisa. Não haverá penalização de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Ressalta-se que serão garantidas a confidencialidade e privacidade das informações prestadas, pois qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e todo o material utilizado será armazenado em local seguro. A qualquer

momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o(a) senhor(a) poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao(à) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____,
contato _____, fui
informado(a) dos objetivos da pesquisa Da casa rural à casa periurbana: a reconstrução do cotidiano e do lugar na vida das famílias rurais atingidas pela construção da UHE Candonga e reassentadas no distrito de Nova Soberbo, Santa Cruz do Escalvado – MG de forma clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar e que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido, sendo-me dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Fabiane Ap. Silva Bortone da Fonseca

Assinatura do Participante

Nome da pesquisadora responsável: Prof^a. Dra. Ana Louise de Carvalho Fiúza
Endereço: Avenida PH Rolfs, Campus Universitário, Departamento de Economia Rural,
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3612-4332 E-mail: louisefiuza@ufv.br

Nome da pesquisadora principal: Fabiane Aparecida Silva Bortone da Fonseca
Endereço: Avenida PH Rolfs, Campus Universitário, Divisão de Assuntos Culturais,
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG
Telefone: (31) 9 9776 6134 E-mail: fabiane.bortone@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário